

Universidade Estadual Paulista

Poder Empresarial : A Estrutura de Poder no Capitalismo Atual

Ronan Gomes Gonçalves

Marília-2006

Ronan Gomes Gonçalves

Poder Empresarial: A Estrutura de Poder no Capitalismo Atual

Dissertação apresentada para
obtenção do título de mestre junto
ao Programa de Pós-Graduação em
Ciências Sociais da Universidade
Estadual Paulista. Sob Orientação
do Prof. Dr. Marcos Del Roio.

Marília-2006

“Devemos partir da constatação de que o Estado Amplo é hoje o principal local do poder e de que é na administração de empresa que a política se exerce no seu sentido mais pleno”
(João Bernardo)

Agradecimentos

À família não biológica que encontrei entre os estudantes pobres da unesp de Marília. No repartir o cigarro, a comida, o café, as angústias, os textos, as lutas, as inquietações intelectuais. No receber e ser recebido, no cantar, recitar poemas, no emprestar o ombro, por vezes as próprias roupas, no dar-se ao outro, também deixar-se invadir, construímos um pouco daquilo que desejamos para o mundo todo. Optei em omitir a enorme lista de nomes não apenas por correr o risco de esquecer um ou outro depois do afastamento que a vida inelutavelmente nos proporciona, mas por terem sido vivências coletivas, poemas inscritos na pele, difíceis de particularizar. Os prédios caem, as músicas são esquecidas, os livros abandonados, ou mesmo nunca lidos, mas aquilo que vivemos, para bem ou para mal, fica em nós, em cada um de nós, de forma que o que somos, os temas que nos preocupam, não seriam tais se as vivências fossem outras.

Também aos amigos: da escada, da sala, das lutas, do Osvaldo, do kanasha, da moradia, da casa 8, da casa 9, da bem vindos ou clube da esquina, da meia-noite cortada ao meio, do dia mal nascido, das esperanças frustradas, das esperanças exequidas, do começar de novo.

E à minha família, pelo amor de sempre. Sou um felizardo por tê-los comigo. João Batista (meu pai) e Maria Alda (minha mãe) uniram trabalho, honestidade, afeto e solidariedade. Aquilo que tantos buscam em teorias, em tempos de além mar, eles sabem ser na prática, sem itálicos nem adjetivos. Exemplos vivos de solidariedade e igualdade; de um humanismo que suplanta tantas biografias ditas célebres, suas vidas constituem um dos mais belos livros que um dia eu pude ler.

Gonçalves, Ronan Gomes. *Poder Empresarial: A Estrutura de Poder no Capitalismo Atual*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília, 2006.

RESUMO

Nas últimas décadas tem-se assistido a um grande avanço das empresas que passam a atuar em espaços antes restritos aos Estados nacionais. Embora essa atuação política das empresas, elas constituem desde sempre um aparelho de poder. O advento das empresas enquanto célula social central em substituição às instituições familiares implicou o início da atuação dos sábios no processo produtivo, a perda da autonomia na organização da produção por parte dos trabalhadores - e, decorrente disso, a perda da autonomia em várias esferas; a impessoalidade, vigilância e hierarquização no processo de trabalho; o saber como critério do poder. Embora a empresa constitua desde o início um aparelho de poder, até meados do século XX, o Estado possuía um importante papel coordenativo dado o fato de a economia se organizar em plataformas nacionais. Com a transnacionalização dos processos econômicos, embora o Estado continue a existir, são as transnacionais que passam a presidir o aparelho decisivo de poder. Elas passam a constituir a fonte de um modelo global e padronizado de vida. Essa evolução histórica determina que o Estado não seja o único aparelho de poder. As empresas fazem parte da estrutura estatal e são hoje o principal aparelho de Estado, conectado globalmente e se sobrepondo aos Estados nacionais, Estados Restritos. A organização dos processos econômicos constituem uma forma de gestão política sobre os trabalhadores que é determinada pelos mecanismos da exploração. Sob a mais-valia absoluta temos a imposição de um sistema de gestão calcado na aridez da repressão com que os gestores respondem aos anseios dos trabalhadores. Sob a mais-valia relativa temos um sistema de gestão calcado na permissividade dado a possibilidade de os gestores responderem com benesses aos anseios dos assalariados. Mediante a organização da esfera dos lazeres, o regime disciplinar empresarial passa a presidir as horas externas às empresas, uma vez que os trabalhadores estão submetidos a modalidades empresariais de consumo e lazer. Essa atuação, mais o controle sobre os processos formativos, permite as empresas fecharem um círculo de controle sobre as 24 horas da vida do trabalhador. O tempo externo a jornada de trabalho é utilizado como mecanismo disciplinar, pedagógico e ideológico. Uma interpretação mais arrojada desse processo permite pensar que vivemos hoje sobre uma estrutura de poder global que é presidida pelas empresas transnacionais, que complementam as suas ações ao atuarem sobre os Estados nacionais de forma interna, externa e ao servirem de modelo inspirador para as remodelações que sucedem neste aparelho.

Palavras-Chave: Poder Empresarial, Totalitarismo, Globalização, Classe Social, João Bernardo, Exploração.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	2
I DA ECONOMIA, UMA POLITICA.....	7
II PODER	
2.1. Definição de Poder.....	28
2.2. Exploração. <i>Estado Amplo</i> : administração sobre os trabalhadores.....	35
2.3. <i>Estado Amplo</i> : administração sobre os consumidores.....	51
2.4. <i>Estado Amplo</i> : coordenação do processo econômico.....	60
III ANTIPODER	
3.1. A empresa como palco de luta.....	86
3.1. A criticidade está nas formas organizativas.....	92
3.3. O antagonismo como algo do presente.....	94
3.4. As duas vidas da classe trabalhadora.....	98
3.5. Aprofundamento das relações sociais coletivistas e igualitárias.....	111
3.6. Expansão das relações sociais coletivistas e igualitárias.....	115
3.7. Classe e Massa: Classe Ampla e Classe Restrita.....	120
IV CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	126
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	137

Introdução

Nesta dissertação procuramos apresentar uma leitura sobre a estrutura de poder no capitalismo atual e, particularmente, as formas possíveis de sua contraposição. O fundamento para nossa leitura foi dado pela teoria da exploração de Marx que se pode depreender do livro primeiro de *O Capital* ou de *Salário, Preço e Lucro*. Seguimos também uma abordagem metodológica na qual se deve pensar a sociedade como cindida em classes sociais antagônicas que se definem por seu papel nos processos produtivos. No entanto, no que diz respeito ao complexo de poder fomos obrigados a trabalhar com novos autores e com o que pudemos apreender da leitura direta de fatos históricos recentes.

Acreditamos que, embora o mecanismo de exploração permaneça o mesmo – uma subtração de tempo de trabalho dos trabalhadores por parte da classe capitalista – as estruturas de poder se ampliaram e tornaram muito mais complexas se tivermos em conta a realidade social do século XIX, de onde Marx escreveu. Dessa forma, não poderíamos fazer uma discussão sobre poder tendo como alicerce as leituras efetuadas sobre uma estrutura de poder bastante diferente da atual. Sendo assim, acreditamos que enquanto a teoria da exploração – teoria da mais-valia – de Marx permanece atual, sua análise política há de ser atualizada, dado a expansão extensiva e intensiva do capitalismo. Essa expansão foi minorando cada vez mais o alcance político do Estado ao passo que foi colocando novos instrumentos de poder como as escolas, o urbanismo, os hospitais, os grandes meios de comunicação, a moda, a medicina etc., sob os auspícios de estruturas econômicas transnacionais numa plataforma tecnológica eletrônica capaz de ampliar profundamente os meios de controle e fiscalização.

E não foi só Marx, antes dele houve muitos outros como Proudhon, Fourier, Goodwin. Por isso adotamos como referencial teórico, nosso alicerce, autores estritamente atuais: João Bernardo, Foucault, Debord e os *Situacionistas*, Tragtenberg, Holloway. Não pretendíamos fazer uma crítica de teorias, mas uma leitura sobre o tema e para isso os autores só servem como caixa de ferramentas. Preferimos deixar a cada autor o seu pedaço na história porque compreendemos, simplesmente, que quem não falar de moda, televisão, eletrônica, Internet, shopping center entre tantas outras coisas atuais não está capacitado para falar sobre a estrutura de poder no mundo atual. Certamente, se aceitarmos uma linguagem metafórica e não cobrarmos dos autores os dados e fatos históricos teremos uma multiplicidade de pensadores onde beber quanto ao tema do poder. Mas tal postura servirá apenas para escamotear a não compreensão da renovação e ampliação do aparato político da classe dominante. Não basta pegar um texto do século XIX e dizer que a burguesia domina os trabalhadores, é necessário compreender as formas históricas dessa dominação pontuando os mecanismos que são mais endógenos, hegemônicos e tendentes à expansão.

É curioso e triste notar a existência de uma ortodoxia marxista que engendra um grande paradoxo: tal ortodoxia acaba por sacralizar os escritos de Marx e, ao mesmo tempo em que pretendem que Marx explica a completude da estrutura capitalista, estão sempre a ler outros autores como Lênin, Gramsci, Poulantzas, Mészáros etc., o que, afinal, constitui a prova empírica de que há coisas que faltaram a Marx. Para além de equívocos e limitações que possa ter qualquer autor, é óbvio que o próprio devir histórico, com as mutações que apresenta, acaba por tornar obsoletos os escritos de tempos pretéritos. E é assim que, dentre os marxistas, ao mesmo tempo em que há um grande consenso quanto a teoria da mais-valia de Marx, há uma milhares de autores que pretendem renovar a análise da estrutura de poder do capitalismo. Então, sobre o consenso quanto à teoria da mais-valia abre-se uma ampla divergência tangente à análise política,

que se torna mais ampla ainda no que diz respeito às formas de organização e luta eficazes contra o capitalismo.

Dessa forma, ocorrerá quem censure a falta de um outro autor de sua predileção. Antes de tudo, a nossa posição sobre as coisas não é determinada pelo que lemos ou pretendemos que tenhamos lido, mas pelo lugar que nós ocupamos na enorme maquinaria social. Por outro lado, não é necessário e talvez nem mesmo convenha ler tudo o que foi escrito sobre um determinado tema para que se possa escrever sobre ele. As pessoas têm o direito de opinar, porque tem o direito de existir, independente das que a precederam. O crucial é saber se um dado autor dá conta da complexidade de um certo tema e não se foi o último ou o primeiro a escrever. Quanto a isso, entendemos que o coletivo de autores selecionados está bem assentado e é a partir de tais que desenvolvemos nossa leitura.

Com esse prisma metodológico, buscaremos discorrer sobre a estrutura de poder no capitalismo atual. No primeiro capítulo - *Da Economia, uma Política* - pretendemos demonstrar que as mutações históricas por que passou o capitalismo acabaram por secundarizar a abrangência política do Estado surgindo as empresas como principal mecanismo de poder. Tal situação obriga que fundamentemos a crítica do poder numa prévia compreensão dos mecanismos da exploração. Não se trata somente de a estrutura de poder estar voltada para as necessidades da economia capitalista, mas do fato impressionante de as estruturas econômicas adquirirem cada vez mais papéis políticos. Nesse processo, a ordem política sob o capitalismo é cada vez mais produzida como um produto dentre qualquer outro. Os principais mecanismos políticos não são mais, prioritariamente, burocracias externas ao processo produtivo e por ele determinadas, mas processos econômicos como de qualquer outro tipo.

No segundo capítulo, apresentamos a concepção de poder utilizada. Nesta, o prioritário está na colocação da classe trabalhadora como principal objeto de controle. O poder assenta-se

numa relação entre classes sociais, mas não num sentido meramente negativo, unicamente como repressão e sim como um processo positivo no qual, mediante o controle sobre a força de trabalho, a classe capitalista, que detém o poder, produz a classe trabalhadora de acordo com os atributos de seu interesse. Nesse processo, a classe capitalista, pelo mesmo meio em que se auto-organiza, hetero-organiza a classe trabalhadora. O crucial é organizar perenemente a classe trabalhadora para que ela não se auto-organize num sentido anticapitalista. A concepção de poder que subjaz todo o nosso texto tem como pressuposto a autonomia dos trabalhadores, situando a sua capacidade de reorganizar a estrutura econômico-social e ideológica, mesmo que, como tem sucedido historicamente, tal autonomia tenha pressionado a permanente reestruturação do capitalismo, não conseguindo que esta autonomia tivesse se desenvolvido até as últimas conseqüências.

Seguidamente, discorreremos sobre o mecanismo do Estado empresarial, o *Estado Amplo*¹, na sua relação particularizada com os trabalhadores que superintende; com os consumidores que disciplina e na sua atuação de regulação econômica global sobrepondo o Estado clássico. Nesta esfera, destacamos o fato de a estrutura de poder ser muito mais ampla e mais abrangente do que correntemente se pretende.

No terceiro capítulo buscaremos discorrer sobre as formas de resistência desenvolvidas pelos trabalhadores e dentre estas, quais aquelas que podem se contrapor à estruturação

¹ O conceito de Estado Amplo deve-se a João Bernardo. Por Estado Amplo o autor entende as estruturas de poder da classe dominante externas ao aparelho de Estado clássico. Segundo o autor, o aparelho de Estado no sistema capitalista não se restringe ao conjunto de aparelhos que formalmente o compõem: governo, parlamento, polícia e tribunais. Mais que um conjunto de instituições, o Estado é constituído por um modelo organizativo que deve presidir a estrutura interna de todas as instituições, ainda que não lhe estejam diretamente ligadas. O que define a inserção na lógica estatal de uma instituição é o fato de haver hierarquia interna, com um grupo diretivo minoritário grassando sobre uma maioria que obedece, e a perpetuação de uma camada de dirigentes. Por essa definição, tanto escolas como associações de moradores podem se inserir no aparelho de Estado. Não apenas se submetem ao aparelho de Estado, mas são elas próprias um aparelho de poder supletivo, integrantes do aparelho estatal global. O Estado Amplo é justamente amplo por abarcar todos os aparelhos de poder que formalmente não se incluem no aparelho de Estado clássico, que por comparação é restrito. As empresas constituem os principais agentes do Estado Amplo por sua dimensão e conectividade.

empresarial da sociedade e identificam a possibilidade de uma alternativa social ao capitalismo. Na medida em que o aparelho de poder do sistema capitalista é cada vez mais amplo, a necessidade e os locais de luta tornam-se cada vez mais amplos também, incluindo o próprio convívio cotidiano. Destacamos o fato de a contraposição ao sistema capitalista estar nas formas de vida, formas organizativas, que contra ele os trabalhadores desenvolvem, e não simplesmente nas teorias e programas ideológicos.

I

Da Economia, uma Política.

“O Wal-Mart define o trabalho e a vida de quem faz brinquedos na China, cria salmão no Chile ou costura camisas em Bangladesh.”

(Charles Fishman In: Exame, 15 de março de 2006, pg 85)

Nas últimas décadas temos assistido o crescente papel das grandes empresas na gestão social sobrepondo-se à clássica atuação do Estado nesta esfera. Com a exceção do papel desenvolvido pelas empresas nas colônias europeias, o Estado foi responsável por criar e manter a infra-estrutura material e social necessária ao desenvolvimento do capitalismo que incluiu desde a construção de escolas, estradas, cunhagem de dinheiro, organização de milícias, bancos, estrutura jurídica, regulação do mercado de trabalho, universidades, eventos culturais, penitenciárias etc. Esse espaço é, hoje, crescentemente ocupado pelas empresas e quando não, o fato de a economia se orientar em base transnacional faz com que o Estado oriente a sua ação de acordo com as necessidades das grandes corporações. O conceito de neoliberalismo define essa mutação na esfera do poder indicando o despontar das empresas enquanto sujeito político que atua em áreas antes restritas aos Estados nacionais.

Apesar da novidade, em termos, de uma atuação tão ampla das empresas na gestão de importantes esferas sociais, o exercício empresarial do poder é concomitante ao início do capitalismo, pois corresponde à forma de organização do trabalho que ele encerra. Devido a isso, não podemos nos iludir adotando a pouca profundidade dos jornais e grandes meios de

comunicação e devemos nos situar ao fenômeno da revolução industrial no século XVIII inglês, pois foi aí que surgiram as empresas capitalistas tal qual se apresentam ainda hoje.

Desde o início, o nascimento das empresas correspondeu a uma operação de seqüestro na qual se passou a delimitar o espaço físico das famílias trabalhadoras durante o processo produtivo, entregando-as a um olhar vigilante. A antiga estruturação familiar dos processos de trabalho sob o *putting out system* foi dissolvida na indistinta segmentação de trabalhadores atomizados. Com o espaço físico e tempo de trabalho determinados pelo patronato, com o olhar vigilante tornado perene, iniciou-se o controle sobre os movimentos do corpo operário que marca mais profundamente a característica do trabalho no capitalismo. A empresa enquanto fruto de uma reorganização dos processos de trabalho, enquanto institucionalização da relação capital trabalho, tem como característica maior a criação de uma forma de controle sobre o trabalhador durante o próprio processo de trabalho.

Esse sistema de controle e a crueza de sua instauração ficou documentada não só pelo êxodo forçado de camponeses obrigados a habitarem as fábricas, mas também pela origem de seus primeiros internos que aglutinava indigentes, prostitutas, prisioneiros e menores abandonados, assim como, pelo sistema de castigos, multas e punições desenvolvido pelos primeiros administradores e pela célebre quebra de máquinas efetuada pelos trabalhadores (Mantoux, sd; De Decca, 1987; Dobb, 1983).

O capitalismo não se define somente pela existência de assalariamento mediante a distinção entre um conjunto social proprietário dos meios de produção e outro que nada possui de seu, os trabalhadores. Para além desta concepção vulgarizada, o capitalismo se constitui como um processo de produção social hierarquizado, mediante a exploração da força de trabalho numa base tecnológica integrada. Dessa forma, o andamento dos processos de trabalho apresentam-se enquanto totalidade. Conforme Mantoux (sd), Dobb (1983), Bernardo (1979; 1997), De Decca

(1987), Birnie (1964) foi apenas com a revolução industrial que as formas de assalariamento desenvolvidas nas fimas do regime senhorial passaram a tomar uma forma integrada dado a inter-relação tecnológica dos processos de trabalho. É a partir desta integração tecnológica que o capitalismo apresenta-se enquanto um sistema e passa a evoluir enquanto totalidade, ou seja, as remodelações no interior das empresas deixam de se apresentar enquanto particularidade para tomar a forma de um processo coletivo que tem por objeto a totalidade social. As empresas, embora existentes desde o século XVI, só nesta altura obtêm a maturidade tecnológica que possibilita que suas ações deixem de ser algo fragmentário para tomar uma forma coletiva, apresentando-se enquanto vetor central da sociedade. A gestão e controle que dados capitalistas exercem sobre um dado grupo de trabalhadores no estrito limite da empresa que superintendem é resultado e condição para a existência de uma miríade de outras unidades produtivas, o que encerra o caráter integrado desse processo de produção.

A revolução industrial constitui o fundamento material das modernas formas de organização social e do trabalho -taylorismo, fordismo, toyotismo-, que tem como pressuposto a organização empresarial, em uma dada forma, da esfera do trabalho e, portanto, o reconhecimento do papel disciplinar, social e político da empresa. (Tragtenberg, 1992; Motta, 1987; Etzioni, 1974). O Estado de Bem-Estar Social tinha por base o embrionário disciplinamento taylorista e a alta e massiva produtividade do fordismo, de forma a possibilitar um maior consumo por parte dos trabalhadores, engendrando a possibilidade de um consenso onde o maior consumo constituía a caução para a minoração dos conflitos. Do mesmo jeito, o regime de consulta popular das democracias atuais tem por base a percepção da existência de grupos sociais informais no interior das empresas e a exploração intelectual do toyotismo, de modo a engendrar um consenso no qual a exploração da capacidade intelectual dos trabalhadores é apresentada como uma efetiva participação nas decisões do poder. Dessa forma, tanto na

sociedade em geral, quanto no interior dos processos de trabalho generalizou-se a tomada de opiniões, o que possibilita explorar as capacidades intelectuais das pessoas e fazê-las acreditar que influem sobre as coisas.

A revolução industrial inicia o “momento ulterior durante o qual a indústria se converte nessa determinada produção que decide sobre todas as coisas” (Arruda, 1991). Conjuga também um fato sem precedentes: ela marca historicamente o momento em que as elites pensantes abandonam a sua existência parasitária, conforme o rei filósofo de Platão ou a aristocracia de corte do regime senhorial e, mediante a ligação entre ciência e trabalho, o *corpo de sábios*, passam a ter um papel ativo na organização e gestão do trabalho. A classe dominante passa a se encarregar da organização dos processos de trabalho controlando os trabalhadores já desde o interior e durante o processo produtivo. A autonomia quanto à organização dos processos de trabalho, que os trabalhadores possuíam durante o regime senhorial, é solapada em favor do controle por parte de um conjunto social externo².

O advento da sociedade industrial inaugurou um quadro novo que consiste na substituição da instituição familiar (regime senhorial) pela instituição empresarial enquanto célula social central. Em sua expansão e desenvolvimento destacou-se o fato das empresas passarem a organizar esferas antes alheias. Dessa forma, podemos observar historicamente que a esfera religiosa, habitacional, educacional, cultural, de consumo, de lazer, de produção, de previdência, de saúde, disciplinamento, de segurança, de sepultamento, filantropia passaram a ser objeto de ação empresarial. Se do século V ao século XVIII ocidental as pessoas nasciam, viviam e morriam dentro das instituições familiares, a partir do final do século XVIII elas passaram

² Esse processo de desapossamento dos trabalhadores quanto à gestão do processo produtivo iniciou-se com a mera imposição, na manufatura, da estrutura organizativa e do espaço físico dos trabalhadores. O saber e os movimentos de trabalho estavam ainda a cargo dos trabalhadores. Com a grande indústria os movimentos de trabalho e o saber necessários ao processo de trabalho passam ao controle dos capitalistas, inaugurando, para o último caso, a necessidade de processos formativos que estivessem fora do controle dos trabalhadores, ou seja, as escolas de massa, que vicejam durante o século XIX e se expandem efetivamente no decorrer do século XX.

crecientemente a nascer, viver e morrer dentro de instituições empresariais. Hoje a única esfera na qual a família se mantém totalmente intacta é aquela destinada à produção de corpos biológicos, mas com a genética passa-se a despontar no horizonte a possibilidade de produção de seres humanos no currículo empresarial.

Daí falarmos em capitalismo totalitário, buscando designar o fato de as empresas terem se apossado da organização de todas as esferas sociais pelas quais se reparte um corpo biológico dissipando a organização comunitária e/ou familiar característica do regime senhorial e, a partir desta atuação, procurar fazer com que em todas as esferas as pessoas se submetam aos modelos comportamentais criados pelas empresas. No capitalismo atual apenas enquanto estruturas subsumidas à gestão empresarial global é que as famílias ou pólos comunitários subsistem de forma que são cercadas por monopólios ou monopsônios transnacionais.

Tomando em conta os estudos de Michel Foucault (1987; 2002), a substituição das instituições familiares pelas empresariais significou uma profunda mudança no exercício do poder. Primeiro porque este se tornou muito mais amplo. Várias esferas que a classe trabalhadora, na sua estruturação familiar, desenvolvia autonomamente, como a educacional, previdência, habitacional, cultural, consumo, lazer, produção, saúde, sepultamento, punição, etc., ao passar para a esfera empresarial tornaram-se práticas de administração sobre os trabalhadores. Ainda, as empresas, ao ofertarem um produto ou serviço, passaram a disciplinar tanto as pessoas que os produziam quanto as pessoas que os consumiam. Em continuidade, este poder deixou de fundamentar-se em relações pessoais para adquirir a forma impessoal. Deixou de se fundamentar na pessoalidade de uma família de servos com uma dada família aristocrática para relacionar-se com pessoas atomisticamente fragmentadas com relação a instituições. Como o poder deixou de ser pessoal, os critérios da nascença, do sangue, da tradição, da hereditariedade foram substituídos pelo saber enquanto principal fator que confere legitimidade ao exercício do poder,

uma vez que este passou a ser crescentemente exercido por empresas, onde a capacidade intelectual tornou-se a principal caução para o exercício do poder. Transposto para a esfera econômica, a utopia tecnocrática (governo dos sábios) que Platão pensava com relação ao Estado pôde realizar-se plenamente, tendo em Saint-Simon seu novo fundador.

O despontar da empresa enquanto sujeito social gestor da sociabilidade humana implicou uma mudança qualitativa que marca o advento de uma era na qual nos situamos ainda e que está em pleno desenvolvimento. Talvez o maior marco simbólico do despontar da empresa enquanto célula social central tenha sido o advento de uma concepção de tempo que é institucionalmente administrada e universal, situando a mensuração do tempo na globalidade integrada dos processos econômicos, em profunda ruptura com a sua mensuração de forma fragmentária, relacionado ora ao trabalho agrícola, ora aos ciclos naturais, do regime senhorial. O tempo linear que se criou e impôs por todo o globo é o tempo do capital (Thompson, 1998). Daí o advento do *horário de verão*, que constitui a gestão do tempo conforme a ação empresarial sobre a sociedade, visando adequá-lo à melhor existência destas.

Ao termos em conta as mutações históricas na organização do processo de trabalho, situando a revolução industrial como o marco do processo político e social moderno, não podemos considerar a mesma como um simples despontar de novas tecnologias, mas como o amadurecimento e expansão de uma dada forma de organização do trabalho, que define a substituição de um modelo produtivo assente nas instituições familiares e particularizado por outro assente nas instituições empresariais e tendentes a uma crescente integração, que hoje inclui todo o globo. (Tragtenberg, 1992; Arruda, 1991).

A forma integrada e, portanto, global da ação empresarial tem erigido um forte campo simbólico que consiste na determinação global da cultura e da linguagem mediante a veiculação que estas fazem não só na sua esfera interna, mas no meio social em geral, dada a colocação de

aparelhos emissores - rádios, televisores-, no interior de cada quadro residencial, urbano, institucional em geral. Somemos o advento de formas globais de comportamento como os *clubbers*, os desfiles de moda, as mega festas, turnês globais de esporte, música, condicionamento físico, relação com certos programas televisivos como os *reality shows*. Formas globais de cultura como a música eletrônica, de comunicação como a Internet, o Orkut; de consumo como os fast-foods etc, todas elas calcadas na empresa enquanto vetor social e, portanto, sujeito político, uma vez que é por intermédio destas que se dá a gestão das relações humanas.

No campo simbólico, além das empresas serem predominantes na organização de eventos culturais, conduzindo-os diretamente ou financiando-os, a camada de artistas é cooptada pelas elites empresariais passando a ostentar as suas fraseologias, os seus valores e a sua imagem. Tais artistas funcionam como modeladores sociais difundindo globalmente as formas de pensamento desejadas, os comportamentos requeridos, a formação biológica, estética, e a indumentária tida como salutar. A circulação de mercadorias corresponde e contribui para a estetização empresarial do mundo, uma vez que, além dos produtos, cada item é acompanhado por uma embalagem que colore o mundo com as formas e simbologias empresariais.

Na crescente estetização do mundo moderno as empresas possuem um papel destacado. Hoje não só as vestimentas e padrões estéticos estão a cargo das maiores empresas do ramo, mas as próprias grifes passaram a ser o maior objeto de interesse, simbolizando um *status*, uma dada posição social, possuir roupas de uma determinada empresa. Daí que seja corrente o fato de muitas pessoas desconhecerem as características e cores da bandeira de seus respectivos países, mas não titubeiam ao definir a qual empresa corresponde dado símbolo. Da mesma forma, enquanto o geral da população cada vez mais desconhece os hinos nacionais, a maioria das pessoas conhece, talvez não propriamente os hinos das empresas, como postulou João Bernardo

(1998), mas com certeza os seus *slogans* e fraseologias que são massivamente difundidos pelo rádio, televisor, jornais e *outdoors*.

Os rádios e televisores, os jornais empresariais desempenham não só o papel de comunicadores, mas passam a superintender uma boa parte da educação da população. Decerto as empresas desenvolvem várias possibilidades de controle sobre a educação mediante a construção de escolas próprias, redes escolares ou mediante o controle sobre o aparelho estatal e distintas outras formas de influência como as fundações de ensino, o patrocínio e o investimento em universidades (Delgado,1996), mas agora atentamos para o fato de os grandes meios empresariais de comunicação influírem na formação educacional difundindo saberes, vendendo livros, discos musicais, filmes, promovendo comportamentos, alencando debates, receitando preceitos éticos, divulgando estatísticas, formando culturalmente etc. Tal tipo de formação alcançou o estatuto de conhecimentos gerais sendo objeto de avaliação em concursos e vestibulares.

Um aspecto decisivo diz respeito a divulgação das normas jurídicas, de forma que a mídia tornou-se o principal instrumento do aparelho legislativo e judiciário na sua relação com a população. A maioria das pessoas não lê os diários oficiais de seus países e é por intermédio dos grandes meios de comunicação que são comunicados sobre o que é ou não permitido. Suplementarmente a mídia é responsável pela criação de uma indústria do medo que tem por função manter a população em pavor, fazendo-a acreditar que as ameaças de crimes são maiores do que as estatísticas registram de forma a legitimar a expansão do aparelho de fiscalização como observou Bernardo em *Democracia Totalitária* (2004), e foi tematizada por Michael Moore em seu filme *Tiros em Columbine*.

O conceito de neoliberalismo ao definir o exercício cada vez mais lato de ação-poder por parte das empresas não remete a uma situação em todo nova, mas a um quadro de acentuamento de uma linha evolutiva iniciada há muito. Tendo em conta a defesa que seus teóricos, Hayek, Von

Mises e Friedman, fazem da liberdade de ação empresarial frente a atuação do Estado -que tais autores denominam coletivismo - o termo neoliberalismo corresponderia mais a uma operação de propaganda que à alusão a um quadro totalmente novo. Entretanto, nem tudo é velho: a sustentabilidade para o termo neoliberalismo, ante o liberalismo clássico, advém do fato de tal conceito definir a atuação soberana de empresas que agora se apresentam num patamar transnacional em contraposição aos limites nacionais do liberalismo clássico e de ter alargado e aprofundado a esfera de sua ação. Imaginar que com a eletrônica as empresas criaram o suporte material para fiscalizar toda a comunicação pessoal, informal, das pessoas é algo que nenhum Estado ou empresa do século XIX poderia fazer. O Google, por exemplo, fiscaliza e arquiva 2,5 bilhões de consultas efetuadas por mês por pessoas espalhadas pelo mundo todo (Exame, 15 de março de 2006, pg. 88).

Como já afirmado, as empresas nem sempre possuíram o nível de atuação hoje existente. Embora a empresa tenha despontado desde o século XVIII enquanto sujeito político -que regula e controla a ação dos trabalhadores no interior do processo produtivo -até a década de 50 do século XX a atuação empresarial tinha se desenvolvido prioritariamente em bases nacionais, o que conferia um importante papel ao Estado enquanto gestor das condições gerais de produção que incluem as infra-estruturas, a saúde, o policiamento, a educação, quadro habitacional, previdência, o mercado de trabalho, etc. Dessa maneira, pode-se dizer que até então aquelas esferas necessárias à existência das empresas, as condições gerais de produção, que, no entanto, eram externas a cada uma em particular, tinham ficado a cargo prioritariamente dos aparelhos governativos de cada país, o executivo, o legislativo e o judiciário. Tal divisão de tarefas remetia um importante papel ao Estado na organização social interna a cada território político, conferindo a este um papel importante enquanto instrumento de regulação econômica e planificação social.

Com a crescente transnacionalização dos processos de trabalho, da economia, no pós-segunda guerra, as empresas passaram a desenvolver ao seu nível próprio aquelas tantas esferas que até então haviam ficado a cargo das burocracias governativas de cada país, agora numa crescente base econômica transnacional. É neste cenário que passa a surgir instituições de matiz transnacional como o FMI, o Banco Mundial, a ONU, o Fórum de Davos, a OTAN, a OMC etc.

As empresas passam a se apresentar enquanto sujeitos sociais não só ao seu nível próprio, mas ao nível social mais amplo, ocupando espaços antes circunscritos ao Estado nação. Ou seja, além de administrar os processos de trabalho imediatos erigindo um complexo transnacional, as empresas, por instituições próprias ou mediante pressões sobre os Estados nações, passam a desenhar uma complexa plataforma transnacional de infra-estruturas materiais e sociais, exercendo uma crescente atuação quanto à coordenação dos processos econômicos, campo em que o Estado tinha uma atuação destacada. Elas agora não só atuam sobre a população no interior do espaço nacional, mas estruturando-se transnacionalmente, alargam sua possibilidade de ação e ocupam espaços antes restritos ao Estado nação, além de produzir esferas novas.

Com esta nova estruturação dos processos econômicos, situados agora em base transnacional, as empresas passam a tornar cada vez mais secundário o papel de intermediário, regulador econômico e planejador social do Estado, tornando-se cada vez mais hegemônicas e ditando aos Estados os seus liames próprios. Segundo Peter Drucker (1986), renomado teórico de administração de empresas, até o século XIX as inovações sociais, embora pudessem ser germinadas no âmbito empresarial dependiam do Estado para a sua implementação. As grandes mudanças sociais eram mediatizadas pela esfera *política*. No decorrer do século XX, mas principalmente na segunda metade deste século, as inovações sociais desenvolvem-se e proliferam-se a partir do interior da economia. Significa isso que as principais mudanças atuais não apenas tem como sujeito central o setor empresarial, mas são levadas adiante a partir de suas

instâncias próprias. São mudanças *administrativas*, no entender do autor *não políticas*. Podemos compreender a razão de ser de instituições transnacionais de planificação política e econômica sobrepondo-se a fragmentação das instituições capitalistas circunscritas aos Estados nacionais.

Utilizando a terminologia desenvolvida por João Bernardo, podemos afirmar que as empresas, interligadas pela atuação ativa das companhias transnacionais e os foros de decisão que lhe são próprios constituem, em bloco, o elemento hegemônico do *Estado Amplo* -aparelho de poder que possui hoje uma estrutura completamente global. Dessa forma, na estruturação atual do poder temos um Estado global, o *Estado Amplo*, constituído hegemonicamente pelas instituições empresariais e suplementado por uma miríade de *Estados Restritos*, que são constituídos pelos inúmeros Estados nacionais que possuem uma atuação particularizada, circunscrita aos limites do território nacional. A completude do aparelho de poder no capitalismo é efetivado pela conjugação do *Estado Amplo* com a miríade de *Estados Restritos*, sendo o *Estado Amplo* o aparelho hegemônico e dinâmico na atual etapa.

Essa estruturação transnacional dos processos econômicos mediante a ação de empresas globais constitui um fator de maior padronização da vida social e planejamento, sobrepondo os particularismos intrínsecos à divisão do mundo em nações. Com a organização global dos processos econômicos se inauguraram, efetivamente, plataformas globais de gestão humana, mediante o estendimento de um dado modelo administrativo por todo o globo. A ação das transnacionais e a concomitante adequação das empresas menores e dos *Estados Restritos* -os Estados nacionais - criaram uma estrutura econômica global que é acompanhada de uma estrutura global dos processos pedagógicos, do consumo, da cultura, dos costumes, dos lazeres, da comunicação, enfim, de toda uma forma de vida aliada à crescente composição de uma estrutura global de fiscalização mediante a disseminação de câmeras, bancos de dados, instrumentos

eletrônicos de identificação e obtenção de informações que são alavancados com a fiscalização sobre os processos de trabalho, os processos pedagógicos e os lazeres, permitida pela eletrônica.

Por exemplo, a empresa Google, gigante da comunicação, que é utilizada em 2, 5 bilhões de consultas mensais, arquiva todas as palavras pesquisadas por seus usuários e em quais resultados eles clicaram o *mouse* ou, inversamente, pode partir de dadas palavras e averiguar de quais computadores partiram as pesquisas. Ainda, a empresa está capacitada a fazer cópias de documentos de seus usuários a partir de seus servidores. Esta mesma empresa compactua com os *Estados Restritos* proibindo a pesquisa de palavras como democracia, a menção ao massacre da Paz Celestial, em 1989 ou referências ao líder espiritual tibetano Dalai-Lama, por cidadãos chineses. As empresas de Internet recentemente entregaram ao governo americano uma lista de expressões pesquisadas por seus usuários e comprometem-se a entregar o conteúdo da comunicação de todos eles quando requisitado pelos governos, como ocorreu com o Yahoo!, na China, levando à prisão de um ativista pró democracia (Exame, 25 de março de 2006, pg. 88-90).

As grandes corporações controlam os Estados nacionais externamente ao se constituírem enquanto credoras e internamente mediante o financiamento dos partidos políticos e a ação dos *lobbies* empresariais, que financiam e acompanham a ação parlamentar após o pleito universal. Entretanto, o primordial para a supremacia empresarial é o fato de as transnacionais possuírem o domínio tecnológico, as inovações e o controle da rede transnacional dos processos econômicos e financeiros, isolado dos quais nenhum Estado poderia sobreviver nos patamares atuais. Nesta conjuntura, as instituições provenientes do Estado vão se destacando dele e, sendo cooptadas, passam a inserir a órbita e a mecânica do grande capital, dado a necessidade de existência de mecanismos de coordenação transnacional dos processos econômicos. Os Estados nacionais, como diz Bernardo, tornam-se *Estados Restritos* passando a aparelhos suplementares da estrutura global do *Estado Amplo*, o Estado empresarial.

Crucial nisso tudo é percebermos a crescente maturidade política das empresas, nomeadamente das transnacionais, as maiores dentre elas, as quais passam a alçar uma maior autonomia, requerendo o evolutivo abandono do Estado, ao menos como órgão de soberania nacional, enquanto instrumento de gestão social. A prova maior deste fato não deve ser buscada em siglas, mas na compreensão de que só se passa a construir formas de religiosidade, de cidadania, de esporte, de lazer, de consumo, de educação, enfim, toda uma vida social global porque existe, ou melhor, passou a existir um sujeito de ação que não encontra territórios que lhe sirvam de parede. A ereção da política global, da fiscalização global, da educação global, da cultura global, encontra o seu fundamento e o seu sujeito na economia global, na ação global que as empresas passaram a exercer prioritariamente no pós-segunda guerra, cuja implicação é o domínio das transnacionais, a secundarização do Estado nação.

Este quadro brevemente exposto da estruturação global e ampla do poder empresarial engendrou, por seu turno, uma mutação nas críticas sociais ao capitalismo. Parece-nos que até meados do século XX a literatura de esquerda tinha como principal alvo o aparelho de Estado. Embora mencionassem a ação empresarial, entendiam o Estado como lócus central de ação social, apontando corretamente o importante papel coordenativo que os Estados nacionais então exerciam. Após este período começa a se falar em poder empresarial, poder das multinacionais, consumo de massa num sentido negativo etc. A comparar o *Estado e a Revolução* de Lênin (1986) com *Americanismo e Fordismo* de Gramsci (1968) já podemos perceber uma mudança paradigmática na qual a empresa passa a ser criticada enquanto esfera de disciplinamento, opressão e controle e, ainda, enquanto sujeito suscetível de engendrar mutações de nível macro-social. Posteriormente, surgem conceitos como *sociedade do consumo*, *sociedade de massa*, *capitalismo monopolista*, *sociedade do espetáculo*, *sociedade informacional*, *sociedade tecnocrática*, *tecnoburocrática*, *sociedade disciplinar*, *sociedade de controle* etc, em que, no que

pese as singularidades, podemos perceber a caracterização da empresa enquanto instrumento mediante o qual se exerce um poder mais amplo do que o remetido tradicionalmente. Principalmente por apontar para o exercício de poder que não possui um estatuto jurídico, tal qual a tradição burguesa clássica e que, por isso, não tem sua latitude de ação limitada por contratos previamente estabelecidos, nem por territórios detalhadamente circunscritos.

Da mesma forma, ao acompanhar alguns trabalhos sobre luta operária no Brasil nas décadas recentes, vemos uma mudança de lócus da esfera dos partidos, organização externa às empresas e voltada para o Estado, para a esfera das lutas internas ao âmbito empresarial, conforme Pereira (1979), Maroni (1982), Frederico (1979), Antunes (1988), Brito (1985), Tragtenberg (1980; 1986) de modo que fica implícita a caracterização da esfera empresarial enquanto palco de poder no relato das lutas operárias que aí se fez. Tais autores, embora o direcionamento particular de cada um, retratam uma classe trabalhadora em luta contra os mecanismos disciplinares do poder empresarial e não só como reivindicadores de aumentos salariais ou maior participação nos mecanismos de poder do Estado nação. Ainda, no outro lado do espectro político, ao acompanhar a revista *Exame*, de matiz empresarial, ou o documento da FIESP *Livre para Crescer* (1990) podemos comprovar que os empresários assumem a si mesmos como sujeitos políticos tanto na sua esfera de domínio particular quanto na social mais ampla. O conceito de responsabilidade social empresarial, forjado pelo já citado Peter Drucker, é a expressão teórica desta atuação mais ampla. Já de uma forma explícita, os trabalhos de Segnini, *Bradesco: a Liturgia do poder* (1988) e Tragtenberg *Administração, Poder e Ideologia* (1980) encaram a empresa enquanto sujeito político.

No entanto, numa perspectiva anticapitalista, embora desde o século XIX tenham vicejado teorias que afirmassem o caráter político da empresa, foi muito recentemente que surgiu uma teoria de crítica ao capitalismo calcada em sua totalidade na empresa enquanto principal aparelho

de poder que erige um Estado global. Esta teoria deve-se a João Bernardo, o que aguçadamente tem referido o papel de sujeito político e social exercido pelas empresas, buscando dar conta da nova realidade de poder subjacente aos tempos atuais.

O autor se destaca ao dimensionar a questão do poder de forma global. Além de relacionar a estrutura de poder tendo por conta a organização dos processos de trabalho, trabalha numa ótica global realçando o fato, ignorado por muitos, de o regime de fiscalização e controle hoje vigente possuir uma base planetária. Para ele, à estruturação transnacional dos processos de trabalho corresponde, também, e como não poderia deixar de ser, uma estrutura transnacional de poder, controle e fiscalização. Dessa forma, o autor não situa o poder empresarial com uma forma de raciocínio limitada aos territórios nacionais. Ao contrário, busca identificar o atual estágio de neoliberalismo como o de consolidação do Estado global, tecido pelas instituições empresariais, sobre os restritos Estados nacionais.

Devemos lembrar que numa certa altura de seu desenvolvimento ideológico, nomeadamente nos *Manuscritos Económico-Filosóficos*, Marx deu uma acepção política ao conceito de exploração, definindo capital como *o poder de dominar a força de trabalho* e, novamente, em *O Capital*, referiu a hierarquização interna aos processos produtivos como uma ditadura que os capitalistas exerciam sobre a força de trabalho, correspondendo as empresas às unidades prisionais que aglutinavam os trabalhadores de forma atomística em estruturas concentracionárias. No entanto, Marx não auferiu daí a relação existente entre as duas modalidades máximas de exploração, subjacentes aos conceitos de mais-valia absoluta e mais-valia relativa nos seus aspectos políticos e, ainda, não dimensionou a relação entre esferas de poder micro e macro sociais, ou micro e macro económicas que a definição deste poder supõe, dado o inter-relacionamento das unidades económicas. Coube a João Bernardo o desenvolvimento crítico e, principalmente, a atualização da concepção marxiana de que os

processos econômicos constituem processos políticos e que, portanto, a exploração engendra e requer a opressão.

Já Sweezy e Baran, em *Capitalismo Monopolista*, obra de 1966, afirmavam a necessidade de atualizar a análise efetuada por Marx dado que, no decorrer do século XX, o capitalismo, que até então se alicerçava em empresas menores e nacionalmente circunscritas, passou a ter uma dinâmica alicerçada em empresas monopólicas cujo terreno é global, o que, para os autores, engendrava a necessidade de uma nova análise sobre o funcionamento dos processos econômicos e do quadro de poder que daí decorria, pois as empresas estavam a obter e efetivar uma atuação muito mais ampla. Segundo eles, a estruturação econômica tendo como cerne grandes unidades produtivas, monopólicas, permitem às empresas exercerem uma atuação social sobre o meio externo muito mais profundo do que aquelas unidades econômicas existentes em fins do século XIX e que foram objeto da magistral crítica de Marx em *O Capital*.

O que passa incólume aos marxistas que pretendem raciocinar apenas em bases nacionais e segundo o modelo econômico do século XIX, é que se as empresas constituem um aparelho de poder, conforme o Marx de *O Capital*, a existência de empresas transnacionais implica o surgimento de aparelhos transnacionais de poder, um verdadeiro Estado global que não é juridicamente reconhecido. Da mesma forma, a crescente interligação das empresas transnacionais não implica pensá-las enquanto uma milhares de Estados globais particularizados, mas como todas agentes de um Estado global que se auto coordena e desenvolve às expensas e contra a autonomia dos Estados nacionais que passam a ter a sua atuação delimitada pelo poder empresarial que lhe é base. Enfim, se a economia é a fonte do poder, como dizia Marx, à economia global corresponde um Estado global. A ironia dessa nova fase é não vermos mais, ou somente, as empresas a pedirem créditos e fiscalização por parte dos Estados,

mas os últimos requerendo a disponibilização do crédito e da fiscalização efetivada pelas primeiras, apenas para ficar em dois exemplos.

João Bernardo entende que as empresas fazem parte da estrutura governativa do capital sobre os trabalhadores, sendo o instrumento de poder mais importante que dispõe a classe dominante. Para ele, o substancial para a existência do poder e da exploração no capitalismo é o controle que os empresários exercem sobre a força de trabalho no interior do processo produtivo. O autor propõe caracterizar a empresa enquanto Estado, que ele denomina *Estado Amplo*. As empresas constituiriam a principal instituição mediante a qual se disciplina e organiza a totalidade do social. O Estado seria para o autor um mero decalque do poder empresarial e, portanto, local exclusivo de coordenação dos interesses da classe dominante sobre e apesar dos trabalhadores.

Para esse autor, além da esfera interna a cada empresa considerada, os empresários atuam sobre o conjunto populacional mediante a organização da esfera de lazer e consumo, ponto a partir do qual passam a difundir um dado modelo de vida usando, neste objetivo, os grandes meios eletrônicos de comunicação como difusores de suas mensagens políticas que tem por característica, justamente, não se apresentarem como políticas, mas como um estilo de vida que surge como salutar. Não devemos esquecer, também, que os empresários tratam de hegemonizar o aparelho de Estado clássico, dando a ele as veleidades de seu interesse. Nessa conjuntura, o estágio atual de neoliberalismo é tanto uma ação empresarial quanto o foi a estratégia fordista de alargar o consumo e as garantias sociais por intermédio do Estado, aquele que ficou conhecido como de bem estar, mas de uma outra forma, em outra base .

Em suma, se o Estado é hoje secundarizado nas suas funções coordenativas é porque as empresas passaram a desenvolver instituições próprias que se encarregam da gestão social mais ampla. O crucial fator determinante desta secundarização das funções coordenativas do Estado

nação é a necessidade de se construir aparelhos coordenativos de matiz transnacional e que, portanto, não tenham os seus limites de atuação restritos à territórios que as empresas há muito puderam vazar.

Podemos perceber que João Bernardo se filia e aprofunda a linhagem de renovação da crítica social pós-segunda guerra mundial, buscando contribuir para o entendimento do poder na sociedade contemporânea a par das mais atuais remodelações apresentadas no capitalismo. Sua perspectiva de análise busca enquadrar criticamente, a partir da perspectiva da classe trabalhadora, o cenário de neoliberalismo que, para ele, se tem como característica central o crescente definhamento do Estado, não tem implicado para os trabalhadores numa diminuição do poder e da exploração. Antes, este tem se expandido de forma colossal, mediante outros sujeitos, as empresas, e tem usufruído a ausência de um estatuto jurídico, de sua informalidade, para apresentar-se enquanto momento de afirmação e expansão da liberdade.

Tendo em conta isso, João Bernardo³ constituirá o principal campo de consulta e alicerce teórico que fundamenta a análise que se segue, sendo que optamos, também, em trabalhar com

³ João Bernardo, autodidata, é um ativista e pensador anticapitalista português, dono de uma vastíssima obra com traduções para a Espanha, Inglaterra, Bélgica, França e Brasil. Nascido em 1946, iniciou sua atividade anticapitalista no Partido Comunista Português, (1964-66), aderiu depois a organizações maoístas, (1966-73), passando, posteriormente, a seguir uma orientação libertária. De 1963 a 1968 dedicou-se ativamente ao movimento estudantil, sob o *salazarismo* em Portugal. Esta atividade acabou por lhe render várias prisões e a expulsão de todo o sistema universitário em 1965, quando cursava o primeiro ano de história. Exilado em Paris desde 1968, prossegue estudos em bibliotecas e retorna à Portugal quando da Revolução dos Cravos em 1974, fundando, com Rita Delgado e João Crisóstomo, o jornal autonomista *O Combate*. Este jornal manteve-se vivo até 1978.

Com doze livros, vários artigos e algumas brochuras, o autor é responsável por uma importante atualização crítica do marxismo que se inicia com *Para uma Teoria do Modo de Produção Comunista* (1975) e se estende até os dias atuais. Embora percorra temas muito amplos, passando pelo regime senhorial, pelo fascismo, análise do capitalismo etc, sua obra tem como ponto de continuidade a análise das formas de poder subjacentes à exploração e a análise das formas sociais alternativas que se desenvolvem quando os explorados se põem a lutar, coletiva e ativamente, contra a exploração. Outra questão importante para o autor é procurar estudar como os movimentos de contestação podem reproduzir a estrutura contestada, reforçando, por sua vez, o sistema exploratório que pretendiam destruir e produzindo, neste processo, burocracias internas passíveis de se transformarem em novos exploradores.

Para evitar equívoco, devemos alertar que optamos por trabalhar com os últimos conceitos de João Bernardo. Embora sua obra não tenha sofrido nenhuma significativa mudança em termos metodológicos e conceituais, alguns conceitos não são os mesmos utilizados desde a publicação de *Para uma Teoria do Modo de Produção Comunista* em 1975, sua primeira obra. Assim, o conceito de *Estado Amplo*, por exemplo, surgiu apenas em 1985. Seria um outro trabalho, por hora não escolhido por nós, acompanhar o desenvolvimento conceitual do pensamento bernardiano. Dessa forma, trabalhamos o pensamento bernardiano à luz de seus últimos conceitos, o que

literatura mais atual e que, portanto, possa dar conta desta realidade que ainda se desenha e desenvolve. Seguimos, junto com o autor e com a tradição marxista, a necessidade de alicerçar a compreensão dos mecanismos de poder no capitalismo sobre uma prévia compreensão dos mecanismos da exploração, pois, no capitalismo, as tecnologias de poder centrais se desenvolvem de acordo com as necessidades da exploração e são os próprios e imediatos mecanismos econômicos as bases mais sólidas de uma estrutura de poder que se estende por todo o globo.

Outro autor que contribui fortemente para a compreensão das instituições empresariais enquanto pares políticos é Michel Foucault. O teórico francês postula, em obras como *Vigiar e Punir* e *Microfísica do Poder*, o conceito de *sociedade disciplinar* que se caracteriza como uma forma de produzir e organizar o espaço, de produzir e controlar o tempo, de condicionar, vigiar e registrar continuamente o corpo e sua conduta, produzindo corpos dóceis mediante o funcionamento particularizado, autonomizado, destas instituições com relação ao Estado

não compromete em nada o entendimento, uma vez que não ocorreram alterações paradigmáticas, sendo a sua obra mais recente um desenvolvimento e aprofundamento dos primeiros escritos.

Em nossa escrita partimos de uma leitura efetuada por toda a obra de João Bernardo. Desse modo, evitamos as referências a páginas, indicando a obra como um todo. Apenas quando fazemos citações é que procuramos indicar a obra e a página escolhida. Ficou muito difícil proceder a uma indicação sistemática de obras e páginas porque o tema por nós escolhido para adentrar o universo bernardiano é um tema pilar em seu pensamento e, portanto, possui referência na quase totalidade de sua obra. Entretanto, o substancial da discussão pode ser adquirido a partir de *Economia dos Conflitos Sociais*, (que consideramos sua obra-prima, a sistematização de seu pensamento), mais o primeiro volume de *Marx crítico de Marx* e *Dialética da prática e da Ideologia*, de onde se depreende uma teoria da práxis e as discussões epistemológicas e do artigo *Autogestão e Socialismo*, onde se figuram os conceitos de *classe e massa* e *auto-organização e hetero-organização*. Apesar disso, a quem tenha interesse, devemos ressaltar a importância de fazer uma abordagem ampla da obra. Em escritos como *Labirintos do Fascismo*; *O Inimigo Oculito*; *Capital, Sindicatos, Gestores*; *Para uma Teoria do Modo de Produção Comunista*; *Crise da Economia Soviética e Democracia Totalitária*, encontramos a aplicação dos modelos teóricos na análise histórica, o que facilita muito o entendimento. As quatro primeiras obras referidas, *Economia dos Conflitos Sociais*, *Marx crítico de Marx*, *Dialética da Prática e da Ideologia* e o artigo *Socialismo e autogestão*, em boa parte, operam a sistematização teórica do pensamento bernardiano.

Em nossa escrita vamos nos referir a classe capitalista enquanto realidade única. Para João Bernardo, existem três classes sociais no capitalismo, sendo uma explorada e duas exploradoras: os burgueses e os gestores. Como nos centraremos na relação global da classe trabalhadora com as classes exploradoras e como, segundo Bernardo, o controle é o mecanismo do poder tanto para a burguesia quanto para os gestores, iremos nos referir ao pólo explorador-opressor como algo constituído por um único conjunto social. Ou seja, embora Bernardo refira gestores e burgueses, vamos falar em capitalistas, exploradores, em geral, como se houvesse, para o autor, apenas uma classe exploradora, tal qual o entendimento usual, uma vez que a problemática do poder e da sua contraposição pela classe trabalhadora diz respeito às duas classes capitalistas.

tradicional. Daí identificar a prática disciplinar em instituições aparentemente tão díspares como a escola, o presídio, o exército, a fábrica, o hospital, as casas de correção e os manicômios. Foucault postula claramente a correlação entre *sociedade disciplinar* e desenvolvimento do capitalismo. O disciplinamento da sociedade corresponde ao desenvolvimento dos mecanismos da exploração. *Se o poder se exerce como ele se exerce, é para manter a exploração capitalista.* (Foucault, 2002: 77).

Enfim, devemos alicerçar a análise do poder na compreensão dos mecanismos econômicos porque não é qualquer poder que interessa ao capitalismo. Muitos empresários empenham-se no combate ao autoritarismo patriarcal, à violência policial, à tortura, ao espancamento e maus tratos por parte dos homens contra as mulheres, aos maus tratos contra crianças, discriminação dos negros etc, como foram célebres na luta contra o escravismo. O que interessa é a manutenção dos mecanismos de poder necessários ao prosseguimento da exploração.

Posto isso, podemos perceber que historicamente a estrutura de funcionamento dos presídios, das escolas, do quadro urbano, das relações raciais, de gênero, de gerações, de consumo etc. pôde mudar rumo a um crescente igualitarismo e permissividade, sem que se alterasse a clivagem interna aos processos econômicos e como condição de um maior desenvolvimento deste.

A exploração do trabalho feminino teve como condição a luta contra o tradicional autoritarismo patriarcal; a exploração de negros a luta contra o escravismo e preconceito quanto à cor de pele; a necessidade de maior formação a luta contra a exploração de trabalho infantil e maus tratos contra crianças. O capitalismo pode até se apresentar como progressista dado que o seu desenvolvimento tem por condição a luta contra inúmeras formas de coerção tradicionais e já seculares - certamente uma trabalhadora bancária, por exemplo, que não é explorada somente em sua capacidade de trabalho, mas, conjuntamente, em sua imagem e beleza, não pode ter a face

marcada por agressões do marido. A estas formas de poder e opressão o capitalismo poder abrir mão, justamente para manter melhor ainda a opressão sobre os trabalhadores, que é condição para o funcionamento da economia. Ele pode tudo mudar para que tudo fique na mesma.

Dessa forma, a adoção de uma perspectiva centrada somente sobre o conceito de opressão para o entendimento do poder leva a uma abordagem genérica e muitas vezes abstrata, quando não a-histórica das hierarquizações existentes. Este tipo de metodologia acaba por dar amplo relevo a estruturas hierárquicas secundárias no panorama atual e não busca a identificação das formas de opressão centrais e determinantes. Num exemplo, se procurarmos apenas a identificação de estruturas de poder sem outra correlação, podemos ficar excessivamente preocupados com a forma burocrática e hierárquica das igrejas e dar demasiado relevo a esta instituição. De outra forma, tendo em conta o conceito de exploração, percebemos que a igreja é uma instituição anterior ao capitalismo e que as suas formas de hierarquização próprias foram sendo secundarizadas com o desenvolvimento deste sistema⁴. Embora exista poder e hierarquização no interior das instituições eclesíásticas, assim como no ambiente familiar, não é esse tipo de poder que é condição central e impulsionado pelo capitalismo, podendo, desta forma, a estrutura atual de poder conviver com formas mais horizontais de estrutura familiar e eclesial. Em suma, o capítulo presente busca demonstrar a necessidade de alicerçar nos mecanismos da exploração econômica uma análise da opressão política.

⁴ Este não é o caso de igrejas como a Universal do Reino de Deus, num exemplo, que é posterior ao capitalismo e que adota uma estruturação empresarial, se expande mediante franquias, possui uma milhares de empresas e centros de formação próprios para o preparo de administradores. Embora a forma peculiar de captação de recursos, tal instituição se assemelha a casas de espetáculo que tem por função vender, prioritariamente, um dado modelo de vida a seus clientes.

II

Poder

Se alguma coisa resta do marxismo, na minha opinião, é a teoria da exploração. A teoria do poder de Marx está ultrapassada. (João Bernardo)

2.1. Definição de Poder.

As palavras não possuem materialidade própria. Embora sejam expressivas, representativas de fatos sociais, não existiu, até hoje, um dicionário que cunhasse cada conceito com um sentido único e exato. Por esta forma, uma mesma referência pode conter significados distintos, assim como, realidades distintas, e por vezes antagônicas, podem mesmo obnubilar-se, compartilhando de uma ou das mesmas palavras. Esta verdade, muito conhecida de políticos e advogados, requer da parte do estudioso, nomeadamente dos cientistas sociais, a busca da materialidade a que corresponde cada conceito, podendo-se, a partir de então, definir o sentido que este expressa.

A palavra poder, conceito central nas ciências políticas, não está isenta desta realidade apontada acima. É muito variado o sentido em que o conceito de poder é empregado, de forma que ele abarca tanto realidades humanas, quanto extras humanas, psicológicas e materiais, individuais e interindividuais. Em sociologia, na tradição de Weber e dos liberais, o conceito de

poder é remetido à dinâmica dos indivíduos em sociedade. Embora na contramão da teoria das elites, e preocupados com a sua destruição, os anarquistas individualistas partilharam da mesma concepção de poder, clássica dos liberais, que o remete para a dinâmica dos indivíduos entre si. Já a linhagem marxiana, não refere o poder como algo que se gesta na relação de entidade autônomas, individuais e redutíveis ao modelo do eu. Esta linhagem concebe o poder como algo que se gesta entre vastos conjuntos humanos, que por partilharem uma mesma prática social, são irreduzíveis ao modelo do eu, não existem enquanto esferas individuais.

Tendo-se em conta a laicização das práticas sociais, que acompanha o ocidente desde o século XVI, o poder deixa de ser referido a realidades extra humanas e, centrando-se nos homens, passa a ser focado em duas grandes óticas distintas. A primeira é o entendimento, já referido, do poder como algo que se gesta na relação dos indivíduos entre si, enquanto pluralidade de corpos atomísticos. Esta ótica fundamenta a teoria das elites que os liberais comportam e sua crítica anarquista (a corrente individualista). A segunda grande ótica é compartilhada pelos autores de matriz marxista. Para estes, o conceito de poder é algo que se refere à dinâmica entre vastos conjuntos humanos que se definem por ocuparem posições distintas na esfera econômica. Nesta concepção de poder, não é o indivíduo o ponto último de referência, mas conjuntos sociais amplos com uma dinâmica própria.

É nesta segunda corrente que nos filiamos. O conceito de poder que subjaz nosso texto não se refere, tal qual anarquistas individualistas e liberais, à realidades puramente individuais. Na linha de Bernardo remetemos o conceito de poder à dinâmica de conjuntos sociais que se definem por partilharem uma mesma prática nos processos de trabalho. É este o ponto a partir do qual, tal qual Marx, Bernardo hierarquiza e analisa a totalidade social.

Os processos de trabalho são antagonicamente compartilhados por dois conjuntos sociais distintos, um explorador e outro explorado. Definem-se classes sociais antagônicas. Uma que se

encarrega de produzir a base material para a produção de suas demais práticas sociais, assim como, das práticas sociais da classe antagônica e outra classe que se encarrega de gerir, mediante o controle, o processo de ação interno ao trabalho efetivado pela primeira classe referida e apropriar-se do excedente produzido. Uma é a classe trabalhadora, a outra, a classe capitalista.

Nesse terreno, o poder é definido como a capacidade que uma classe possui de se auto-organizar e, a partir deste ponto, organizar a classe antagônica. Poder é a capacidade de ditar a forma de organização da outra classe, controlá-la, o que significa que a classe que exerce o poder organiza a ela própria e a classe subjugada, organizando, deste modo, a totalidade da sociedade. É a gestão sobre a vida das pessoas que garante o poder aos capitalistas e é a submissão a esse controle, às gestões impostas ou oferecidas que inscreve a classe trabalhadora como uma classe ausente de poder. Ser proletário é ser administrado na empresa como uma engrenagem, produzido na escola como um objeto, comprado no mercado como um produto, usado como uma mercadoria qualquer e condicionado nos lazeres como um elemento do processo capitalista.

Dado a sua auto-organização, a classe exploradora erige os quadros de sua ação enquanto determina as formas do agir da classe explorada. Impõe a sua vontade e os ditames à classe explorada. Não poder desenvolver quadros de ação próprios, mas estar subsumida a modelos organizacionais impostos é a materialidade do poder que defronta a classe explorada. O inter-relacionamento dos elementos da classe exploradora é determinado autonomamente, ao seu próprio nível, enquanto as formas de inter-relacionamento dos elementos da classe explorada é imposto pela classe exploradora. Tanto dentro da empresa como na sociedade em geral, a classe exploradora auto-organiza-se e hetero-organiza a classe explorada. Enquanto o poder se efetiva de forma plena, a classe explorada é um produto da classe exploradora.

Nesta definição, devemos atentar que este conceito de poder cobre uma realidade muito vasta, bem mais ampla que a concepção usual do político nos permite pensar. Trata-se de uma

posição marxista, ou seja, no qual a definição de poder possui um fundamento material e econômico. No entanto, compreendemos que o campo do econômico, já diretamente político, é muito mais amplo e envolve o próprio inter-relacionamento social genérico. Daí que devemos pensar o poder, segundo Bernardo, principalmente como controle. As duas classes sociais existem em mútua relação. A classe explorada só existe enquanto tal na medida em que é controlada pela classe exploradora. E é a capacidade de controlar o inter-relacionamento social dos trabalhadores que finca a materialidade da classe capitalista. Também Holloway adota esta perspectiva. Ao postular o poder como a transformação do *poder fazer* em *poder sobre*, identifica o poder como um exercício do controle sedimentado na organização da produção e por aí da sociedade como um todo.

Eis que o aparelho de poder no capitalismo não se limita ao Estado e as instituições que formalmente o compõem. A estrutura disciplinar do capitalismo não é composta por umas ou outras instituições, mas por um princípio organizacional que preside a totalidade das instituições. A característica principal é a segmentação e a verticalidade, o que implica que uns mandem e outros obedeçam e que haja um grupo que se perpetua enquanto camada dirigente. Dessa forma, de escolas à organizações não governamentais, do quadro urbano à clubes de cinema, há uma milhares de instituições que se inserem no aparelho de poder capitalista. O fato de tais instituições, como os hospitais, não se assumirem enquanto tais só serve para captarmos a proliferação silenciosa do poder pela crescente expansão – qualitativa e quantitativa – dos mecanismos de poder, dado a crescente burocratização da sociedade. Como enfatizamos na introdução são as empresas os principais elementos dessa estrutura ampla de poder. Isso por sua centralidade, sua conectividade global e sua incidência sobre as demais instituições e sobre a sociedade como um todo.

Ao definir o pólo de poder como a tensão entre hetero-organização e auto-organização não pretendemos seguir a linhagem adotada por Weber e pelos anarquistas, na qual o poder surge prioritariamente como coerção, como algo simplesmente negador de uma dada ordem e tendência que os oprimidos estariam possibilitados de desenvolver. Nos atemos à contribuição de Foucault, João Bernardo, Tragtenberg, Holloway, na qual ao poder é dada uma acepção positiva, ou seja, os mecanismos de poder não se limitam a reprimir dados comportamentos, mas prioritariamente em produzi-los. E tal qual na utopia descrita por Huxley, no *Admirável Mundo Novo*, a classe dominante não se limita a reprimir a classe explorada para adequá-la aos seus ditames, mas já desde o início passa a adestrá-la, condicioná-la para desejar e desenvolver aqueles comportamentos que a ordem social requer. Não é quando adentra a empresa que o trabalhador se depara com o quadro de disciplinamento e fiscalização necessários ao prosseguimento dos processos econômicos. É já, desde o nascimento, e cercado por uma colossal estrutura arquitetônica e social, que os trabalhadores são condicionados aos comportamentos que o sistema requer. O aspecto repressivo, negativo do poder, só entra em ação quando os trabalhadores conseguem romper com a lógica mercantil que governa suas vidas.

Dessa forma, quando falamos de poder falamos em algo positivo, em um mecanismo social que produz pessoas e os concomitantes desejos e comportamentos, na medida em que organiza as pessoas. A classe capitalista exerce uma colossal prática de adestramento destruindo formas de vida e erigindo outras de acordo com as suas necessidades e possibilidades. A todos nós o mundo de hoje pode parecer natural e podemos imaginar que é por nossa vontade que fazemos boa parte ou a totalidade das coisas nas quais estamos inseridos, mas um olhar histórico não muito longo demonstra que muitas práticas sociais que hoje aparecem como as mais naturais do mundo foram, na verdade, fruto de imposições externas e mediante as quais se exerceram formas várias de resistência. Laborar em empresas, viver em cidades, formar-se em escolas,

enterrar parentes em locais controlados por empresas ou administrações estatais, consumir em instituições de consumo não familiares, ler, escrever, utilizar relógios e submeter-se a uma forma mecânica de quantificação do tempo, tratar-se em hospitais, utilizar dinheiro na transação econômica..., tudo isso pode parecer muito natural, mas, dentre várias outras coisas, foi mero fruto do desenvolvimento social que o capitalismo impôs aos trabalhadores.

Quanto ao dito acima, deve inspirar-nos a velha frase de Marx: *o capitalismo não se resume a produzir mercadorias, mas produz também os trabalhadores enquanto mercadorias*, o que remete a uma situação de produção de pessoas conforme critérios externos, impostos. A classe capitalista, ao controlar a ação da força de trabalho, não só garante a produção de mercadorias, de produtos de acordo com as suas imposições, mas produz também os próprios trabalhadores enquanto mercadorias, ou seja, produz pessoas de acordo com as suas imposições e necessidades. Daí o controle dos processos formativos, num exemplo, no qual se encarrega da formação de pessoas com necessidades e capacidades previamente desenvolvidas.

Nessa estratégia de gestão de vidas, de hetero-organização o Estado constitui apenas uma ínfima parte da estrutura governativa. Qualquer instituição se insere no aparelho de poder desde que reproduza as hierarquias entre os gestores que decidem e os trabalhadores que obedecem. Qualquer instituição que permita a administração sobre um coletivo de trabalhadores constitui uma peça da estrutura de poder que os capitalistas utilizam para condicionar os trabalhadores.

Em suma, exercer poder no capitalismo é produzir pessoas, fazer com que os trabalhadores assumam um dado tipo de prática social e desenvolvimento necessário à manutenção da ordem. Essa administração capitalista da sociedade se efetua mediante a administração capitalista do corpo social, onde tem lugar prioritário a administração dos trabalhadores. Daí a existência de um vasto mecanismo disciplinar que se estende por todo o

corpo social e domina o cotidiano das pessoas. Adestra o corpo, minimizando sua potência política e maximizando sua utilidade econômica.

No entanto, se há necessidade de controle e se apenas mediante o controle a classe exploradora garante a sua existência, é porque a classe explorada, os trabalhadores, são capazes de desenvolver um inter-relacionamento social próprio, no qual se negue a existência da classe explorada. Só é necessário controlar aquilo que é suscetível de um desenvolvimento próprio, autônomo. Não se trata de controlar a ação da classe trabalhadora para que, simplesmente, esta não ocupe os postos de mando na sociedade existente. Esta concepção usual e socialmente difundida de poder da classe operária se limita, afinal, a absolutizar o existente, imaginando a mera substituição de corpos biológicos nas mesmas relações sociais e formas organizativas que o dado inclui. Ao contrário, o controle é necessário para que a classe trabalhadora não passe ela mesma a organizar a totalidade do social, consoante um modelo de inter-relacionamento humano que lhe é próprio, autônomo. Se a exploração é conjugada com a opressão é porque os explorados situam a possibilidade de por fim a exploração.

O grande poder da classe exploradora reside, primeiramente, na sua capacidade de garantir que os trabalhadores desenvolvam, principalmente, aquele inter-relacionamento específico – hierárquico e individualizado - que garante a sua existência enquanto gestora dos processos de trabalho e, por aí, do conjunto da vida social e, secundariamente, manter isoladas as lutas sociais, para que as novas formas de organização social, criadas pelos trabalhadores, não se expandam de forma a tornarem-se realmente perigosas. Mas não devemos nos esquecer que só há necessidade do controle, do poder, porque há a possibilidade do antipoder, da perda do controle.

Se mediante o controle da ação dos trabalhadores, os exploradores conseguem garantir que eles realizem um inter-relacionamento que constitua o fundamento e a materialidade do poder, a capacidade de desenvolver um inter-relacionamento autônomo, não determinado, que

seja a negação da sociabilidade que dá fundamento ao poder constitui, para os trabalhadores, o antipoder.

O antipoder é a capacidade que os trabalhadores possuem de assumirem um comportamento que negue o organograma imposto erigindo uma outra forma de inter relacionamento social que constitua a negação da estruturação -segmentada e hierárquica- da ordem capitalista. Tal qual Tragtenberg, Holloway e Bernardo, entendemos que o antipoder, a ameaça de derrube da estrutura capitalista, surge quando os trabalhadores colocam-se em luta contra o capitalismo e nesse processo assumem formas solidárias, igualitárias e coletivistas de inter-relacionamento. Daí se engendram formas novas de organização social que constituem, em germe, as relações sociais que prenunciam o domínio dos produtores auto-organizados sobre a produção e a totalidade social, algo que já foi batizado de comunismo, socialismo, cooperativismo e outros mais.

2.2.Exploração: *Estado Amplo*. Administração sobre os Trabalhadores.

Sendo o processo de trabalho o mecanismo motor de toda a sociedade, quem prevalecer no seu controle deterá a hegemonia.(João Bernardo)

O processo de trabalho no modo de produção capitalista é compartilhado contraditoriamente por dois conjuntos sociais, cujas práticas são antagônicas, embora complementares. De um lado temos um conjunto social que se encarrega da produção de todos os meios necessários não só à sua existência e reprodução, mas, ainda, à existência e reprodução do outro conjunto social. Há uma classe social produtora que se encarrega da produção de todos os meios necessários à sua existência e reprodução e, ainda, à existência e reprodução da classe não produtora. Esta classe social, a classe trabalhadora, age de forma a materializar as condições necessárias a sua existência e ainda à existência da classe não produtora.

A classe não produtora define-se por negação da primeira, enquanto organizadora da produção e apropriadora final de parte dos bens produzidos. Esta classe não produtora deve a sua existência à ação da classe produtora. Basta perceber que os trabalhadores podem produzir sem os capitalistas a controlarem a gestão do trabalho, mas estes só existem enquanto tal se houver trabalhadores cuja ação possa ser gerida. É a classe produtora que se encarrega da objetivação dos meios necessários à existência e reprodução de si e da classe não produtora. Nestes termos, a classe produtora produz, enfim, todo o real. Ao contrário, a classe não produtora garante a sua existência mediante a exploração da primeira. A exploração é realizada mediante o papel ativo da classe não produtora, portanto exploradora, na organização do processo produtivo. A exploração constitui um controle, mediante o qual a classe não produtora organiza a classe trabalhadora, impõe as formas de sua ação, o que lhe permite apropriar-se de parte do produzido.

É este controle da ação de uma classe, por outra antagônica, que permite o advento da mais-valia, objeto primordial do trabalho no capitalismo. *O controle sobre a classe trabalhadora é o fundamento do capital* (Bernardo, 1987, p. 55).

Explorar implica controlar o agir humano. A exploração define o processo no qual os trabalhadores agem mediante o controle de um conjunto social externo, os capitalistas, que, por isso mesmo, podem retornar apenas parte desta ação para os seus agentes, os trabalhadores, e capitalizarem o restante. De todo modo, o essencial está no controle do agir da força de trabalho. Ao controlar o agir de um conjunto social externo, como condição para subtrair parte deste agir por si, os capitalistas efetivam-se como exploradores.

A exploração se mede em tempos de trabalho. É uma forma de controle social que tem por objetivo fazer com que *o tempo de trabalho incorporado na força de trabalho seja menor do que o tempo de trabalho que a força de trabalho é capaz de despende no processo produtivo* (Bernardo, 1991, p. 15). Numa perspectiva macro social, que é aquela adotada pelos grandes

gestores, o primordial é a permanência do controle, por isso, devemos nos ater às implicações políticas da fórmula da mais-valia: de um lado, a força de trabalho constitui a única mercadoria capaz de despende um valor maior do que aquele necessário a sua produção. É, portanto, a única mercadoria capaz de criar um mais valor. Essa capacidade específica da força de trabalho a situa no centro da realidade social. Por ser capaz de criar um mais valor, além daquele necessário à sua existência, a força de trabalho torna-se apta a garantir não só a sua existência, mas, ainda, a da classe exploradora. Entretanto, embora tenha essa capacidade específica de produzir mais valor do que o necessário à sua existência, não implica que a classe trabalhadora o faça, ou que deseje que assim o seja. Deste modo, podemos verificar, por outro lado, que é apenas mediante o controle político, o exercício de um poder, que a classe exploradora consegue impor aos trabalhadores um consumo de apenas parte de sua produção. Para isto, temos na esfera do trabalho uma classe trabalhadora em ação, que, por sua vez, não possui o controle sobre si mesma, e de outro, uma classe exploradora, que mediante o controle da ação dos trabalhadores pode imputar a estes um consumo parcial de sua própria produção. Enfim, conforme Marx (1975) e Bernardo, capital não é bem material, nem símbolo monetário, capital é, primordialmente, uma relação social na qual se inscreve o controle. Conseguir enquadrar a força de trabalho num sistema em que se lhe extorque mais-valia, conseguir controlá-la durante esse processo produtivo, é isso o capital. Capital é uma relação de poder (Bernardo, 1987).

É neste pólo de relações sociais que se definem as classes. Uns detém o controle, outros são controlados. A classe trabalhadora é constituída pelos elementos sociais que no processo de produção, subsumidos a uma gestão externa, hetero-organizados, produzem valor. Produzir valor mediante o condicionamento é o que define a classe trabalhadora. De outro lado, encontramos o pólo explorador, capitalista, auto-organizado, cindido entre burgueses e gestores, que organizam

o processo produtivo, condicionam e controlam a ação da classe trabalhadora e, por isso, apropriam mais-valia.

A classe trabalhadora é definida por sua capacidade de produzir mais-valia, sua subsunção a dadas relações sociais, de forma que não é possível demarcá-la por ramos de atividade, nem pelas características físicas do produto. Seguindo Bernardo, um mesmo produto pode resultar de processos de trabalho distintos, num caso, sob a ação de trabalhadores pré-capitalistas e, no outro, mediante trabalhadores internos ao capitalismo. Pensemos, por exemplo, na construção de moradias, que tanto obedecem a formas pré-capitalistas, a chamada autoconstrução, onde se tece a rede de solidariedade entre os trabalhadores, como à estruturação capitalista, mediante o controle efetivado a partir das empreiteiras. Daí que se infere o caráter capitalista de um processo produtivo não de acordo com ramos produtivos ou produtos específicos, mas mediante as características sociais do trabalho, as relações de produção. São estas relações que definem se uma produção é capitalista ou não. É a organização do trabalho, os seus ritmos, os tipos de disciplina impostos, que permitem distinguir, empiricamente, o trabalho proletário de outras atividades. A força de trabalho é constituída por pessoas que não controlam nem as empresas, nem as instituições governativas. Na esfera produtiva, durante o processo de trabalho, a força produtiva é constituída por aqueles que não possuem o controle do seu próprio tempo, significando que não controlam a sua ação durante este processo e, por isso, o seu agir é passível de mensuração por um elemento social externo. É esta a definição de força de trabalho interna ao capitalismo.

Em suma, a classe trabalhadora é o motor do processo produtivo, fornece a ação necessária à produção de valores. A classe capitalista fundamenta a sua capacidade de exploração na organização desta ação e na apropriação de parte dos valores produzidos. No centro do capitalismo encontra-se a capacidade de ação, de trabalho, da classe trabalhadora; no âmago da

exploração reside a capacidade da classe capitalista controlar e organizar a ação dos trabalhadores, levando-os a produzir um valor maior do que aquele que verão retido para si.

Assim,

Antes de os trabalhadores serem despossuídos dos objetos ou serviços que produzem, é a força de trabalho que, segundo as concepções de Marx, é despossuída do controle sobre a sua própria atividade, ou seja, sobre o exercício do seu tempo. A exploração incide, antes de mais nada, na questão do controle (Bernardo, 1998, p. 7).

A exploração não se exerce sobre um mundo de produtos acabados, não é após a produção que os trabalhadores se vêem separados de seus próprios produtos, o que significa que a exploração não é um roubo. Ao contrário, é já durante a produção, no decorrer dos processos econômicos, que os trabalhadores são alienados do controle sobre seus corpos, cujo movimento passa a ser uma prerrogativa de um elemento social externo, gestor da produção.

Esse controle é o que diferencia a força de trabalho no capitalismo da força de trabalho no regime senhorial: a força de trabalho não vende, nem fornece, os produtos resultantes de sua ação; o que o trabalhador no capitalismo vende ao pólo explorador é o seu próprio corpo, sua força de trabalho, sua capacidade de ação, daí que, de antemão, todo seu produto pertence ao patronato. Como diz Bernardo:

... uma classe no capitalismo não domina a outra porque esteja escarrapachada em cima da outra, porque esteja martelando na cabeça da outra. Uma classe domina a outra na medida em que organiza a outra. No capitalismo, o dominado é hetero-organizado. E o dominante é auto-organizado.(Bernardo, 1999, p.36)

Não é por força física que a classe capitalista domina a classe trabalhadora, mas por força polico-econômica, sociológica. O recurso da força física é algo secundário para a classe capitalista. É porque ela consegue impor o seu modelo organizativo como forma de existência da classe explorada que ela é uma classe dominante no exato sentido do termo. A classe dominante

não é somente aquela que consegue impor as idéias dominantes, mas principalmente aquela que consegue impor a forma de sociabilidade dominante, os modelos de inter-relação social, sendo o principal aquele que viceja no interior do processo de trabalho.

Por esta razão, devemos definir o capitalismo como *um sistema de exploração que assenta a sua especificidade histórica, e a correlativa noção de progresso, no fato de ser capaz de extrair lucros cada vez maiores mediante o adestramento físico e posterior promoção intelectual da força de trabalho.* (Bernardo, 2003, p. 273). Do adestramento físico à promoção intelectual temos a passagem do taylorismo ao toyotismo (Bernardo, 2004). A esfera dita econômica, onde tem curso a exploração, constitui, por si e de imediato, uma esfera política, que funciona mediante a opressão, o controle, o condicionamento da ação e, nos dias atuais, toyotistas, condicionamento da mente.

Na organização do trabalho encontra-se a centralidade da alienação. É nesta esfera que mais impactantemente vemos a classe trabalhadora erigir um mundo que a nega. Alheia do controle sobre a organização do processo de trabalho, ela apresenta-se alheia do controle sobre si mesma, de forma que não existe para si, mas como um apêndice da classe gestora, que trata de direcionar a ação da classe trabalhadora para finalidades sociais que perpetuam e ampliam a sua exploração opressiva.

A configuração social, a base material, que garante o prosseguimento da exploração, o controle capitalista sobre a ação do trabalhador durante o ato de trabalho tem por condição prévia o podamento de qualquer possibilidade para o trabalhador de produzir e reproduzir-se independentemente do capitalismo. Desprovido de meios de produção, apenas mediante o assalariamento pode o trabalhador reproduzir-se e alimentar os seus. Impossibilitado de controlar a sua ação durante o processo de trabalho é o trabalhador despossuído dos bens que produziu, o

que o obriga a assalariar-se novamente. E como não consegue excluir a si mesmo desse quadro inelutável de assalariamento, vê os seus encaminhados para a mesma condição.

O capitalismo não só reproduz enquanto tais os trabalhadores em ação, mas produz segundo suas necessidades uma nova força de trabalho, cujos corpos biológicos são fornecidos pelas famílias trabalhadoras. Dessa forma, mediante o controle da força de trabalho durante o processo produtivo, a classe capitalista garante suas prerrogativas e impossibilita à força de trabalho a saída do quadro social prévio que a obrigou ao assalariamento. O capitalismo não constitui um sistema de exploração definitivo, mas um quadro social que é constantemente renovado mediante a ação subordinada da classe trabalhadora. *A ação da força de trabalho no capitalismo pressupõe e reproduz a polarização social entre os que permanentemente perdem o controle da forma de produção do excedente e da sua apropriação e os que dela se apoderam* (Bernardo, 1991, p. 61). Controlar a ação dos trabalhadores durante o processo de trabalho constitui a garantia, para os capitalistas, da permanência do quadro social prévio que forçou o assalariamento. O presente transmuta-se numa eternização do passado.

As instalações materiais, embora constituam a petrificação, materialização, de dadas relações sociais, não o são em absoluto. Uma estrutura material permanece representativa da relação social que lhe deu origem apenas enquanto essa relação continuar a se reproduzir. Dados trabalhadores, por exemplo, constroem um prédio destinado a educação escolar. Dessa forma, eles materializam a seguimentação social que pretende atribuir aos processos formativos um local específico. Mas essa estrutura material só vai continuar a ser palco de processos formativos se as pessoas que os utilizarem depois a mantiverem enquanto tal. Do contrário, ela constituirá a base material para o desenvolvimento de outras atividades sociais.

Do mesmo modo, uma estrutura material construída para desenvolver a exploração de força de trabalho, só permanecerá enquanto tal se os trabalhadores continuarem a aceitar a

exploração. O que inscreve o processo de exploração como algo que procura manter as estruturas materiais nas mesmas bases sociais que lhe estiveram na origem. Cada novo dia de trabalho é como que uma manutenção da estrutura material do capitalismo, que só adquire significado se perdurarem as relações sociais que lhe estiveram na origem.

Conforme Mantoux (sd), à época da revolução industrial era a impossibilidade de obter meios de produção o principal fator que forçava o assalariamento. Já hoje, num estágio em que o condicionamento subjetivo alçou um alto patamar, em que os corpos que formam a classe trabalhadora foram formados dentro da lógica capitalista, a grande maioria dos trabalhadores não sabem, decerto, construir casas, lavrar alimentos, produzir roupas, remédios etc. Se tomarmos em conta o padrão de trabalhador a que Marx se referia, estaremos trabalhando com trabalhadores que eram capazes de produzir a quase totalidade de suas necessidades no quadro da produção familiar. Tanto é que, no capítulo 25 de *O Capital*, ele narra a epopéia de trabalhadores que haviam sido levados a trabalhar para um capitalista na Austrália e que se estabeleceram como produtores autônomos porque o acesso à terra era livre.

Por isso, quando referimos a impossibilidade de produzir-se e reproduzir-se independentemente do capitalismo, não estamos imaginando o acesso a propriedade de uma terra de onde pudesse, o trabalhador, sobreviver. Ao contrário, evidenciamos a impossibilidade de gerir as unidades empresariais existentes por conta do controle exclusivo que os capitalistas imputam a si. Mas o ponto de partida é o trabalhador real, atual, ou seja, esse nós, que individualmente só é capaz de realizar uma ínfima parte da produção social e que não é mais capaz de reproduzir-se separadamente no quadro das instituições familiares.

Já por estas linhas podemos perceber que, conforme Bernardo, à sombra dos aparelhos tradicionalmente considerados, o âmbito empresarial constitui, desde o início do capitalismo, uma esfera de exercício do poder. A clivagem interna aos processos de trabalho constitui a

principal clivagem política da sociedade. A exploração entendida enquanto controle sobre uma força de trabalho em ação implica, por si, uma forma de despotismo. Esse despotismo realiza-se mediante a fragmentação e dispersão dos trabalhadores. O controle prévio sobre os instrumentos de produção impossibilita que os trabalhadores possam se reproduzir autonomamente, forçando-os ao assalariamento. Onde se deparam com a gestão imposta pelos controladores do processo de produção. O que mantém aquelas estruturas como arma do capital.

Os trabalhadores podem fugir ao controle das instituições religiosas, educacionais, militares, urbanas, mas, desde que pretendam viver e não recorram ao suicídio ou à liberdade da mendicância, são obrigados a se submeter ao poder capitalista para sobreviverem. O controle sobre o processo produtivo é o maior poder que os capitalistas possuem. É o ponto a partir do qual a classe exploradora obriga os trabalhadores à submissão e pode discipliná-los.

Onde a liberdade individual é subjugada? No setor mais importante da vida moderna, no local de trabalho, na oficina, na fábrica, na empresa.
(Mário Pedrosa, In: Bernardo, 2005).

O aparelho de poder constituído pelas empresas, conforme o conceito bernardiano, inclui-se no *Estado Amplo*. Trata-se de um aparelho de poder que, de restringido embrionariamente, vem se ampliando com a evolução do capitalismo alçando a coesão global. O poder no capitalismo é muito mais amplo do que as concepções tradicionais, limitadas às clássicas instituições governativas, permitem supor.

A noção de capital enquanto poder, de exploração enquanto opressão, proposta por Marx nos *Manuscritos Econômico Filosóficos* e também em *O Capital*, a qual inspirou a linhagem de crítica da exploração como mecanismo de opressão, permite definir a esfera empresarial enquanto aparelho de Estado. Eis que o controle sobre as instituições empresariais possibilita, aos capitalistas, controlar a ação da força de trabalho e impor-lhe uma dada disciplina. Dessa forma,

há um paralelismo entre a esfera empresarial e a esfera governativa tradicionalmente considerada, de forma que dentro de cada empresa encontra-se um poder legislativo, executivo e judiciário.

Na medida em que os capitalistas escolhem um dado modelo administrativo, que engendram as normas gerais de ação dos trabalhadores durante o processo produtivo, suas formas de sociabilidade, eles erigem um poder legislativo. Ao superintenderem esse modelo administrativo e imporem-no mediante a persuasão e/ou coação, os capitalistas estão a exercer um poder executivo. E ao avaliarem perenemente a adequação e desempenho dos trabalhadores ante as normas estabelecidas e impostas, punindo-os ou premiando-os, os capitalistas estão a exercer um poder judiciário.

Como diz Bernardo:

A extorsão da mais-valia apóia-se desde a própria gênese do capitalismo num outro aparelho de poder, a que chamo Estado Amplo, e que é tão lato quanto o são as próprias classes dominantes. No interior da empresa o capitalista é legislador. É este um quarto poder, que os teóricos dos três poderes clássicos se esquecem sistematicamente de considerar. É o poder de organizar a força de trabalho, de regulamentar a produção, de impor a disciplina de fábrica. (Bernardo, 1985, p.93).

O próprio funcionamento das instituições econômicas constitui o processo mediante o qual, como diria Foucault, a classe trabalhadora é potencializada em termos econômicos e minimizada em termos políticos, como bem salienta a atual reestruturação produtiva. Maximiza o seu controle e minimiza a sua liberdade. Também Bernardo considera que os processos políticos não constituem uma realidade diferente dos processos econômicos. O quadro empresarial é o principal âmbito onde se procede ao controle da força de trabalho.

Embora o processo de trabalho no capitalismo só possa ser remetido a dinâmica de grupos sociais, isto é, enquanto um processo coletivo, dentro da empresa o trabalhador coletivo é aplacado por um regime político que busca a individualização ao limite do corpo biológico. A

disciplina empresarial sobre os trabalhadores prende o corpo operário a um dado espaço já produzido, delimitando o seu espaço físico de mobilidade. Produz e impõe o tempo. Produz e impõe o movimento. Articula o corpo biológico com dados objetos de forma que correlaciona um dado corpo com um dado espaço, um dado tempo, um dado movimento etc., sintetizados na delimitação de uma dada competência. Todo esse processo de cerceamento e particularização do trabalhador coletivo em unidades atomísticas é acompanhado pela vigilância perene e permanente exame, de forma a constatar a manutenção da ordem – a cada corpo um local, movimento, tempo, objeto e competência previamente delimitados pela gerência.

Trata-se de um aparelho de poder que distribui os corpos e impõe uma dada hierarquização mediante a gestão dos movimentos do trabalhador coletivo. Aparelho de poder que espraia, que age de forma impessoal e anonimamente, mas busca que seja sofrido individualmente. A fragmentação individual do trabalhador coletivo busca maximizar as possibilidades de controle, evitando qualquer inter-relacionamento direto e igualitário entre os trabalhadores. Impõe a chefia, o coletivo de gestores, como instância coordenadora necessária. Quem coordena determina, fiscaliza, impõe, examina, pune.

O controle sobre os trabalhadores engendra a imposição de uma dada estética, visível nos uniformes impostos, nos gestos requeridos, no cabelo aceito, na cor de pele selecionada. Cria-se um verdadeiro padrão de beleza de acordo com o ramo econômico em que a empresa se insere. As simbologias são acompanhadas e devem expressar a alma da empresa: o slogan ético, sua filosofia de vida. Junto com os hinos, cantos, signos e uniformes requer-se um dado corpo com determinados gestos, talvez um sorriso de tortuosas 8 horas ou mais que constitui o complemento necessário ao corte de cabelo, ao sapato padrão, ao uniforme impecavelmente passado e limpo.

Por certo, o fato de uma ínfima - quase nula - parcela da população estar inserida no âmbito das instituições prisionais há de levar-nos a supor que ou a classe trabalhadora é

extremamente servil e a globalidade da população está satisfeita com o sistema vigente ou há uma outra ampla esfera de disciplinamento social, vigilância e punição que torna os presídios uma instituição secundária para o funcionamento da sociedade.

Não se trata só dos mecanismos de poder decorrentes da própria gestão dos processos produtivos, pois Bernardo salienta que as empresas dispõem de um aparato de vigilância e policiamento cada vez mais vasto, de forma que, o contingente de policiais da esfera empresarial suplanta hoje, em pessoas, dinheiro e tecnologia o ofertado pelo Estado nacional (Bernardo, 1991; 2004).

Esta definição racional da esfera empresarial, na qual se percebe um exercício lato do poder, incluem tanto as experiências menos perniciosas quanto as mais trágicas. Não podemos esquecer que este exercício do poder na esfera empresarial pode implicar uma questão de vida ou morte para os trabalhadores. Os grandes jornais e meios massivos de comunicação atentam, sempre, para os quadros de miserabilidade decorrente do nível salarial e, hoje, primordialmente, a questão do desemprego. Entretanto, a impossibilidade de definir o quadro social onde desenvolve sua atividade produtiva pode implicar, para a classe trabalhadora, não só a privação material e o desemprego, mas, ainda, o extermínio físico.

Esta é uma realidade mais palpável e visível para os trabalhadores envolvidos em labores policiais. No entanto, o chamado ambiente de trabalho pode levar a força de trabalho ao suicídio, ao alcoolismo, uso de estupefacientes, desenvolvimento de uma série de enfermidades, minoração do prazo de vida, desagregação familiar, perda da lucidez, etc. Os exemplos se somariam. Crucial nisso tudo, conforme Bernardo, *é perceber que para os administradores, tanto quanto para os generais, o único critério é o objetivo a atingir. Sejam trabalhadores ou soldados, mortos e feridos só contam em função do objetivo maior e hierarquicamente definido.* (Bernardo, 2003, p. 854; 1989, p. 14).

O fascismo de matiz racista, hitleriano, deixou profundamente claro o que pode ser o capitalismo quando utilizava trabalhadores judeus para produzir os gases que os matariam e os campos de concentração onde iriam morrer. Mas o Panamá não deixou invejas ao fascismo: considerada pela revista uma das grandes obras do século passado, a construção do canal do Panamá exigiu uma década de trabalho pesado para abrir os 80 quilômetros de floresta que separavam os oceanos Atlântico e Pacífico. A empreitada realizada por uma massa de operários debaixo de um calor extremo deixou um saldo trágico: cerca de 25.000 homens, o equivalente a quase metade da mão-de-obra envolvida no projeto, padeceu de malária ou febre amarela. (Exame, 21 de junho de 2006, pg. 76).

A subsunção a um corpo gestor no decorrer do processo de trabalho, ou seja, a inscrição numa hierarquia, significa para os trabalhadores a imposição de uma miríade de normas disciplinares, morais; a fiscalização, julgamento e punição. Chega-se ao caso de ocorrer agressões físicas, humilhações, injúrias. Há o controle dos movimentos, a proibição da pronuncia livre, imposição de uniformes, estética e padrão biológico, dentre outras especialidades do controle patronal.

Neste entendimento da empresa enquanto aparelho de Estado, esfera de poder, Bernardo assinala que não devemos buscar nas teorias clássicas da ciência política, em Maquiavel, Hobbes, Locke, Rosseau, os parâmetros ideológicos mais expressivos da hierarquização social. Ao definir a existência de dois aparelhos de Estado, fica subjacente a existência de duas linhagens de teorização política. As teorias políticas expressoras do *Estado Amplo* encontram-se nos teóricos de administração de empresa: Taylor, Fayol, Maio etc. São teorias políticas que refletem a hierarquização interna à esfera do trabalho e, por isso, expõem as concepções empresariais de gestão do processo produtivo e, portanto, a forma como concebem a existência e organização da classe trabalhadora. Também Maurício Tragtenberg em *Burocracia e Ideologia* (1992)

demonstrou que as empresas não estão alheias ao exercício do poder, nem de uma ideologia e pôde, por este rumo, demonstrar que as teorias de administração de empresa, para além de um estatuto científico, constituíam ideologias expressoras da prática de poder empresarial.

A definição conceitual generalizada da empresa enquanto Estado, o *Estado Amplo*, não deve permitir o escamoteamento das diferenciações, que a este nível empresarial, se fazem sentir. Salientamos que esta soberania de matiz diretamente empresarial não implica uma homogeneidade para a classe capitalista. O *Estado Amplo*, embora constitua um todo, é internamente hierarquizado e, ao presidir determinadas empresas e/ou ramos económicos, uns capitalistas garantem para si um estatuto superior na hierarquia da classe dominante. Entretanto, como estamos preocupados com o poder da classe capitalista sobre os trabalhadores, nos interessa aqui as modalidades de *Estado Amplo* a que é submetida a força de trabalho.

Diferentemente do Estado tradicional, o *Estado Amplo* não se define somente na relação entre elementos da classe exploradora, nos aspectos coordenativos do capital. Este aparelho de poder define-se mediante a relação entre a classe exploradora e explorada e também mediante a relação entre elementos da classe exploradora no que diz respeito aos aspectos coordenativos do processo económico global. Limitado ao seu funcionamento particularizado, que é objeto de análise no presente capítulo, o *Estado Amplo* tem os seus parâmetros de organização definidos pelos limites da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa, ou seja, as modalidades de exploração, de controle. A história de sua organização é, nesse aspecto, a história dos ciclos sucessivos da mais-valia relativa e a diferença entre os sistemas de organização particularizados do *Estado Amplo* é a diferença entre os sistemas de extorsão da mais-valia. (Bernardo, 1985, 1991).

Mediante o recurso à mais-valia relativa, no qual o componente de trabalho muscular é minorado em relação ao componente intelectual, dado a utilização de maquinário, tecnologias

mais avançadas etc, temos a busca de uma crescente qualificação da força de trabalho. Esta conjugação de tecnologia, trabalho intelectual e qualificação, engendra uma produtividade crescente da força de trabalho. Por isso, a classe capitalista, quando assenta a exploração nestas modalidades, pode ceder mais confortavelmente as exigências de maior consumo por parte da força de trabalho e minorar o aspecto disciplinar.

O quadro da mais-valia relativa é um quadro propício à conciliação: maior produtividade da força de trabalho com a possibilidade de aumento no consumo de bens materiais. Trata-se do controle mediante uma política de concessões paulatinas, aumento do consumo material da força de trabalho, buscando cooptá-la e subsumi-la aos ditames gestoriais da classe exploradora. Sob a mais-valia relativa o controle da força de trabalho se realiza por intermédio da assimilação, ofertando-lhe um patamar mais elevado de consumo e bem estar físico. Ainda, nesta modalidade, ocorre a exploração da componente intelectual da força de trabalho. Ela é vista com capacidades de gestão, de pensar o processo produtivo.

Neste quadro de exploração, a classe dominante toma como um dado a insatisfação dos trabalhadores. Ante o desenvolvimento de redes informais de contato, a laboração sob formas próprias, os capitalistas ao invés de reprimir tais comportamentos e buscar a imposição cabal do organograma, procura assimilar as formas desenvolvidas pelos trabalhadores pretendendo recuperá-las e transformá-las em parte integrante do processo produtivo. Trata-se de assimilar a criatividade operária tornando-a operativa para o capital. Não foi outro o processo histórico do capitalismo que com o correr do tempo legalizou os sindicatos, a greve, as caixas de auxílio mútuo, as instituições recreativas, o dia Internacional dos Trabalhadores. Conforme Bernardo, o capitalismo reconhece as instituições operárias, mas mediante um processo no qual se anula as suas veleidades críticas. As instituições são assimiladas, transformadas de instrumentos de luta em instrumentos de exploração e opressão. O nome permanece, o conteúdo é deformado.

Mediante o recurso à mais-valia absoluta, no qual a componente muscular do trabalho é o ponto forte e no qual se labora com baixa qualificação e pouca tecnologia, a possibilidade de ceder às reivindicações da força de trabalho por maior consumo é muito parca, ou mesmo inexistente, dado a baixa produtividade da força de trabalho. Neste quadro temos uma gestão que busca calar as vozes descontentes, reprimir manifestações, em suma, travar as lutas e pressões apenas com o uso da força. O quadro da mais-valia absoluta é sempre um quadro de maior autoritarismo para a força de trabalho e privação de iniciativas, pois aí o controle se efetiva sem outros atrativos para a força de trabalho que não seja a sua isenção de imolações físicas e outras modalidades de coação.(Bernardo, 1991).

Num quadro de baixa produtividade não há para o capital a possibilidade de ceder, com a oferta de proventos materiais, ante as exigências e insatisfação dos trabalhadores. Por isso, sob a mais-valia absoluta os capitalistas se esforçam em controlar ao máximo a ação dos trabalhadores impedindo que se organizem, que criem grupos informais e estabeleçam relações que extravasem o limite imposto. Caso eles consigam estabelecer contato e levar à prática sua insatisfação, os capitalistas não possuirão outro recurso senão o porrete e a tortura. Não há uma margem produtiva que possibilite a cedência, o aumento do consumo como condição para a assimilação da luta operária.

João Bernardo e Delgado (1987) referem que as duas grandes modalidades de exploração engendram também modalidades distintas de acidentes de trabalho. Quando o *Estado Amplo* se assenta nas formas absolutas da mais-valia, dado o quadro de tecnologias arcaicas, os acidentes afetam prioritariamente o corpo dos trabalhadores engendrando deteriorações físicas imediatamente visíveis. Quando ele se estrutura a partir de modalidades relativas da mais-valia, dado o quadro de exploração intelectual e a utilização de tecnologias modernas, os acidentes de trabalho são prioritariamente de tipo psicológico, de forma que os trabalhadores não são

mutilados nem exterminados fisicamente, mas sobrevivem com vidas que não valem a pena serem vividas. Quanto a este aspecto é interessante notar que nas obras de Marx, Tolstói, Zola, Vitor Hugo, assim como nos textos anarquistas e marxistas clássicos, o trabalhador é retratado como um ser miserável e fisicamente mutilado - não havendo referências aos desgastes psicológicos decorrentes do processo de trabalho, dada a predominância da exploração da componente muscular que caracterizava aquela época.

Enfim, embora circunscritos a uma mesma região ou país, os trabalhadores, podem estar imersos em regimes disciplinares cabalmente distintos. Dado a proeminência do poder empresarial, não espanta que os trabalhadores, ao mesmo tempo em que desconsideram e não se importam com os destinos políticos do Estado, estejam sempre muito preocupados com o lugar onde trabalham, as possibilidades de trabalho e o destino que seus filhos terão. Faz parte do sonho coletivo dos trabalhadores brasileiros verem os seus filhos distantes das mazelas disciplinares e econômicas das empresas arcaicas, onde a baixa qualificação profissional e a tecnologia rudimentar mutila, invalida, mata ou minora o prazo de vida de muitos trabalhadores. Onde, também, a rudeza e brutalidade dos chefes de serviço e patrões faz-se sentir sobre os trabalhadores numa miríade de ofensas, humilhações e desmoralização.

2.3. *Estado Amplo: Administração sobre os Consumidores.*

O marco fundamental para o início da soberania empresarial sobre os consumidores e, portanto, início da gestão empresarial sobre toda a sociedade - ou seja, não só sobre os trabalhadores particulares - a um nível direto a partir do interior da economia é dado pela tomada dos ócios enquanto objetivo de organização capitalista.

Como salienta Bernardo (2000), no início do capitalismo os trabalhadores gozavam os seus ócios, os seus lazeres, num quadro econômico exterior ao capitalismo. Os bens e serviços

consumidos depois da jornada de trabalho eram produzidos mediante as instituições familiares: ou o domicílio próprio ou empresas familiares. Já na segunda metade do século XIX surgiram as primeiras lojas de departamento, mas obtinham um espaço muito reduzido e somente durante o século XX é que foram se generalizando, chegando a um ponto em que os ócios hoje são completamente, ou em grande medida, organizados por unidades econômicas capitalistas.

O fato do consumo ser familiar ou exercido mediante empresas familiares possibilitava a existência de uma grande autonomia e particularização nesta esfera. A passagem de um consumo familiar e/ou mediante empresas familiares para o consumo individual, atomizado, e mediante unidades empresariais, que se efetivou no decorrer do século XX, permitiu a perda de autonomia por parte da classe trabalhadora quanto a organização do consumo, de forma que este ato pôde ser mesclado com muitos outros atos e desenvolver-se mediante formas padrão. Consumir deixa de ser um processo autônomo de satisfação de necessidades e passa a ser um processo de adesão a formas impostas externamente, tanto produtos novos, como formas materiais e sociais novas.

O controle empresarial sobre os ócios permitiu alargar a disciplina sobre os trabalhadores, que agora não se limita à esfera interna da empresa. Constitui uma prática de poder que permite administrar o lazer de toda uma infinidade de pessoas. Esse tempo de lazer é convertido pelas empresas em possibilidade de disciplinamento, condicionamento, formação ideológica, fiscalização e qualificação profissional. João Bernardo salienta em vários livros que a tomada dos ócios pelo capitalismo acabou por eliminar a distinção entre tempo livre e tempo de trabalho, uma vez que os ócios são utilizados como forma de as pessoas trabalharem a sí mesmas de acordo com o quadro dado e condicionamento capitalista.

A existência do rádio, do televisor, dos jornais, enfim, grandes meios de comunicação são o complemento do controle empresarial sobre os ócios, alicerce global de uma indústria vastíssima que tem por objetivo produzir pessoas, induzir gostos, vestimentas, sedimentar

padrões estéticos, culturais, comportamentais de forma lata, constituindo uma das formas de atuação capitalista sobre os trabalhadores e a população em geral.

A vitrine, voltada para a rua, e a criação do manequim de papelão prensado disponibilizaram para o grande público aquilo que estava sendo ou iria ser usado, facilitando a disseminação das últimas tendências por todos os segmentos sociais.

Lojas de departamentos, como o Bom Marche em Paris e Marble Dry em Nova York, inauguradas em meados do século XIX, foram elementos importantes tanto na disseminação da moda como na democratização do consumo. Elas atiçavam o desejo dos consumidores, fornecendo um mundo de sonhos e impondo uma nova tecnologia do olhar ao apresentar as mercadorias em cenários e ao alcance das mãos dos consumidores sem a obrigatoriedade da compra. (Barbosa, 2004: 27).

A emissão contínua de informação por rádio e tv - esse contato direto com cada pessoa no ambiente domiciliar - permite completar a difusão massiva dos novos padrões de consumo, que implicam novos padrões de comportamento. Como a esfera dos ócios foi invadida pelas empresas, as pessoas estão constantemente em contato com os mecanismos empresariais. Mesmo quando isoladas em casa, os meios de comunicação, ao superintenderem uma parte ou toda ela, dos ócios e lazeres das pessoas, possibilitam que as empresas introduzam suas novidades e imperativos na vida cotidiana. Dessa forma, não só a frequência de lazeres disponíveis no mercado, mas, também a publicidade, possibilita que as pessoas sejam moldadas por padrões impostos pelas empresas.

Um exemplo instigante dessa produção de novas necessidades e indução para um público consumidor é dado com a crescente preocupação com a estética dos produtos, que faz com que as pessoas comprem um mesmo produto duas vezes, ou venha a comprá-lo não por seu caráter objetivo e/ou por necessidade, mas por seu valor estético. Segundo a revista *Consumidor Moderno*, a Skol, por exemplo, que gasta 350 milhões de reais por ano em publicidade, lançou em 2002 a *Skol Beats*, cerveja destinada a público jovem e com garrafa anatômica fazendo

crescer, com essa operação estética, o consumo de cerveja entre a faixa de 18 e 35 anos. A empresa, embora tenha continuado a vender a mesma cerveja, ao mudar a anatomia das garrafas conseguiu, não só atingir o público jovem que era alvo, mas aumentar a vendagem geral. (Consumidor Moderno N° 73, setembro de 2003, pg.18).

O aspecto fundamental para que o campo de consumo se torne um campo de atuação política capitalista sobre os trabalhadores e a população em geral é o fato de este modo de produção ter cindido completamente o valor de uso do valor de troca, solapando a existência de economias de subsistência, voltadas, prioritariamente, para a produção de bens de uso próprios. O controle capitalista sobre os processos de trabalho permite não só que os trabalhadores produzam objetos que não possui a menor utilidade para eles próprios, mas também, que passem a produzir objetos ou serviços completamente cindidos de suas necessidades básicas.

O alicerce da grande indústria do consumo e de uma expansão cada vez mais colossal da sociedade está na total falta de controle social sobre as unidades produtivas, de forma que estas avançam com uma crescente produção que é totalmente alheada das necessidades básicas e mais prementes. Os que produzem e os que consomem não são os que determinam nem controlam o processo produtivo. Daí o engendrar de uma milhares de produtos, que mal saem das fábricas já estão programados para serem substituídos por outros em curto prazo. A produção excede as necessidades naturais de sobrevivência humana sendo cada vez mais convencional e hetero administrada.

Com efeito, graças à produção em massa de bens de consumo, e sobretudo a partir do final da segunda guerra mundial, as necessidades passaram a ser produzidas ao mesmo tempo que os próprios bens destinados a satisfazê-las, o que alterou completamente a anterior relação e tornou os valores de uso decorrentes dos valores de troca.(Bernardo, 2004: 65).

A questão central está em atentar para quem determina o convencional. Com o controle da economia e o controle cada vez mais crescente dos lazeres e dos ócios, as elites empresariais têm

em suas mãos uma esfera enorme de disciplinamento sobre as pessoas. O lançamento de novos produtos é acompanhada por um lançamento de novas formas de comportamento. A adesão aos produtos implica a adesão aos modelos comportamentais que o acompanham. Um caso extremo disso é fato de muitas roupas requerem o emagrecimento. Se antes se entendia que a roupa deveria se adequar ao corpo, há toda uma indústria que propaga a adequação do corpo à roupa. Tomar um café numa loja de departamento requer um ritual comportamental que é desnecessário quando se toma o café em casa.

Essa situação é tal que a produção de formas de vida, de uma cultura que venha legitimar a organização capitalista da sociedade, a esfera ideológica, com a defesa intelectual do *status quo*, que antes se efetuava num campo separado da economia, hoje é prosseguida ao nível direto dos processos produtivos (Bernardo, 2004). Fazer a defesa ideológica da sociedade capitalista não constitui mais uma esfera separada da produção, como os jornais de elite, as cartilhas de moralização, a ação dos filantropos, o grande papel dos intelectuais durante o século XIX. Ao contrário, a defesa ideológica da sociedade foi, ela mesma, transformada numa grande indústria⁵. Esta defesa não está somente nos poucos teóricos de renome e circunscritos à academia e de pouca difusão, mas nos jogos eletrônicos, nas roupas, nos grandes meios de comunicação, nas novelas, filmes, músicas, centros comerciais e de lazer, grandes jornais e revistas. Enfim, no próprio ato cotidiano de produção e consumo. A defesa do capitalismo transformou-se numa grande indústria, que vende modelos de vida, fraseologias, imagens, rituais, tendo um caráter mais explícito na indústria de livros de auto-ajuda.

⁵ Quanto a este aspecto, e relembrando a argúcia de Russel Jacoby (Os últimos Intelectuais), é interessante notar que a vasta gama de jornais e publicações anticapitalistas, de crítica social, se antes era efetuada de uma forma autônoma, mediante as tipografias e os jornais operários, hoje é, em boa parte, inserida nas redes de produção do capital, de forma que, os escritores anticapitalistas e intelectuais críticos difundem as suas obras mediante empresas capitalistas, sendo estas distribuídas como qualquer outro objeto no capitalismo.

Os próprios centros urbanos, que concentram os lazeres e o grosso do comércio, há de ser focalizado como uma estrutura econômica que tem, entre outros objetivos, produzir docilidade e moldar intelectualmente as pessoas. A grande difusão de imagens e de sons padronizados, sua difusão perene, a exposição permanente de um dado modelo de vida num território que as pessoas são obrigadas a habitar, mesmo que efêmeramente, a crescente apologia do consumo que grita nos ouvidos de todos e sem parar “Seja Feliz, Consuma!” constitui um processo cotidiano de moldagem ideológica das pessoas. Indução ao espetáculo do consumo frenético de futilidades.

Essa situação é tal que os gestores das grandes empresas não concebem a aceitação dos produtos somente como um sucesso econômico, mas, igualmente, como um sucesso político e cultural. A compra de um dado bem é vista como uma aceitação da empresa em si e do modelo de vida que ela representa. Afinal, em qualquer propaganda comercial, passou-se a mesclar conteúdos explicitamente políticos. Um produtor de açúcar não relaciona, nas propagandas, a compra de seu produto com o simples adoçar do café, mas com a felicidade, o bem estar, a estética, os sonhos - deixando coadunar a imagem de consumo do produto com uma imagem de bem estar geral da população. As propagandas comerciais, como diz Bernardo (1998) tornaram-se propagandas políticas.

Sendo assim, o escamoteamento dos acidentes de carro nas propagandas de automóvel; da ansiedade nas propagandas de café, da embriagues nas propagandas de cerveja, das cáries na propaganda de cigarros, da obesidade nas propagandas de chocolate etc, ao apresentar uma imagem distorcida do real, ou selecionar apenas parte dele, constitui uma prévia defesa política da empresa e um condicionamento mental dos consumidores.

A atuação política da empresa, enquanto principal aparelho ideológico, não se resume às mensagens políticas que acompanham bens, serviços e a publicidade. Elas são estendidas com a organização das atividades culturais que as empresas financiam, patrocinam ou organizam

diretamente. Constitui uma operação de mercado organizar ou financiar eventos culturais destinados ao público que se pretende atingir, como atesta a promoção de festas e grandes concertos musicais pelas empresas de telefonia celular que tem no público jovem o grande filão.

O lançamento da *Skol Beats*, pela Skol, foi acompanhada pela promoção de festas destinadas a público jovem com o mesmo nome da cerveja que, diga-se de passagem, era a única a ser vendida no evento. Para a copa de 2006, por exemplo, a FIFA, entidade que organiza a competição, haveria de receber cerca de 700 milhões de euros de cada empresa interessada em promover as suas marcas. Na maratona de Boston, em 2003, a Reebok levou ao evento 500 estudantes com sua marca tatuadas na testa (Exame, nº 7, 12 de abril de 2006, pg. 78-79).

Além do aspecto de inculcação ideológica, a esfera do consumo possui um papel disciplinar, fiscalizador e repressivo. O consumo de produtos é hoje acompanhada pela adesão aos moldes disciplinares do estabelecimento que o fornece. A crescente criação de normas sobre os consumidores, de gestão do seu comportamento, muitas vezes pode chegar às bizarrices e situações cômicas. Das listas no chão que determinam o lugar para a formação de filas existente em bancos à imposição de silêncio em lanchonetes e restaurantes, há um milharidade de regras disciplinares que aplacam o consumidor. Os supermercados e lojas de departamento são particularmente conhecidos pelos trabalhadores, os mais populares dentre eles, por suas práticas de cárcere, perseguição, discriminação, espancamentos e outras imolações físicas e psicológicas.

Somemos a proliferação de câmeras por todo quanto é tipo de estabelecimento que filma e registra as pessoas, os mecanismos eletrônicos de detecção etc. Há toda uma estrutura tecnológica que permite o arquivo de informações sobre as pessoas: nas compras efetuadas com cartões eletrônicos, utilização da Internet, telefonemas, frequência escolar, movimentação urbana, padrão de consumo, gostos e tendências em geral. Enfim, é uma sociedade onde as pessoas são cada vez

mais administradas, proliferando-se e expandindo os arquivos sobre as pessoas a partir das instituições empresariais.

Um aspecto interessante da gestão empresarial de pessoas mediante a esfera do consumo e que mereceria um estudo particular diz respeito aos ritos de passagem. Cada vez mais os rituais e datas comemorativas que marcam a evolução biológica e social dos corpos está alheada das mutações do corpo e da inserção em novos grupos e práticas sociais sendo marcadas por atos de consumo ou datas empresarialmente criadas e impostas.

Dessa forma, a criança perde a memória da nascença ou caída de seus primeiros dentes, mas têm como extremamente simbólico o fato de ter tido um dado video-game ou feito uma viagem a um centro de consumo e diversão. A perda da virgindade é obnubilada ou mesmo esquecida com a memória do primeiro carro, do primeiro salto alto. As datas comemorativas como dia dos pais, das mães, aniversário, dia dos namorados estão completamente alheadas de mudanças significativas para as pessoas, marcando tão somente o somar quantitativo de mais um ano de existência mediante rituais padronizados cujo ponto forte é o acentuamento do consumo. Trata-se ainda de práticas integracionistas nas quais tanto trabalhadores como gestores assumem formas de comportamento coincidentes. Na medida em que os empresários conseguem assegurar a universal adesão aos comportamentos que eles difundem e patrocinam, garantem a sua hegemonia fazendo ecoar por toda a sociedade e, portanto, no seio da classe trabalhadora, a sua perspectiva própria.

O que fascina nisso tudo e que marca profundamente a sociedade capitalista é extrema capacidade que, em pouco tempo, o empresariado demonstrou de invadir os atos mais cotidianos, afetivos e simbólicos das pessoas condicionando-as a determinados comportamentos que dão ânimo ao caixa eletrônico das lojas de departamento. Mas não fiquemos na superficialidade: transmutar em dinheiro relações sociais recheadas de afetividade e simbolismo representa a

operação política de transformar o que é qualitativo em algo quantitativo. Daí se difundir mediante a grande comunicação a cargo do empresariado arquétipos do bom pai, mãe, namorado. Certamente não entra na conta do dia dos namorados ou das mães a existência corajosa de Patrícia Galvão, a *Pagú*, nem Catherine Millet, que assombram a boa consciência da padronização de comportamentos mesmo dentre a esquerda.

Enfim, a pessoa não comemora a sua existência a partir de mudanças qualitativas como a primeira menstruação, a primeira ejaculação, o iniciar da vida sexual, de trabalho, o assumir de novos comportamentos marcantes, mas mediante datas que se sucedem no tempo e que somente fixam quantitativamente os dias que entremeiam uma data e outra, a compra de um objeto e outro.

Ao pesquisar formas de identificação simbólica a partir do Orkut, programa de relacionamento que agrega 11 milhões de brasileiros, percebemos que as pessoas estão se definindo e estruturando sua personalidade mediante a identificação com produtos, programas, filmes e conteúdos da grande mídia. Daí elas notificarem como algo simbólico e importante o fato de assistirem ou terem assistido dado programa, filiar-se a dado gosto musical, ser admirador ou não de dado personagem como o anti-herói Chaves, do seriado destinado a público jovem, que há décadas mantêm-se presente no imaginário coletivo dos brasileiros e outros mais. Chega a ser incrível saber que até na Sibéria há uma admiração generalizada pelas novelas brasileiras exportadas pela Rede Globo.

2.4. Estado Amplo. Coordenação do Processo Econômico.

“A Força do sistema capitalista vem do fato de permitir a cooperação de pessoas que não falam a mesma língua, vivem em países diferentes, não se conhecem e que, eventualmente se odeiam, mas, ainda assim, podem produzir bens e serviços uns para os outros”.

(Milton Friedman).

Como já posto, os processos de trabalho no capitalismo não constituem realidades sociais que nada relacionasse senão a convergência de interesses econômicos entre a classe capitalista quanto à expansão do sistema e a exploração e opressão da classe explorada. Ao contrário, o que caracteriza as empresas capitalistas, por distinção às formas de produção anteriores, é a sua inter-relação tecnológica. As empresas capitalistas não existem em isolamento, mas em uma crescente inter-relação. Esta inter-relação das empresas requer a existência de instituições materiais e sociais que, embora sendo exteriores a cada empresa em particular, constituem a condição para a sua existência, inter-relacionamento e expansão.

As condições materiais, necessárias à exploração de força de trabalho por uma empresa particular, não se restringem à esfera material desta empresa. O capitalismo é o único sistema de exploração no qual não se pode falar da existência de independência entre as unidades de produção. Contrariamente a formas anteriores, em que a produção para troca era secundária e as unidades de produção constituíam realidades particularizadas, a empresa capitalista existe em crescente integração econômica e tecnológica.

A conectividade da economia faz com que as inovações e modelos administrativos de um dado setor seja transposto à toda a economia ou que o modelo de gestão de uma dada empresa ou ramo seja o resultado das inovações levadas a cabo por várias empresas concorrentes, cada qual se apropriando do que foi feito de melhor pelas demais. Dessa forma, nada impede que uma estratégia de propaganda de uma rede de alimentos seja transposta para a indústria automobilística ou que o modelo de gestão desta sirva de plataforma a primeira.

Como o capitalismo se assenta na produção de mercadorias, conforme bem demonstrou Marx (1975), produção de valores de troca, bens para venda e não para consumo próprio dos produtores, e como a divisão social do trabalho é cada vez mais intensificada, a produção de uma empresa particular requer e tem como condição a produção de uma miríade de outras empresas. Um produto produzido por uma empresa para outras empresas e/ou para a força de trabalho e, de todo modo, as empresas se limitam a manterem materialmente vivas as outras empresas e a força de trabalho que labora na globalidade do sistema. O produto que sai acabado de uma empresa particular é, no fundo, a soma da produção de várias empresas integradas hierarquicamente. O produto final constitui um percurso por uma infinidade de unidades produtivas. Numa conjuntura como essa, a produtividade de uma empresa não depende somente da ação da força de trabalho que aí é empregada, mas requer que as empresas relacionadas com esta produção assentem o seu ritmo numa crescente produtividade. O capitalismo é, ao mesmo tempo, concorrencial e integrador.

Dada a necessidade, não só particular, mas social, de maior produtividade, a concorrência não advém do posterior relacionamento no mercado, mas da prévia integração ao nível dos processos produtivos.

A concorrência inter-capitalista no mercado assenta-se na concorrência inter-capitalista no próprio processo de produção. O mecanismo fundamental da concorrência capitalista reside na luta pelo aumento da produtividade, a qual se processa inteiramente ao nível do fabrico (Bernardo, 1979, p. 21).

O aumento da produtividade numa empresa requer o aumento da produtividade nas outras empresas com ela relacionada. Dessa forma, as rivalidades suscitadas pela concorrência exigem, como sua condição, associações inter-empresas com o escopo de garantir uma maior produtividade. Funda-se nesta associação a relação tecnológica entre as empresas. A classe capitalista constitui uma classe não porque compartilhe dos mesmos ideais ou o seja somente depois da adesão a postulados filosóficos comuns. Ao contrário, é a própria materialidade deste

sistema de produção que determina a alta conectividade das unidades empresariais particulares e impede a existência de ilhas de completa autonomia.

Esta contraditoriedade interna do capitalismo, conforme Bernardo, suscita, na busca de maior produtividade, tanto rivalidades, quanto associações. As empresas

estabelecem relações materiais recíprocas, já que são obrigadas a ter em conta os melhoramentos técnicos que levam à diminuição do tempo de trabalho incorporado nos produtos que elas próprias fabricam; por outro lado, essa concorrência tecnológica exige que previamente à expansão das empresas privadas capitalistas se tenham desenvolvido Condições Gerais de Produção, sem as quais teria sido impossível, tanto o arranque das formas tecnológicas particulares, como a sua existência subsequente (Bernardo, 1979, p. 21).

Contraditoriamente, o capitalismo, que se assenta na exploração particularizada da força de trabalho, desenvolve-se sob a forma de uma concorrência pelo aumento da produtividade, da qual resulta uma integração tecnológica das empresas particulares. Essa associação entre capitalistas é necessária ao funcionamento de todas as empresas.

Arthur Birnie (1964) salienta as mudanças institucionais decorrentes da Revolução Industrial do século XVIII. É o momento de profundas mudanças na produção agrícola, revolução nos transportes com a proliferação de estradas, canais, ferrovias, a utilização do navio a vapor, a expansão do mercado, padronização do dinheiro, dos pesos e medidas, extensão dos bancos e dos investimentos. Desenvolveu-se a comunicação, o urbanismo, as condições médicas e sanitárias, instituições concentracionárias de formação padronizada: a escola de massas, policiamento urbano etc. Em todas estas mudanças históricas, iniciadas na Europa do citado período, podemos identificar o germinar das Condições Gerais de Produção que permitiriam o surgimento de um mercado nacional e global. O desenvolvimento destas profundas mudanças na configuração social europeia constituiu a condição para o desenvolvimento do capitalismo, dado a necessidade de integração dos processos econômicos particulares.

É para a promoção destas Condições Gerais de Produção que, segundo Bernardo, capitalistas rivais se associam, dado a inelutabilidade do funcionamento integrado da economia capitalista, se originando, assim, aparelhos macro sociais de poder.

A integração econômica pressupõe a diferenciação recíproca dos processos produtivos. Essa integração é hierarquizada, pois há unidades produtivas cuja produção serve de *input* a uma pluralidade de empresas, ou seja, sua produção é de uma abrangência social muito ampla e há outras em que esta abrangência social é muito restrita. Dessa forma, as empresas cujo produto serve de *input* a várias empresas constituem pontos fulcrais do sistema, uma vez que os seus aumentos de produtividade repercutem-se em cadeia por uma miríade de outras empresas, consoante a pluralidade de processos econômicos que consomem seus produtos e/ou serviços.

São empresas ou ramos dominantes. Sua produção particular é condição para a existência de múltiplas empresas e são dominantes porque a sua produtividade é determinante para a de muitos outros processos produtivos, constituindo a condição para a existência e integração das outras empresas. A estes processos fundamentais, necessários à integração econômica das unidades de produção ao nível do próprio processo de fabrico, correspondem as Condições Gerais de Produção, (CGP) (Bernardo, 1991).

Podemos pensar no papel fulcral de uma siderúrgica, por exemplo, em comparação com a limitada abrangência de uma fábrica de bicicletas. Enquanto esta última tem um papel extremamente limitado no que diz respeito ao funcionamento da economia, a siderúrgica é condição primeira pra vários ramos empresariais particulares.

As demais unidades que não desempenham função de CGP, conforme a terminologia de João Bernardo, são Unidades de Produção Particularizada (UPP). São particularizadas porque a sua produção serve de alimento a um número reduzido de empresas. Dessa forma, não desempenham funções de integração básica e não se centram na propagação do aumento da

produtividade. As Condições Gerais de Produção constituem o ponto a partir do qual se inicia a generalidade das remodelações tecnológicas e sua difusão ao âmbito mais vasto possível. Já as Unidades de Produção Particularizada, limitam-se a veicular tais efeitos ao longo da linha de produção em que diretamente se inserem e nestas apenas. (Bernardo, 1991).

São as seguintes as condições gerais de produção:

Condições Gerais da Produção e da reprodução da força e trabalho⁶: incluem as creches e os estabelecimentos de ensino destinados à formação das novas gerações de trabalhadores, bem como, as condições várias de existência das famílias de trabalhadores. Têm uma importância especial as infra-estruturas sanitárias e os hospitais. E, como o meio social em geral e, nomeadamente, o quadro urbano são decisivos para a formação da força de trabalho, aqui se insere o urbanismo, em sentido lato.

Condições Gerais da realização social da exploração: Incluem as condições para que o processo de trabalho ocorra enquanto processo de produção de mais-valia, isto é, para que os trabalhadores sejam despossuídos da possibilidade de reproduzir e formar independentemente a força de trabalho e sejam despossuídos do produto criado, sendo, portanto, afastados também da organização do processo de trabalho. Para que este complexo se assegure, as duas condições mais amplas são o urbanismo e as instituições repressivas.

Condições Gerais da operatividade do processo de trabalho: são as condições para que o processo de trabalho, definido como processo de exploração, possa ocorrer materialmente. A exploração requer meios tecnológicos que, ao mesmo tempo em que realizam o afastamento dos trabalhadores relativamente à administração da produção, põem à disposição dos capitalistas as formas de efetivarem essa administração. Incluo aqui fundamentalmente dois tipos de condições. Em primeiro lugar, os centros de investigação e de pesquisa, tanto teórica como aplicada, mediante os quais os capitalistas realizam e reproduzem os seu controle sobre a tecnologia empregada, dela excluindo os trabalhadores. Em segundo lugar, as várias formas de captação, veiculação e armazenamento de informações, que conferem aos capitalistas o controle dos mecanismos de decisão e lhes permitem impor à força de trabalho os limites estritos em que pode expressar opiniões ou tomar decisões relativamente aos processos de fabricação.

⁶ Grifos meus.

Condições Gerais da operacionalidade das unidades de produção: inclui aqui a generalidade das denominadas infra-estruturas, nomeadamente as redes de produção e distribuição de energia; as redes de comunicação e transporte; os sistemas de canalização para fornecimento de água e para escoamento de detritos e, em geral, da coleta de lixo; a criação, ou preparação, ou condicionamento dos espaços ou suportes físicos, ou do ambiente, onde se instalam processos de produção.

Condições Gerais da operacionalidade do mercado: inclui aqui os sistemas de veiculação, cruzamento e comparação de informações que permitem o estabelecimento de relações entre produtores e consumidores; inclui também outro aspecto das chamadas infra-estruturas, nomeadamente no que diz respeito às redes de transporte; e, para todos os produtos cujo consumo não for imediato, as necessárias instalações de armazenagem podem considerar-se decorrentes deste tipo de CGP desde que, como frequentemente sucede, sejam comuns ao output de várias linhas de produção.

Condições Gerais da realização social do mercado: inclui aqui o carácter genérico da publicidade, pelo qual ela não constitui apenas um estímulo ao consumo de determinados bens específicos produzidos por algumas empresas, mas sobretudo condiciona um certo estilo de vida, a aquisição de um certo leque de bens ou até o consumo em geral. É importante ter em conta que o carácter genérico da publicidade é um dos componentes da instrução. (Bernardo, 1991, p. 159-161).

Por esta descrição, percebe-se que um estabelecimento pode conjugar vários tipos de Condições Gerais de Produção. A classificação de Bernardo diz respeito às funções e não a unidades físicas ou unidades de produção. A universidade, por exemplo, pode fazer parte tanto da primeira CGP referida quanto da terceira, assim como, pode conjugar os dois tipos de CGP ao mesmo tempo. O mais substancial é perceber que toda a rede de condições gerais de produção, ainda que com a sua particularidade interna, tem um aspecto comum com a segunda CGP referida que é fazer parte de um complexo de contenção, disciplinamento e assimilação da força de trabalho, conforme salientou Foucault (1987). Todas as condições gerais de produção repartem a tarefa de erigir um poder totalitário sobre a força de trabalho, são todos aparelhos de controle.

Embora existam instituições que foram criadas especifica e especializadamente para vigilância, disciplinamento e repressão da classe trabalhadora, não há instituição capitalista que não conjugue, com outros aspectos, esta tarefa heróica.

No modo de exploração capitalista, o inter-relacionamento das empresas que funda a necessidade da existência de condições gerais de produção funda também o nível coordenativo, de associação de capitalistas particulares. As condições gerais de produção constituem o principal local de existência coordenativa do capital. É necessária uma coordenação que se encarregue da promoção daqueles ramos econômicos dominantes, fulcrais para a existência de uma milhares de empresas. A função central desempenhada pelas condições gerais de produção requer a sua relação, no nível super estrutural, com uma instituição política centralizadora e coordenadora. Não fossem as unidades econômicas reciprocamente integradas não haveria, tal qual durante o regime senhorial, a necessidade de aparelhos políticos externos às próprias empresas, ou seja, se a esfera micro econômica das empresas particulares não existisse em integrada relação não haveria necessidade da existência de um aparelho político macro social que se sobrepusesse à esfera política micro social e que correspondesse à esfera macro econômica resultante da inter-relação das unidades particulares. Existe um macro poder porque existe uma macro economia.

No capitalismo, a função do político é gerir a economia e criar as condições favoráveis para o seu desenvolvimento coordenando as unidades econômicas e os vários grupos de capitalistas e a função da economia é explorar, mas mediante o controle político. Por esta forma, não só as empresas são entendidas enquanto autênticos aparelhos de Estado, assim como, só existe um aparelho político macro social (Estado) porque a inter-relação dos processos econômicos particulares engendra uma esfera planificatória macro-econômica que requer a existência de uma instituição política centralizadora.

Já no início do capitalismo os processos de trabalho puderam se desenvolver e expandir sob uma forma capitalista, ou seja, a exploração vicejando num processo de produção de valores de troca, de mercadorias, porque, anteriormente à existência desta esfera de poder micro social, que garante a existência das unidades de produção em sua forma capitalista particularizada, haviam-se desenvolvido esferas macro sociais de poder, o Estado tradicional. Segundo Bernardo, sem a existência do Estado, o capitalismo não poderia ter se desenvolvido. *O capitalismo foi um objetivo de evolução das sociedades providas de Estados fortes e centralizados, com uma burocracia numerosa.* (Bernardo, 1991, p. 295).

O endógeno aparelho de Estado que surgiu com o capitalismo é constituído pelas unidades empresariais. Estado de matiz explicitamente capitalista é sinônimo de empresa, *Estado Amplo*. O *Estado Restrito*, aparelho tradicional de poder, que nasce nas cinzas do regime senhorial, é anterior ao capitalismo e obedecia a critérios antagônicos a este sistema. Daí a necessidade da embrionária classe capitalista lutar pela adequação do aparelho governativo tradicional aos seus interesses e os da nova ordem nascente. São as chamadas revoluções burguesas, processos de luta da classe capitalista para reverter aos seus ditames um Estado que obedecia aos critérios do regime senhorial. (Bernardo, 1991).

Numa fase inicial o Estado Amplo teve de lutar para utilizar um Estado Restrito ainda fortemente vinculado a sistemas governativos aristocráticos e senhoriais. Nos primórdios do capitalismo, quando a acumulação e a concentração do capital estavam longe de atingir o nível conseguido mais tarde, as empresas não eram capazes de criar na sua esfera própria as Condições Gerais de Produção de que necessitavam. (Bernardo, 2000: 12).

O que as fez lutar para que o Estado se responsabilizasse pela criação das Condições Gerais de Produção necessárias ao desenvolvimento do capitalismo.

Posto dessa forma, a empresa deve ser vista enquanto autêntico aparelho de Estado capitalista com posterior adequação do Estado tradicional aos ditames do capitalismo, mediante as revoluções burguesas, havendo, a partir de então, a crescente expansão social do aparelho empresarial de poder, se sobrepondo ao Estado tradicional.

Eis que no início do capitalismo, em fins do século XVIII e no decorrer do século XIX, as empresas encontravam-se extremamente fragmentadas e não possuíam o potencial econômico para a promoção das condições gerais de produção e por aí assumir funções de coordenação econômica. Nesta conjuntura foi ao aparelho de Estado clássico que os empresários tiveram de recorrer relegando a ele as funções de coordenação econômica e promoção das condições gerais de produção. Por este aspecto o acesso ao Estado tradicional era restrito à classe dominante de forma que apenas com uma prévia capacidade aquisitiva podia-se exercer o voto e lançar-se à candidatura.

Como ponto de observação devemos ressaltar que, sob o prisma adotado, o Estado não constitui um local neutro onde as distintas classes pudessem encontrar um lugar de representação. Ao contrário, o aparelho macro social de poder constituiu sempre fruto de um esforço associativo entre os empresários para a solução de problemas para os quais a instituição empresarial particularizada é incapaz de dar respostas. Ele é, como diria Engels, o comitê executivo da burguesia. É nesta esfera que se pode tecer um campo jurídico amplo que englobe, em aspectos gerais, a totalidade da força de trabalho, que regulamente as relações intercapitalistas, e forneça um aparato repressivo para trato com os trabalhadores em termos mais amplos.

O aparelho clássico de Estado foi embrionariamente o instrumento mediante o qual os empresários puderam estender à totalidade da sociedade as suas formas de controle. Para que o processo de trabalho possa se desenvolver normalmente é necessário evitar que os trabalhadores se organizem tanto dentro da empresa quanto no seu exterior. É necessário que os trabalhadores

encontrem o mesmo quadro social dentro e fora do trabalho. Daí a inelutabilidade da associação dos capitalistas para, entre outras coisas, como uma das condições gerais de produção, impedir que os trabalhadores encontrem fora da empresa outra realidade senão capitalismo.

O aparelho clássico de poder constitui uma estrutura de poder da classe capitalista, mas uma estrutura auxiliar àquelas que eles possuem particularizadamente. Mediante a congregação das instituições empresariais e os aparelhos clássicos de poder, a classe dominante conseguiu estender sobre todo o território uma malha de poder que domina as 24 horas diárias da vida do trabalhador, a totalidade de sua vida. Os trabalhadores, diferentemente dos escravos, são livres para irem aonde quiserem, mas justamente porque não tem aonde ir. São tão livres quanto o é um homem preso num labirinto. A diferença entre os escravos e o proletariado diz respeito às modalidades de exploração. Quanto à liberdade, o substancial é que, enquanto os escravos estavam subsumidos a um proprietário particular, o proletariado está atrelado à classe capitalista como um todo. Daí poder optar entre um déspota e outro, daí interessar-se em ser mais produtivo, para usufruir as modalidades mais permissivas de opressão-exploração.

Enquanto o *Estado Amplo* se centra na relação entre trabalhadores e capitalistas e também na relação entre capitalistas para a coordenação do processo econômico global, o *Estado Restrito* adquiriu sua dinâmica a partir de interesses internos à classe capitalista, somente. No entanto, afirmar que o *Estado Restrito* existe em função dos problemas internos à classe capitalista, não significa que o seu campo de atuação se tenha reduzido a este âmbito. O *Estado Restrito* pode atuar sobre os processo de exploração, quando estatui legitimidade ao processo de trabalho, legaliza e organiza o assalariamento, por exemplo, ou qualificando trabalhadores mediante a organização dos processos formativos, tornando-os mais saudáveis e rentáveis mediante a iniciação da medicina social em fins do século XVIII (Foucault: 2002); no entanto, sua atuação não se estrutura, nem se desenvolve, a partir das unidades produtivas. Dessa forma, mesmo

quando o *Estado Restrito* atua no âmbito da relação de exploração, ele não só o faz externamente a cada uma das unidades econômicas, como o faz em função de questões que são internas à classe capitalista, orientando a sua ação a partir dos interesses do grupo ou dos grupos de capitalistas que controlam as suas instâncias mais decisivas.

Segundo Lúcia Bruno, já a partir de fins do século XIX até o início do século XX as empresas passaram a assumir certas funções de coordenação econômica e fiscalização social. Daí iniciar-se a difusão do voto universal uma vez que o poder empresarial punha-se a desenvolver organismos próprios de coordenação e passava a cooptar os aparelhos administrativos do Estado que iam paulatinamente se destacando dele, adentrando a órbita empresarial e tornando-se imunes ao controle do voto (Bruno, 1991).

Da década de 20 do século XX em diante a inter-relação das unidades empresariais torna-se cada vez mais estreita dado a formação de monopólios e grandes empresas de forma que o Estado nação deixa de ter qualquer importância econômica em particular e a coordenação do processo econômico passa a ser conduzido mediante as direções das grandes empresas. Os administradores das burocracias estatais que superintendem condições gerais de produção fundem-se com os administradores das maiores empresas em organizações sociais externas ao controle do Estado tradicional ou mediante a cooptação de burocracias provenientes do Estado nação.

Esta linhagem de secundarização do Estado nação e o seu caráter supletivo quanto a coordenação ampla das condições gerais de produção atingiu um estágio decisivo quando as empresas já grandemente fortalecidas deixaram de seguir uma atuação delimitada por territórios nacionais e passaram a organizar o complexo produtivo em base global e ao seu nível próprio. Este estágio efetivou-se posteriormente à Segunda Guerra Mundial e determinou a criação de

mecanismos reguladores supra nacionais e a atuação de lobbies empresariais para adequar os distintos Estados cada vez mais restritos (Bruno, 1991).

Segundo a autora, com o deslocamento das decisões das partes eleitas para os órgãos executivos e administrativos passíveis de cooptação pelas unidades empresariais, os grupos de pressão, os lobbies, passam a constituir verdadeiros governos privados. A crescente globalização da economia faz com que o Estado perca importância própria de forma que, neste cenário, o aparelho de poder limitado pelas fronteiras nacionais tende a desaparecer ou sobreviver associando-se subordinadamente. As companhias transnacionais tecem as malhas de um Estado global no qual os Estados nações passam a condição de *Estados Restritos*, aparelhos de poder limitados numa malha de poder transnacional (Bruno, 1991).

Os Estados nacionais constituem, nesta conjuntura, não mais territórios com autonomia econômica e política, mas um dos vários organismos de poder com funcionamento relativamente particularizado, no entanto, interligados e tendentes a buscarem a manutenção da exploração econômica global e a coordenação mútua, integrando-se num processo complexo e transnacional, hegemonizado pelas maiores empresas.

As empresas passam a se encarregar de aspectos disciplinares da força de trabalho cada vez maiores e não só restritos aos trabalhadores que laboram em seus organogramas. Daí os departamentos de recursos humanos, os departamentos de segurança, as milícias privadas, os psicólogos, os assistentes sociais, a formação de creches e escolas, oferecimento de cursos de formação, a organização de eventos culturais, esportivos etc, funções que estavam classicamente a cargo do Estado.

Desenvolvem-se os grandes organismos transnacionais que passam a regular as atividades intercapitalistas e planificar as ações estruturais da economia. Criam-se os lobbies, multiplicam-se as associações patronais, os clubes e instituições afins.

Nos Estados Unidos, depois da grande depressão de 1930, desenvolveu-se uma tendência entre os capitalistas que buscava a integração dos E.U.A na economia mundial com posição de liderança. Essa corrente havia fundado, em 1918, o Council on Foreign Relations, (Conselho das Relações Exteriores), órgão que conjugava os altos dirigentes dos maiores grupos econômicos, militares de alta patente e gestores estatais, além de dirigentes dos grandes meios de comunicação e intelectuais da elite. Em 1933 formou-se o Business Council (Conselho de Negócios) que passou a colaborar com o Council on Foreign Relations, (CFR). Reunia 60 empresários. Tais órgãos uniam os gestores provenientes do Estado com aqueles oriundos das grandes corporações. Essas instituições objetivavam, numa perspectiva global, formular e acompanhar a implementação de medidas estratégicas, privadas ou públicas, necessárias à sustentação da crescente projeção mundial do capitalismo estadunidense (Bruno, 1991).

A estrutura interna de poder do CFR expressava a proeminência dos grupos financeiros e industriais do leste norte-americano. Mostrava o papel de liderança exercido inicialmente pelo grupo Morgan e, nos últimos trinta anos, pelo grupo Rockefeller, segundo um modelo de coordenação informal, dentro de uma estrutura geral de cooperação entre diferentes grupos, mais do que um modelo definido de comando (Dreifuss, In: Bruno, 1991: 79).

As duas instituições, o CFR e o Business Council, promoviam encontros e redes de contato entre os gestores das grandes empresas e os gestores das grandes administrações estatais. Elas passaram a influir decisivamente na política econômica estadunidense, propondo, inclusive, a criação de instituições financeiras internacionais já nos anos quarenta (Bruno, 1991).

No pós-guerra o Business Council foi fundido com o Comitê Especial de Planejamento do departamento de Estado sob o nome de Comitê Assessor para a Política Externa no pós-guerra (Bruno, 1991).

Na Inglaterra sucedeu o mesmo, com a formação do Political and Economic Planning – órgão de planejamento econômico e político que unia os altos gestores das grandes empresas, intelectuais de elite, como Keynes, altos gestores militares, políticos e jornalistas. (Bruno, 1991).

A composição de mecanismos de coordenação permitiu a secundarização dos mecanismos de controle eleitorais, de forma que o sufrágio pôde abrir-se ao grosso da população enquanto os empresários atuavam diretamente sobre as administrações estatais fundindo estas com suas instituições próprias.

Na Inglaterra o processo de cooptação efetivou-se com a ocupação de postos de importância na administração do Estado, durante a segunda guerra mundial, por membros do PEP – Political and Economic Planning. O PEP articulou-se com o Partido Trabalhista, colaborou na implementação do esforço de guerra, legitimou o papel central a ser cumprido pelo planejamento empresarial (Bruno, 1991).

Segundo Bruno, enquanto o setor empresarial desenvolvia a coordenação e planejamento das atividades econômicas integrando-as num processo global e definiam o tipo de enquadramento a ser dado aos trabalhadores, os gestores estatais criavam as condições legais para implementar as medidas necessárias e as financiava quando necessário. (Bruno, 1991).

A atuação do PEP independente do partido político no governo atestou a correlação que se efetuou na Inglaterra entre o empresariado e o Estado, com o crescente controle das administrações estatais por parte dos primeiros. Sob a dominância empresarial articularam-se os gestores do aparelho de Estado, dos centros de pesquisa e importantes universidades e os gestores do mercado de trabalho oriundos das burocracias sindicais atreladas ao Partido Trabalhista (Bruno, 1991).

Em suma o PEP tornou-se uma:

“equipe de trabalho multidisciplinar, pluripartidária e competente, com um sólido programa de bem estar social para a reabilitação e remodelação da sociedade em tempo de paz (...) Contribuiu para modelar as grandes reformas do pós guerra em áreas tão diversas quanto a previdência social, saúde, política industrial e financeira, inovação tecnológica e relações trabalhistas, planejamento urbano e transportes, integração europeia e relações sociais” (Dreifuss, In: Bruno, 1991: 82).

A autora atesta que a mesma evolução de conjugação do empresariado e gestores estatais em instituições únicas passou a ser prosseguida na Alemanha da década de 1920 e no Brasil da década de 1930. A Alemanha de Weimar e o Brasil de Vargas.

Após a Segunda Guerra, a economia é reorganizada em bases planetárias assentando-se nas unidades econômicas transnacionais e nos aparelhos de poder nelas consubstanciados. O poder empresarial atinge uma etapa decisiva, se consolidando nos Estados Unidos, Europa e Japão. Como o Estado é restrito ao território nacional, as empresas e seus órgãos passam a desenvolver campos exclusivos de coordenação transnacional da economia. O processo global da economia é desenvolvido e controlado

“direta e hegemonicamente pelo Estado Amplo, onde reside daqui em diante o aparelho decisivo de poder, entendido como a articulação dos seguintes ramos da classe gestorial: gestores das grandes empresas, gestores da força de trabalho, nomeadamente os gestores dos maiores sindicatos burocratizados, e os gestores das grandes administrações cooptadas” (Bernardo, 1885: 95).

João Bernardo define tal sistema de poder como neocorporativismo informal. É corporativismo porque articula o capital (os gestores das grandes empresas), o trabalho (os gestores dos sindicatos burocratizados), e o poder público (os gestores das administrações nascidas do aparelho estatal e cooptadas pelo empresariado). É neo porque este corporativismo é distinto do modelo clássico que se processava a partir do *Estado Restrito*, enquanto esse se

processa a partir do *Estado Amplo*. É informal porque constitui uma estrutura de poder ainda não reconhecida formalmente (Bernardo, 1985).

A composição global do poder empresarial transforma as eleições numa encenação que oculta o vazio de poder. Mudam os governos, os partidos políticos, os regimes até, que toda uma ossatura do que havia sido o Estado permanece inalterada, dado a cooptação que os fazem integrar a teia de relações construída pelas grandes empresas. Também os sindicatos passam a integrar e colaborar diretamente com as grandes empresas dispensando, cada vez mais, o contato com o Estado.

Nos Estados Unidos, em 1942, funda-se o CED (Committee for Economic Development), Comitê para o Desenvolvimento Econômico que após 1945 passa a ganhar crescente importância. O CED foi formado por grandes industriais e membros da intelectualidade de elite. Inicialmente agregou altos gestores de grandes corporações e economistas de renome. O comitê tinha por objetivo agregar empresários e intelectuais para pesquisa econômica. Seu objetivo era interferir na política econômica interna e na externa sob hegemonia dos Estados Unidos (Bruno, 1991).

O CED organizou comitês e sub-comitês de pesquisa que incluíam temas como: comércio internacional; segurança nacional, política fiscal e monetária, crescimento econômico; reforma do sistema internacional; política salarial; estrutura empresarial e performance; educação para áreas carentes; pobreza urbana; avaliação de programas federais; ajuda econômica a países de baixa renda; redução de barreiras comerciais; política financeira; política energética; comércio leste-oeste etc (Bruno, 1991).

Segundo Bruno, o CED, o CFR e o Business Council foram os responsáveis pela articulação das medidas necessárias à retomada do crescimento no pós-guerra, incentivando o Estado a alargar o consumo dos trabalhadores, mediante a expansão do mercado e a qualificação educacional rumo ao desenvolvimentismo (Bruno, 1991).

O CED articulava seus lobbies e vários membros no primeiro escalão do governo. Em 1946, junto com o CFR, elaborou as diretrizes da Legislação do Pleno Emprego que criava o Conselho de Assessores Econômicos da Presidência. Tiveram participação na formulação das diretrizes que estruturavam a Organização do Tratado do Atlântico Norte, (OTAN). Participaram da criação do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional, sendo que, segundo Bruno, muitos dos dirigentes destes novos organismos saíram do CED (Bruno, 1991).

O mesmo processo de criação de estruturas coordenativas transnacionais para acompanhar a transnacionalização da economia que ocorreu na área americana se deu na área européia, surgindo agrupamentos empresariais correlatos ao CED americano que fomentaram estruturas supra nacionais (Bruno, 1991). Ainda, na Europa, as burocracias sindicais foram integradas à gestão das empresas mediante os mecanismos da co-gestão e muitos sindicatos transformaram-se, eles próprios, em padrões com inúmeros negócios. Outra forma de união entre governo, patronato e gestores sindicais foram os fóruns de discussão sobre política econômica e desenvolvimento que proliferaram como conselhos consultivos em inúmeros países, como Iugoslávia, Alemanha etc. (Tragtenberg, 1980).

No Japão, já antes do pós-guerra, o poder empresarial começou a consolidar-se de forma mais ampla à medida que a administração dos Zaibats (grandes conglomerados) passaram das famílias proprietárias para os banto (altos gestores). Com a derrota militar do Japão, as forças estadunidenses desagregaram o que restava do antigo poder familiar na esfera dos Zaibatsu, removendo altos gestores e eliminando seus quadros políticos (Bruno, 1991).

A sobreposição dos altos gestores, com relação ao poder das grandes famílias aprofundou a integração econômica do Japão na economia transnacional mediante a articulação dos gestores dos grandes grupos econômicos com as grandes burocracias estatais cooptadas, mais o apoio supletivo dos gestores sindicais (Bruno, 1991).

A influência das grandes empresas sobre o aparelho de Estado japonês foi batizada de Amakudari (descendo do céu). A estrutura de poder baseada nos grandes conglomerados japoneses recebeu o nome de Zaikai, referindo-se ao poder do:

Grande empresariado, particularmente aquele que, além da sua identificação com empresas específicas ou setores industriais, defende uma posição capitalista e exerce forte influência na política. A noção de Zaikai também expressa 'o lugar' no qual as aspirações do poder político do empresariado são explicitadas, onde o interesse privado se faz 'raison d'état' e onde se geram as grandes pressões e diretrizes a serem impostas pelos zaikai-gin (gente do Zaikai). (Dreifuss In Bruno, 1991: 94).

O Zaikai, poder dos grandes conglomerados, se apresenta na sustentação ou desestabilização de um gabinete ou governo, na escolha dos altos gestores estatais (ministros etc) e seus auxiliares e ainda, na capacidade de modelar conselhos de assessoria dos governos eleitos e as comissões administrativas. A auto organização do empresariado de grande porte acompanha de perto a constituição e ação dos gestores estatais.

No âmbito do Zaikai se sobressaem o Keidanren (federação das organizações econômicas); a Nikkeiren (federação japonesa de associações patronais); a Nissho (câmara de comércio e indústria japonesa); o Keisai Doyukai (comitê de desenvolvimento econômico japonês) e o Clube Industrial, constituído por altos gestores da indústria, comércio e finanças (Bruno, 1991:94).

O Keidanren aglutina 110 associações empresariais do setor industrial, comercial e financeiro. Possui 37 comitês que se ocupam de questões sociais, econômicas, científicas, culturais e políticas com estreito contato com os ministérios, principalmente o importante Ministério da Indústria e Comércio Internacional (MITI). Este atua nas instancias eleitas através do Partido Liberal-Democrático (Bruno, 1991).

Além dos ministérios estarem abertos à contribuição direta das associações patronais japonesas, há um intercambio de pessoal, com a transferência de gestores das grandes empresas

para o Estado, mas a recíproca já é menor. O Keidanren serve de ligação entre os gestores locais e os gestores europeus, americanos e restantes do mundo. A articulação dos gestores transnacionais a um nível direto supera em muito a maleabilidade prática dos aparelhos estatais, além de não ser foco de muita atenção pela grande mídia (Bruno, 1991).

Há o Keisai Doyukai (comitê de desenvolvimento econômico), que trabalha na implementação e desenvolvimento de novas formas de gestão da força de trabalho, complementando a atuação do Keidanren na coordenação do processo econômico mais amplo. Ele atua em conjunto com outras instituições, como a União dos Cientistas e Engenheiros Japoneses, a Associação Japonesa de Patrões (Nikkeiren), interligando-se com as redes empresariais dos Estados Unidos e Europa (Bruno, 1991).

Enquanto a Nikkeiren, criada em 1948, preocupou-se com a contenção dos trabalhadores e a organização e qualificação do mercado de trabalho, em meados dos anos sessenta foi criado o Sangio Mondai Kenbyukai, ou Sanken, (Conselho de Pesquisas de Problemas Industriais), que procurava desenvolver pesquisas e influenciar o planejamento econômico de longo prazo (Bruno, 1991).

Da mesma forma que nos países europeus e nos Estados Unidos, o empresariado japonês tem assumido um caráter cada vez mais político, coordenando ou influenciando diretamente na coordenação dos processos de exploração, inter-relação capitalista global e todos aspectos necessários ao desenvolvimento do capitalismo.

Segundo Bruno (1991), o mesmo processo se verificou na área de influência da antiga União Soviética e nos países em desenvolvimento. No entanto, o atraso econômico dessas regiões, além de produzir enormes clivagens econômicas, impossibilita a total robustez do empresariado deixando espaço para atuação estatal. Em meio a ilhas de grande desenvolvimento, impulsionado pelas transnacionais, que articulam as burocracias que são cooptadas do Estado, há

vastas regiões de estagnação econômica que dependem da atuação clássica do Estado no provimento de infra-estruturas sociais e materiais. Dessa forma, ao lado de um empresariado transnacional autônomo, há um forte papel desenvolvimentista a cargo do Estado.

No Brasil, por exemplo, se associa, desde o regime militar iniciado em 1964, e a abertura ao capital transnacional, uma importante presença governamental ao lado de um robusto setor privado. Aqui ocorreu a articulação das burocracias estatais autonomizadas, com as grandes transnacionais, os maiores grupos econômicos locais, o exército e, supletivamente, as grandes burocracias sindicais. Há uma grande dependência do Estado quanto ao crédito, à educação, presídios e forças policiais, com um robusto funcionalismo público e uma máquina estatal que consome 38% do PIB aliada a setores completamente autônomos e independentes do empresariado, as grandes empresas dentre as primeiras.

Já depois da crise de 1974 acelera-se o processo de superação das diferenças que haviam caracterizado as áreas da OCDE, COMECON e Terceiro Mundo. Com o fim da economia bipolar – E.U.A e URSS – a globalização avança rumo à constituição de um regime global cujo principal agente são as companhias transnacionais. As transnacionais rompem nacionalismos políticos, econômicos e culturais transformando-se no centro incontestado do poder mundial.

A luta pela diminuição do Estado e o combate a tradições culturais arraigadas e nacionais tem por escopo alargar a ação do império das transnacionais. Ao mesmo tempo em que elas implantam uma rede global, articulam suas teias de poder mediante a cooptação dos agrupamentos empresariais nacionais, os sindicatos burocratizados e as burocracias estatais. Ao controlar a vida econômica nos E.U.A, no Japão e Europa garantem a supremacia própria nas relações que estes centros econômicos estabelecem com o resto do mundo.

As transnacionais controlam mais da metade da economia e comércio mundial. Mediante algumas centenas de conglomerados e corporações transnacionais ampliam suas atuações globalizando o design, a produção, distribuição e consumo.

“Controlando metade da economia e do comércio mundiais, algumas centenas de conglomerados e corporações transnacionais, ampliaram decisivamente a área de suas operações, mediante a globalização do design, da produção, distribuição e consumo de bens e serviços, criando grandes redes de empresas e operações interdependentes, para onde se deslocam a tomada de decisões e a gestão da economia mundial. São essas empresas operando em redes, a únicas instituições capazes de coordenarem um processo econômico que se mundializou, enquanto os Estados nacionais ‘locais’ encontram dificuldades crescentes para manter certos mecanismos de controle das suas economias internas e para garantir aos seus cidadãos estabilidade econômica, pleno emprego, poder aquisitivo, proteção contra acidentes e riscos ambientais, questões estas que dependem, cada vez mais, de fatores externos, que escapam da sua área de competência. Este é um dos aspectos centrais da crise do Estado de Bem Estar e que tem sido menos referido nas análises sobre o tema” (Bruno, 1991: 158).

Há como objetivo global a organização em escala mundial, difusão de valores, hábitos de consumo, normas sociais e mecanismos de controle de origem diretamente transnacional.

Em 1975, Jacques Maisonrouge, que era então vice-presidente da IBM, criticava a existência obsoleta dos Estados nacionais.

“As estruturas políticas mundiais estão completamente obsoletas. Não mudaram nos últimos cem anos e estão tremendamente descompassadas com o progresso tecnológico. O problema crítico da nossa época reside no conflito conceitual entre a busca de otimização global de recursos e a independência dos Estados nacionais”. (In. Bruno, 1991: 159).

As transnacionais têm o globo por território de ação, não só geograficamente, mas intensivamente, pois as tecnologias eletrônicas de informação e telecomunicação permitem a elas, através de sistemas de processamento e bancos de dados, operar ininterruptamente durante as 24 horas do dia e atingir plenamente todo o espaço econômico global.

Elas possuem reservas em várias moedas, o que as libera dos controles das políticas estatais. Suas reservas monetárias suplantam as reservas do conjunto de bancos centrais dos países. O fluxo de trocas materiais e monetárias entre as transnacionais constituem uma rede paralela superior ao fluxo econômico entre os bancos centrais.

Embora a informalidade dos centros coordenativos transnacionais, dá-se a criação das infra-estruturas materiais e sociais necessárias ao funcionamento integrado global do capitalismo, como as redes de transporte aéreo, finanças, telecomunicações, fiscalização eletrônica, captação de informações, centros de pesquisa etc resultantes de associações entre corporações, lobbies empresariais e conglomerados. A criação de condições gerais de produção globais integra, a este nível, o restante da economia que a ela se associa em redes (Bruno, 1991).

Na Europa, diversas associações empresariais buscam a crescente transnacionalização das finanças, da infra-estrutura, legislação, processos formativos e formas de enfrentamento do proletariado. Já em 1984, a Business Roundtable (Mesa Redonda Empresarial), que aglutina gestores da SIEMENS AG, MATRA AS, OLIVETTI, RENAULT, NESTLÉ S.A, VOLVO AB, FIAT, PHILIPS NV, lançou um plano, com 60 bilhões de dólares, para revitalização da Europa que incluía remodelações no sistema de transportes, implicando a construção de redes transnacionais e eliminação dos controles estatais nas fronteiras, de pessoas e mercadorias. (Bruno, 1991).

A mesma configuração se sucede nos demais países, com o importante avanço do empresariado transnacional auto-organizado sobre o esqueleto sobrevivente do Estado nação, mediante o auxílio dos setores econômicos locais mais o apoio das burocracias sindicais. (Bruno, 1991).

*

Pelo modelo exposto podemos atentar que a totalidade do Estado é a conjugação do seu aspecto *Restrito* com seu aspecto *Amplio*. Estado tradicional mais, hegemonicamente, as instituições empresariais, hoje transnacionalizadas. O aparato repressivo, explicitamente policial, só entra em ação depois de fracassada uma milhares de instituições disciplinares. O poder é constituído pelo Estado, pelas empresas e pela totalidade de instituições, que mesmo não levando esse nome se organizam enquanto tal. Trata-se de algo muito minucioso, que se desenvolve de forma silenciosa controlando o próprio cotidiano das pessoas em seus atos mais corriqueiros.

Vivemos em um Estado transnacional. Trata-se, antes de tudo, de definir o que é mais central, endógeno, e em desenvolvimento. Os exemplos práticos se somariam à exaustão. E para tal basta viver e coletar os dados, racionalizando a realidade. O que ocorre é que não há um lugar específico do poder. Ele se desdobra por todo o cotidiano. Está em toda parte. Nosso ato de viver é, hoje, um ato de ser, processualmente, condicionados por este poder que advém do subterrâneo da economia. Está no vestir, no comer, no falar, no ler, no dormir, no desejo, na educação, enfim, em toda parte. É como se cada ato de existir das pessoas tenha sido invadido e se conjugue com uma ritualização que atualiza o poder.

Dentre as principais características do Estado transnacional destacamos o fato de não ser uma estrutura unicefálica, mas, policefálica, que administra não só os trabalhadores diretamente ligados ao processo de trabalho, mas, também, os consumidores e por aí a sociedade como um todo. Trata-se de uma estrutura de poder desenvolvida em redes que agrupam uma pluralidade de chefias. Não há uma única cabeça que presida a totalidade, mas uma milhares de instituições em conectividade e, portanto, uma milhares de cabeças dirigentes.

Daí a necessidade de se abandonar o modelo hobbesiano de poder, pois o poder não é algo que se exerça a partir de um ponto único e centralizado: ele se estrutura de forma descentralizada, com pontos maiores e/ou menores de convergência. O totalitarismo capitalista é algo que os

empresários exercem democraticamente, não sendo exclusividade de nenhum deles o controle, disciplinamento e condicionamento subjetivo da força de trabalho. (Bernardo, 2004).

Na estrutura de poder capitalista não há uma chefia genérica que vá se alargando em várias subdivisões, na qual o topo é o controlador da totalidade. No capitalismo há uma pluralidade de chefias internamente articuladas. É esta articulação de pluralidades de chefias no interior da classe dominante o que caracteriza a democracia. A democracia é o sistema de poder da classe dominante, hegemonicamente das grandes empresas.

É claro que não há uma igualdade plena entre os membros e instituições de poder. É uma rede hierarquizada onde a maior incidência econômica de uma instituição engendra a sua maior incidência política. Uma empresa de menor porte tem muito menos potencial de influência nas estruturas coordenativas do poder empresarial que uma outra de porte vultoso. Embora todas elas administrem pessoas e condicionem e fiscalizem seus trabalhadores com perímetros de autonomia próprios, a ação de uma transnacional é muito mais ampla que aquela possível às empresas circunscritas aos territórios nacionais. Assim como, o corpo de gestores da rede de saúde de uma cidade tem um escopo de atuação governativa muito amplo que o do corpo de gestores de uma pequena empresa.

Por outro lado, o fato de haver um Estado transnacional não determina que ele atinja a globalidade das pessoas e em toda a sua profundidade. O âmbito de profundidade do Estado transnacional e a sua maior abrangência é determinada pelo grau de inserção das pessoas na economia. Quanto mais inserido estiver uma pessoa na economia mundial, mais inserida ela estará no Estado transnacional. Trabalhadores com grande qualificação e grande possibilidade de consumo são atingidas e ligam-se mais profundamente às teias mais nucleares do Estado transnacional. Aqueles com menor qualificação e menor potencial de consumo ficam ligados e são atingidos pelas teias mais marginais.

O Estado transnacional, ao operar a gestão política da sociedade a partir do interior da economia, fundiu o político com o econômico deixando sem razão de ser a dicotomia entre política e economia para os estudos sociológicos e políticos..

É uma estrutura de poder alheia ao controle do voto e que não se apresenta enquanto tal, mas como uma administração salutar e impoluta de coisas e pessoas que busca legitimidade na detenção do saber. Diferentemente de formas anteriores de poder nas quais havia uma extrema pessoalização e individualização da parte do poder que se exercia sobre aglomerados de pessoas, o poder atual exerce-se de forma extremamente impessoal e anônima. Os que governam não são vistos, nem individualizados.

Do outro lado, com a inserção da totalidade das pessoas em burocracias medicas, sanitárias, jurídicas, urbanísticas, sindicais, escolares, econômicas, etc, ocorre a extrema individualização, com o corpo social dos administrados sendo segmentados, classificados, condicionados, avaliados, julgados e punidos ao limite do corpo, esteio ultimo da individualização. O poder é exercido anônima e coletivamente sobre um coletivo de pessoas que são, todas ao mesmo tempo, individualizadas e pessoalizadas e que assim o sofrem.

Em tal estrutura, os gestores tecnológicos, tecnocratas, têm assumido a proeminência política. São eles os principais responsáveis pela instauração de um controle totalitário de modalidade impessoal. Ante a vastidão da estrutura de poder que aplaca todo o globo e atinge todas as pessoas, ante, portanto, a multiplicidade de chefias que ai tem lugar, a coesão da classe dominante, seu caráter mais homogêneo, é garantido pelo papel efetuado pelos gestores tecnológicos. Do silêncio e anonimidade das universidades, laboratórios e institutos de pesquisa, empresariais ou estatais, emerge esse grupo social que fornece a plataforma tecnológica e as assessorias necessárias ao funcionamento global do poder. Se a política era, segundo o velho

ideal weberiano, uma vocação, ela tornou-se, com o capitalismo, mais uma dentre tantas outras profissões.

Nessa conjuntura, enquanto o grande público é mantido apático e embasbacado com as novas doses de tranquilizante que são despendidos pelos grandes meios de comunicação e enquanto eles têm sua mente condicionada a olhar a sombra de velhos políticos, operam no silêncio e sem o menor controle social aqueles agentes destinados a criar as novas tecnologias de enquadramento físico e mental, despejadas depois como uma dentre tantas efêmeras novidades a qual ocorre o público feito rebanho. Só nos Estados Unidos, como um exemplo, (Folha de São Paulo, 19 de junho de 2006) são prescritas 33 milhões de receitas de fluoxetina ao ano, o antidepressivo mais conhecido por Prozac. Quando um sistema de organização social engendra um número tão grande de assumidos infelizes, fabricar tais tipos de medicamento passa a ser uma operação de manutenção da ordem e aqui, mais uma vez, mantém-se no silêncio a existência destes gloriosos estadistas.

III

Antipoder.

As classes evoluem, quer tenham consciência ou não. A consciência pra mim vale muito pouco. (João Bernardo).

“Os únicos movimentos que podem constituir o eixo da transformação de toda a sociedade são os que partem do local de produção e que têm o processo de produção por objetivo prioritário”
(João Bernardo)

3.1- A Empresa como Palco de Luta.

Vimos que o funcionamento dos processos de trabalho constituem uma imediata prática de poder, de forma que o âmbito empresarial surge, ao seu próprio nível, enquanto um aparelho de Estado. O poder assenta-se, nesta ótica, em bases micro sociais - muito amplas - ocupando-se do próprio cotidiano das pessoas. Entretanto, por não funcionarem em isolamento, mas mediante uma crescente inter-relação, as práticas de poder micro sociais, subjacentes aos processos produtivos particulares, engendram um âmbito de poder macro social, coordenativo, pelo qual se organiza o inter-relacionamento global dos aparelhos de poder. A gestão global do aparelho de poder é algo que se efetua de forma descentralizada. No entanto, essa gestão descentralizada do poder só ocorre porque há a completa conectividade de cada esfera particular de poder mediante plataformas tecnológicas padronizadas. Daí o papel central dos tecnocratas, gestores tecnológicos.

O aspecto decisivo da nova configuração social do aparelho de poder da classe capitalista é o fato de a administração política se efetuar hegemonicamente a partir do interior da economia. O desenvolvimento do capitalismo acabou por fundir a economia e a política nas instituições empresariais, onde as transnacionais detêm a hegemonia, de forma a deixar sem qualquer razão de ser o paradigma de separação da esfera econômica com relação à esfera política. E orientou o que havia de Estado nacional para objetivos que são ditados pelo funcionamento da economia, tanto na sua atuação quanto na sua forma de organização.

Assim, a crítica teórica ou prática há de tomar a empresa como alvo, compreendendo que ela constitui o local da exploração da força de trabalho e centro da administração da sociedade como um todo. Não há exploração de um lado e opressão de outro e sim um processo de exploração que em si constitui uma forma de poder, no sentido de Foucault, produção de dados comportamentos, condicionamento da ação e uma busca de padronização política de todos os aspectos da vida de forma a adequar as restantes práticas ao quadro político da economia, inclusive o Estado, o que torna as possibilidades econômicas cada vez mais amplas, uma vez que se expande a padronização política necessária ao funcionamento da economia.

Muitos autores, como Bernardo, Tragtenberg, Holloway, Foucault e Wacquant trabalham com a concepção de que a luta contra a exploração deve ser uma luta contra a opressão. Eles fundamentam, ou correlacionam, a compreensão dos mecanismos políticos embasados na compreensão dos mecanismos econômicos. Assim, abre-se a luta contra a exploração à luta contra a opressão. A economia abre-se à crítica política. Daí que seja necessário lutar contra a exploração mediante o entendimento de que ela constitui uma operação política. A luta contra a exploração inclui a luta pela libertação. O que evidencia a necessidade de se efetuar a autogestão das lutas sociais e, posteriormente, dos processos de trabalho evitando-se o revigorar das formas de hierarquização.

Conforme Tragtenberg e Bernardo, devemos considerar que o problema central das lutas sociais não está somente na remodelação das formas de propriedade, na extinção da propriedade privada; mas na destruição do controle interno aos processos de trabalho, na remodelação das relações de produção. Afinal, as formas jurídicas de propriedade são apenas o espectro formal das formas de controle. É um dado tipo de controle sobre a força de trabalho, particularizado, que engendra a propriedade privada dos meios de produção e, é, noutra modalidade, do qual a Rússia foi o maior exemplo, o controle coletivo sobre a força de trabalho, que engendra a propriedade coletiva dos instrumentos de produção. Mas, para a força de trabalho, oscilar entre uma forma de controle coletivo ou privado não altera em nada a sua condição de classe explorada e sua parca latitude de ação, uma vez que, continua alheada do essencial: o controle sobre a organização do trabalho, os meios de produção, a tecnologia.

No campo teórico de crítica social e nas lutas, durante muito tempo se deu demasiado, quando não exclusivo, relevo ao Estado como local prioritário do poder. O Estado era focado como objetivo de luta e as hierarquizações da economia eram relegadas a segundo plano, esquecidas ou mesmo defendidas e louvadas. Era como se compreendesse que o Estado fosse o campo único, exclusivo ou hegemônico do poder.

Mas tratou-se de uma cegueira. Em *Democracia Totalitária* (2004), Bernardo demonstra o desenvolvimento de instituições de poder capitalista em Ásia e África, por parte de empresas, durante o século XIX, que agiram em completa soberania, sem nenhum aparelho de poder auxiliar. Não havia Estado, no sentido tradicional, e, nem por isso deixou de haver capitalismo, com suas concomitantes práticas de poder. Mediante a coordenação dos processos de trabalho, as empresas colonialistas inauguraram todo um aparelho de Estado, incluindo bancos e milícias, com o qual submetiam a população autóctone ao enquadramento institucional capitalista.

Também, em *Crise da Economia Soviética* (1990) - livro em que Bernardo analisa o desenvolvimento da economia soviética de 1921 até 1990 -, o autor demonstra que a disciplina interna às empresas garantiu a permanência do capitalismo no país onde se proclamava que o haviam abolido. Remodelou-se as formas jurídicas de apropriação com extinção da propriedade privada, mas manteve-se intactas as formas sociais de exploração do trabalho. Dessa forma, as formas de exploração que antes se desenvolviam sob padrões particulares passaram a serem efetuadas sob os gestores do Estado, enquanto padrões coletivos.

Ainda, a primeira experiência prática de socialismo, datada de 1825 e impulsionada por Owen e os filantropos que o seguiam, havia tornado coletiva a propriedade do solo, dos instrumentos de trabalho e igualitário o assalariamento. No entanto, no quadro das relações de trabalho, permaneceu a hierarquização social, a disciplina, estando a gestão do processo produtivo a cargo de Owen. O autoritarismo na gestão do trabalho acabou por reproduzir a característica essencial do capitalismo: o controle sobre a ação dos trabalhadores; conduzindo esta embrionária experiência ao insucesso. (Bernardo, 1999, 2000).

Todas estas considerações, de fundamento histórico, impõem a necessidade de romper com a tradição de crítica e luta social que se desenvolveu e foi hegemônica até a década de 50 do século XX e ter o poder como algo muito mais amplo e difuso que o conceito tradicional, macro social, de Estado, permite pensar. A análise do poder não deve partir das instituições que se assumem enquanto tal, mas da processualidade histórica das instituições com que a classe trabalhadora se defronta e nas quais identifica práticas de controle. Muitas das instituições que se encarregam da gestão cotidiana da disciplina social não se apresentam e nem são sentidas como políticas pelas pessoas. Vivemos numa sociedade totalitária na qual as pessoas se sentem livres, assim como não se definiam de forma pejorativa os tantos trabalhadores que deram vida ao fascismo. Que os trabalhadores sejam produzidos como mercadorias como dizia Marx, o que

implica que sejam condicionados como qualquer outro objeto, não significa que se sintam enquanto tais ou mesmo que repudiem tal situação.

Como não poderia deixar de ser, poder e o antipoder sendo pólos relacionais, uma mutação no funcionamento e entendimento do poder leva, igualmente, a uma reconsideração das formas possíveis do antipoder. Dessa forma, ao caracterizar a esfera empresarial como a principal esfera de poder com a qual a classe trabalhadora se defronta, e ao perceber o funcionamento descentralizado dos mecanismos de vigilância e controle empresariais, devemos centrar a análise dos potenciais revolucionários nas lutas que se desenvolvem no ambiente empresarial e tomar como um dado o caráter multifacetado e descentralizado das mesmas.

Os movimentos críticos, conforme Holloway, Bernardo, Tragtenberg, são aqueles que tendem para a remodelação das relações de trabalho. A potencialidade inovadora central para a mudança de toda a sociedade está nos movimentos que se gestam no interior das empresas e possuem como objetivo principal a sua transformação. Como as empresas são os principais mecanismos de controle e fiscalização social, é lutando contra estas que os trabalhadores dão a seus esforços veledades críticas. Se a economia é o fundamento do poder atual, é contra esta e buscando sua remodelação que deve se dirigir os esforços de crítica social.

Se o ponto central de muitas lutas operárias que se desenvolveram de meados do século XIX até meados do século XX tinha por objetivo a tomada do aparelho de Estado, as lutas de hoje devem se orientar para a tomada das empresas, num processo em que ao mesmo tempo em que os trabalhadores expulsam os seus atuais gestores, façam por reorganizar a estruturação da mesma, de forma a evitar o surgimento de novos exploradores, tornando, portanto, a sua gestão um atributo coletivo. Mudar o mundo sem tomar o poder é lutar para que os trabalhadores deixem de ser administrados pela economia e passem a administrá-la eles próprios. Mas de forma

coletiva e igualitária, pois esse é o caminho para que os gestores das lutas não se transformem em gestores da economia e, portanto, novos exploradores.

Uma postura realmente crítica, a exemplo de Holloway e Loic Wacquant, deve fundir a crítica da exploração com a crítica à opressão, resultando em paradigma novo. Do contrário, a exemplo de muitas lutas sociais, pode-se combater a pobreza e legitimar o poder empresarial ou, como o feminismo acadêmico, lutar contra a opressão feminina e não ser capaz de discernir entre a condição de uma bancária e uma cortadora de cana (*bóia-fria*) - os diferentes tipos de opressão a que estão submetidas, dado as diferentes condições de trabalho, assim como, atentar e dar demasiada ênfase a formas de hierarquização que não são centrais para o capitalismo.

Há todo um espaço de luta contra a exploração, buscando minorá-la, que hoje foi batizado de terceiro setor onde se pode atuar mediante Ong's e instituições afins, ao mesmo tempo em que se legitima o poder empresarial. O capitalismo de forma alguma é contrário ao aumento do consumo por parte das pessoas e pode ceder neste aspecto. Por outro lado, os que somente atentam para as formas de opressão encontrarão dentro da classe trabalhadora tradições arraigadas contra as quais lutar e dentro das empresas a busca por maior participação e mais permissividade sem por em causa a exploração. Quem atentar somente para a pobreza ou para a opressão encontrará no campo dos direitos humanos e da cidadania um espaço de ação muito amplo que, embora necessário, não adquire uma maior criticidade se não for conjugado com uma crítica do poder empresarial assente na capacidade de luta e solidariedade dos trabalhadores contra a administração da economia, diante da qual eles não passam de um objeto a ser produzido e condicionado.

3.2- A Críticidade está nas Formas Organizativas.

Na equação das contraposições ao poder, portanto, da luta da classe trabalhadora contra as formas de controle que a defronta, devemos atentar para as formas organizativas. É comum entre estudiosos do movimento operário, apologistas ou críticos, referirem as lutas dos trabalhadores por meio de seus aspectos programáticos, reivindicativos. Arrolam-se, assim, uma miríade de cartas e manifestos, proclamações várias, pelas quais se pretende depreender o nível da luta, o estágio da consciência etc. Também, quanto às organizações analisa-se o seu estatuto, os programas, toda realidade pronunciada, verbalizada, escrita.

Devemos seguir caminho inteiramente distinto, secundarizando, ou mesmo protelando os aspectos programáticos da luta, as verbalizações expressas, para centrar-se nas formas sociais que esta assume. Independente da miríade de aspectos ideológicos, interessam as formas organizacionais, as relações sociais que se estabelecem mediante os conflitos tecidos entre trabalhadores e capitalistas. O crucial é saber como os trabalhadores se organizam quando lutam contra o capital, que tipo de comportamento eles passam a desenvolver quando não estão guiados pelas chefias.

A distinção entre as formas sociais dos conflitos e o seu aspecto programático é de crucial importância para uma perspectiva crítica que aplaque os aspectos mais endógenos do capitalismo. Não há uma correspondência direta entre reivindicações, programas e as formas sociais pelas quais são apresentadas e colocadas em prática. Lembremos, nesta altura, a clássica análise efetuada por Michels sobre os partidos políticos, na qual, sob a diferenciação múltipla de aspectos ideológicos, o autor identificou uma organização social comum. É o mesmo processo que ocorre, ou pode ocorrer, em todas as lutas sociais.

Devemos entender que reivindicações distintas podem tomar corpo em formas sociais idênticas, assim como, formas sociais distintas podem compartilhar a mesma reivindicação. Isto

ocorre porque a ideologia é sempre a petrificação do passado, é a racionalização do agir passado. Os homens estão fadados a agir no presente aureolando esta ação com os conceitos do passado, até que se criem novos conceitos, até que a ideologia passe a expressar adequadamente os novos processos de ação. Segundo Bernardo, é possível que os homens conheçam a sua prática, mas só depois de a terem praticado, o que implica uma ação atual mediante conceitos herdados do passado.⁷

Como posto, há de se distinguir o pensar do agir, e, refutando a tradição idealista, centrarmos-nos nas formas do agir em detrimento das formas do pensar. Embora o pensamento possa, por vezes, englobar os aspectos centrais ou totais do agir é comum que o pensar apresente-se em completo descompasso com as formas do agir e sirvam, deste modo, para obnubilar formas sociais que ficariam inexistentes caso buscássemos retê-las pelas formas de pensamento que acompanha. Devemos analisar “*as experiências sociais nas suas realidades concretas e não nas doutrinas que as fizeram*” (Bernardo, 1999, p.45).

Os aspectos programáticos tendem a iludir, sob diferenciais quantitativos, oposições sociais qualitativas. O diferencial qualitativo entre a condição social de explorado com relação aos exploradores é comumente obnubilado, num exemplo, na diferenciação quantitativa do montante monetário que cabe, num caso, aos trabalhadores e noutra aos capitalistas. Sob o termo usual - par de conceitos vulgar - de *pobre e rico*, dissimula-se em aspectos quantitativos antagonismos fecundos, dando-se assim a ilusão de que apenas enquanto consumidores os homens se diferenciariam entre si, dado a possibilidade de uns consumirem mais que outros.

O crucial não são as reivindicações, nem os discursos expressos pelos trabalhadores no decorrer de suas lutas, mas as formas organizativas mediante as quais os trabalhadores se põem a

⁷ Para uma problematização sobre a ação e a consciência da ação ver Lúcia Bruno *Acerca do Indivíduo, da Prática e da Consciência da Prática*, publicado em Educação e Sociedade de agosto de 1989 e João Bernardo *Dialética da Prática e da Ideologia*, São Paulo, Cortez: 1991.

lutar. É quando lutam e, portanto, deixam de se submeter ao controle do capital que os trabalhadores tem a oportunidade de mostrarem na prática se são capazes de se organizarem de uma outra maneira que não aquela impingida pelo patronato. É analisando as relações sociais tecidas entre os trabalhadores no decorrer dos processos de luta que se depreende o seu caráter crítico ou não. Enfim, não é com um romance, nem um dicionário, nem a letra de uma música que os trabalhadores podem se opor ao capitalismo, mas com relações sociais, formas de vida, formas organizativas novas. Qualquer contestação do capitalismo que não seja acompanhada de uma forma de vida anticapitalista, de uma organização social alternativa, não passa de palavras ao vento e, portanto, mero repúdio moral. E não é com crítica moral, a história o atesta, que se faz vergar o capitalismo.

3.3- O Antagonismo como Algo do Presente

O coletivismo constitui algo do presente: a capacidade atual e cotidiana da classe trabalhadora de construir novas formas de inter-relacionamento que antagonizem o capitalismo. Para além das relações sociais que caracterizam o poder capitalista, existem outras relações sociais que dão materialidade ao antipoder. Sendo o capital uma relação social, uma dada forma de inter-relação humana, devemos perceber a existência de relações sociais de antipoder no seio da sociedade capitalista e que constituem, em germe, a sociedade comunista.

Não se trata da linhagem romântica interna ao pensamento socialista. Esta postula a existência de formas de sociabilidade antagônicas ao capitalismo num passado pré-capitalista e compreende a possibilidade de ruptura revolucionária mediante a revificação no futuro dessas formas passadas de igualitarismo e coletivismo. Contrariamente, a classe trabalhadora é uma classe capaz de erigir um modelo social alternativo ao capitalismo. O que ela opõe ao capitalismo é sua capacidade de luta e não formas passadas de organização social.

No artigo intitulado *A Autonomia nas Lutas Operárias* (1986) Bernardo mostra que se o sistema de exploração capitalista tem por base dadas relações sociais, nomeadamente relações de exploração e opressão, nenhum modo de produção se resume a relações sociais. Para ele “*um modo de produção é a organização de certas forças produtivas consoante dadas relações sociais*” (Bernardo, 1986, p. 106). Ou seja, as forças produtivas do capital se estruturam a partir das relações sociais, das formas de sociabilidade inerentes ao capitalismo. Este sistema é hegemônico porque organiza os processos de trabalho e as forças produtivas, mas existem outras formas de sociabilidade, outras relações sociais que lhe são distintas e podem ser antagônicas, embora marginais.

No presente do capitalismo e no seu interior existem, marginalmente, relações sociais, formas organizativas, que negam na prática a existência material do capitalismo. Embora essas relações sociais sejam antípodas do tipo de inter-relacionamento humano base do capitalismo, não possuem uma maior eficácia por se desenvolverem muito marginalmente e, principalmente, por manterem-se alheias à organização do trabalho e da tecnologia subjacente.

Desta concepção, depreende-se que o comunismo não constitui uma utopia proveniente de idealizações sem base factual e, nem mesmo, constitui algo a atingir. O comunismo é algo do presente, contemporâneo do capitalismo e que existe nas relações sociais que negam as relações sociais base do capitalismo – a hierarquização e fragmentação dos trabalhadores provenientes do controle que sobre ela se exerce. O comunismo advém da capacidade presente da classe trabalhadora de desenvolver um inter-relacionamento autônomo; antípoda da organização empresarial da força de trabalho.

A base do poder capitalista está na sua capacidade de *controlar* o inter-relacionamento dos trabalhadores e, portanto, impor uma dada forma a esse inter-relacionamento. Ele impõe a cooperação para controlá-la. Este controle constitui-se mediante a fragmentação e a

hierarquização. Mantêm-se os trabalhadores isolados, fragmentados, para que não haja inter-relacionamento próprio entre os trabalhadores e, quando é necessário que os trabalhadores se inter-relacionem, impõe-se uma forma hierarquizada de inter-relacionamento para que se garanta a reprodução das relações sociais de matiz capitalista, ou seja, a relação hierarquizada. O fundamento do poder capitalista está na sua capacidade de controlar a ação dos trabalhadores, o que implica o condicionamento dos movimentos do corpo operário e, hoje, também da sua mente.

Imposta a fragmentação, mediante o isolamento, não há hierarquização, mas, não havendo relacionamento, não se desenvolvem outras relações sociais. Por outro lado, imposto o relacionamento mediante a hierarquização, reproduz-se a desigualdade e o fluxo de poder, de forma que não se nega o substrato material do capitalismo. Daí que todo relacionamento social igualitário tecido entre os trabalhadores constitui uma negação do capitalismo. É uma ruptura com sua base disciplinar e um embrionário desenvolvimento de novas formas sociais.

A alternativa ao capitalismo advém do desenvolvimento de relações sociais coletivistas e igualitárias que os trabalhadores tecem entre si no processo de luta e que se dirigem para uma remodelação dos processos de trabalho. Embora estas relações sociais que constituem a base do comunismo já existam, elas ainda não se desenvolveram a ponto de abarcar toda a sociedade e consolidar o desenvolvimento de uma nova tecnologia que constitua a materialização destas relações sociais. É o aspecto marginal do comunismo, do antipoder, que permite a definição da sociedade existente como capitalista; não a existência única e pura de relações sociais de exploração e opressão que marcam este sistema.

Chega a ser infantil afirmar a existência de relações sociais anticapitalistas no presente do capitalismo, pois, se as pessoas não fossem capazes de realizarem um outro tipo de inter-relacionamento, antípoda da hierarquização a que as querem condenar, a existência de um vasto aparelho de vigilância e repressão, conforme o *panóptico* foucaultiano, não teria uma razão de

ser. Também, para quem adota a perspectiva marxiana, só existe um pensamento comunista porque existe, em algum lugar, uma materialidade comunista, já que se entende que as idéias possuem, em todas as ocasiões, uma dada base real.

Por certo, é a existência de uma materialidade anticapitalista que permite o advento da teoria do modo de produção comunista.(Bernardo, 1975). Bernardo estranhou, em *Estado: a Silenciosa Multiplicação do Poder* (1998), que os marxistas, que compartilham da idéia de que toda realidade ideológica possui uma base material, não tributassem as concepções comunistas à existência de um quadro social prévio e atribuíssem a origem das teorias comunistas ao intelecto de seres singulares em detrimento de relações materiais que são tecidas entre os trabalhadores. Estes marxistas procederam tal qual Kropotkin, que, embora em *O Apoio Mútuo* tenha buscado dar um embasamento sociológico para as teorias comunistas, em *O Anarquismo e a Ciência Moderna* tributou à evolução do pensamento iluminista do século XVIII a origem do pensamento comunista. Para Bernardo, ao contrário, é a um nível prático e imediato que o comunismo toma corpo, sendo estas teorias, teorias comunistas, uma expressão posterior de relações sociais existentes (Bernardo, 1998).

Como afirmamos anteriormente, a base para o comunismo, está na possibilidade de existir relações sociais distintas e antagônicas numa mesma temporalidade. O capitalismo não constitui uma forma pura, embora ele tenda ao totalitarismo, não chegou, ainda, ao patamar de total controle da ação da força de trabalho. Por isso, ao lado das relações sociais que fundamentam o capitalismo, é possível a existência de relações sociais distintas e que o antagonizam, sem que, porém, o capitalismo seja posto estruturalmente em causa. A existência marginal de relações sociais anticapitalistas não confere perigo à existência do capitalismo. Entretanto, embora essa mera existência marginal de relações sociais anticapitalistas seja ineficaz contra a sua existência, são estas relações sociais que mantêm o comunismo como algo do presente, abrem espaço à

crítica e garantem, em germe, a possibilidade de desenvolvimento de modelos alternativos de inter-relação humana e gestão social. Em suma, são estas relações que marcam o presente com um furo e garantem a possibilidade de um outro futuro que não seja a eterna atualização do passado.

3.4- As Duas Vidas da Classe Trabalhadora.

Nesta possibilidade de esgarçar o presente e de negar que o futuro seja uma sua mera eternização (eternização do passado, porque, afinal, o presente não existe), a classe trabalhadora possui um papel destacado. Além de sua singularidade enquanto produtor de mais-valia, o proletariado é uma classe que possui a particularidade de sustentar, ao mesmo tempo, duas práticas sociais distintas. Metaforicamente, Bernardo fala nas *duas vidas* do proletariado (1986). Uma que eterniza o presente e reafirma a escravidão, outra que o desarticula e pontilha um novo futuro.

Cada proletário tem dois grandes campos- opostos- de realização da sua prática. Por um lado, é a prática no interior do modo de produção capitalista, enquanto um dos 'agentes da produção'. Por outro, é uma prática radicalmente antagônica do capitalismo, realizada em relações sociais inteiramente distintas das que caracterizam o modo de produção atualmente prevalecente, as quais se desenvolvem num novo sistema econômico- que raramente, porém, ultrapassou o estágio da gestação e, no máximo, realizou-se em formas incipientes e de breve duração (Bernardo, 1977. vol.3, p. 162).

A existência deste campo de práticas opostas, sustentadas por uma mesma classe, advém da capacidade da força de trabalho de desenvolver formas sociais antagônicas ao capitalismo, gestadas autonomamente. O corpo biológico da classe trabalhadora pode dar movimento tanto às formas de ação controladas pela classe capitalista, quanto às formas de ação que tece autonomamente.

Não é a um nível subjetivo que a necessidade de lutar contra o capitalismo é criada; o comunismo não advém do desejo, nem da iluminação racional. Ao contrário, é o antagonismo entre trabalhadores e capitalistas que os levam a ativarem, colocarem em ação, esta capacidade de criar novas formas de inter-relacionamento social. É porque o capitalismo constitui para os trabalhadores uma forma de existência controlada, opressiva, exploratória, na qual estão subsumidos em uma condição subalterna, que são obrigados a buscarem outras formas de inter-relacionamento social. Na dialética social que opõe trabalhadores a capitalistas, uma classe é sempre a razão da ação da outra, delimita-lhe o terreno.

A classe trabalhadora, em seu processo de ação, oscila, por um lado, entre uma existência interna às formas organizativas capitalistas, quando é organizada pelo capital e tem sua existência controlada e, por outro, uma existência interna às suas estruturas próprias, quando se organiza autonomamente e cria as suas próprias formas de inter-relacionamento, podendo, a partir deste ponto, negar as relações sociais que são a base do capitalismo.

É esta capacidade de auto-organização que impõe freios ao totalitarismo capitalista e o impede de se desenvolver plenamente em formas extremas. Para Bernardo, é a tentativa de controle e padronização de toda a vida dos trabalhadores, o único sentido possível para o conceito de totalitarismo. Num artigo publicado em *Educação e Sociedade*, Bernardo afirma que as utopias totalitárias desenvolvidas por Orwell e Huxley em, respectivamente, *1984* e *Admirável Mundo Novo*, só são possíveis de concretude porque ambos os autores consideraram o pólo oprimido como incapaz de desenvolver um quadro social próprio. Nestas utopias, embora a insatisfação acometesse a classe trabalhadora, ela era incapaz de erigir novas formas de inter-relacionamento social que constituíssem um modelo alternativo ao totalitarismo vigente. Os trabalhadores podiam pensar a sua libertação, mas eram incapazes de a realizarem. Vejamos:

O que, até agora, tem impedido essas utopias de se realizarem em todo seu horror? Precisamente aquilo que os autores menos levaram em conta: a capacidade de luta dos oprimidos, dos explorados. Em 1984, os trabalhadores, embora se relacionem diretamente fora do âmbito estrito das hierarquias, são paradoxalmente incapazes de se revoltar. Apresentados como inconscientes de sua atuação, num quadro ideológico em que a palavra justa condiciona a prática eficaz, eles não põem em perigo o regime. Também, em Admirável Mundo Novo é impossível a revolta coletiva, pois as hierarquias profissionais foram convertidas em diferenças biológicas e o socialmente inferior passou a ser intelectualmente limitado, além de condicionado moralmente. Num caso como no outro, a hipótese de lutas é afastada e, por isso, pôde Orwell extremar o marxismo dogmático na utopia do terror absoluto e pode Huxley levar o pensamento liberal ao extremo do totalitarismo permissivo. Se em ambos os modelos introduzir-se a atuação autônoma por parte dos trabalhadores, sua capacidade de desenvolver na luta relações sociais alternativas, aqueles regimes extremos tornam-se irrealizáveis- e é o que tem sucedido (Bernardo,1993, p. 257-258).

O modelo de antagonismo social e a capacidade de ação anticapitalista da classe trabalhadora, não advém da consciência, nomeadamente de uma opção moral por uma dada forma de organização em detrimento de outra. É o próprio devir do capitalismo que está assente no quadro de um antagonismo inconciliável. É a própria lei do valor, lei do modo de produção capitalista, que define o quadro de um antagonismo, a existência perene do conflito e o desenvolvimento de relações sociais alternativas. É o próprio poder que engendra o antipoder.

Lembremos o modelo da mais-valia: *o tempo de trabalho incorporado na força de trabalho é menor do que o tempo de trabalho que a força de trabalho é capaz de despender no processo de produção.*(Bernardo, 1991, p. 15). Segundo esses termos, se a classe trabalhadora possui a capacidade singular de criar mais valor, ou seja, incorporar, em bens, mais tempo de trabalho que aquele que vê incorporado em si, apenas a existência desta capacidade não implica que venha a fazê-lo, nem define a quantia exata em que o faça. Daí que apenas mediante a opressão e o controle, os capitalistas caminhem rumo à maximização de seus interesses. O que, de fato, engendra a reação da classe trabalhadora.

A posição subalterna que a classe trabalhadora ocupa, enquanto pólo explorado e, portanto, oprimido, a leva, sempre, a buscar o aumento do tempo de trabalho que lhe é incorporado e a diminuir o tempo de trabalho que despende durante o processo de produção. Por outras palavras, procura aumentar os *inputs* gerais que compõem o seu ganho de energia e diminuir os *outputs* de tempo de trabalho que despende ao capitalista. No entanto, para que essas pressões práticas se efetivem, a classe trabalhadora, é obrigada, consciente ou não, a abandonar o restrito organograma das relações sociais capitalistas e desenvolver um quadro social próprio. É apenas mediante este quadro alternativo que ela pode exercer pressões.

Evidentemente, a classe trabalhadora não pode abster-se da resistência à exploração caso não queira condenar-se à miséria abjeta e ao definhamento físico. Por outro lado, são os próprios valores de mais consumo e mais qualificação do próprio capitalismo que impulsiona a força de trabalho a buscar o aumento salarial e a diminuição da sua jornada de trabalho. Mas o aumento do consumo e a diminuição da jornada de trabalho em nada são antagônicos ao capitalismo; ao contrário, correspondem à sua linhagem mais fértil de desenvolvimento, a mais valia-relativa, que se assenta numa crescente produtividade que resulta para a força de trabalho em mais consumo em termos materiais e menor jornada, uma vez que se aumenta o tempo destinado à qualificação e ao consumo.

O que importa nisso tudo é que a classe trabalhadora não consegue lutar contra a exploração se não abandona o modelo organizacional capitalista no qual está inserido. A criação de um novo quadro social não constitui uma opção, é, ao contrário, uma inelutabilidade para o prosseguimento da luta operária.

A determinação do valor da força de trabalho, contrariamente a todas as outras mercadorias, se estabelece mediante uma luta social. Esta luta social ao se desenvolver cria uma nova forma de inter-relacionamento para a classe trabalhadora, coletivista e igualitário, antípoda

da organização capitalista da força de trabalho. É neste quadro que a classe cria para se opor à exploração e buscar uma outra quantificação de seu trabalho que reside o perigo para o capitalismo. São os trabalhadores em luta, e as relações sociais de tipo novo, o elemento material do comunismo.

No rol de contradições internas ao capitalismo, ressalta-se aquela que, talvez, seja a mais importante: a determinação do valor da força de trabalho, ponto a partir do qual o capitalismo se estrutura, só se desenvolve a partir de quadros sociais que negam o capitalismo.

Essa luta social proletária tem pois, relativamente ao capitalismo, um estatuto peculiar. Ela constitui, por um lado, um elemento integrador do modo de produção, na medida em que é o próprio processo que determina a definição de um valor que tem no assalariamento a forma jurídica. Mas, por outro lado, as instituições desta luta social tendem sempre a realizar-se exteriormente ao campo institucional do modo de produção capitalista. É, assim, na própria estrutura do capitalismo que se articula a inelutável necessidade da expansão das relações sociais antagônicas com as do regime econômico vigente, aquelas relações sociais que os proletários estabelecem nos campos institucionais que se desenvolvem exteriormente ao capitalismo (Bernardo, 1977, vol. 3, p. 163).

Daí que os capitalistas procurem se antecipar aos conflitos, concedendo, de tempos em tempos, aumentos salariais e, mesmo, diminuição da jornada, para evitar o advento de um quadro social alternativo.

Lembremos que o poder constitui a capacidade que uma classe social possui de auto-organizar-se e organizar a classe antagônica; organizando, por aí, a totalidade da sociedade. O poder capitalista realiza-se mediante a determinação do inter-relacionamento social dos trabalhadores dentro do processo de trabalho e, por aí, na sociedade em geral. No interior do processo produtivo, enquanto permanece passiva, a classe trabalhadora é organizada consoante as formas sociais impostas pelos capitalistas. Nessa latitude, toda a sua ação constitui uma forma de reprodução social do capital.

O capitalismo assenta-se num dado tipo específico de inter-relacionamento social dos trabalhadores, no qual estes são podados de qualquer autonomia. No organograma capitalista toda ação e pensamento do trabalhador estão subsumidos ao restrito limite determinado pelas chefias. O trabalhador é submetido a um efetivo controle mediante o qual lhe é imposto um sistema hierárquico de relacionamento social.

A subordinação técnica do operário ao andamento uniforme do meio de trabalho, e a composição particular do trabalhador coletivo por indivíduos de ambos os sexos e de todas as idades criam uma disciplina de caserna, perfeitamente elaborada no regime de fábrica. Nesse regime leva-se ao grau extremo de desenvolvimento o chamado trabalho de vigilância e a divisão dos operários em soldados rasos e oficiais subalternos industriais (Marx, citado em Bernardo, 1977, vol 3, p. 164).

O controle disciplinar, de que tão bem falou Foucault, é a forma de organização dos trabalhadores no interior do processo produtivo. Exerce-se mediante a padronização dos trabalhadores e sua individualização, ponto a partir do qual é possível não só controlar a totalidade dos inter-relacionamentos, mas também, quantificar a produtividade.

As mutações tecnológicas do aparelho de produção, a divisão do trabalho, e a elaboração das maneiras de proceder disciplinares mantiveram um conjunto de relações muito próximas. (...). A disciplina é o processo técnico unitário pelo qual a força de trabalho é com o mínimo ônus reduzida como força 'política', e maximizada como força útil. (Foucault, 2002, p. 182).

Constituindo a disciplina de empresa a completa obediência do trabalhador, não há espaço, neste âmbito, para a prática da luta operária.

A inter-relação de operários na fábrica decorre exclusivamente da relação tecnológica entre as máquinas ou as funções a que cada um está ligado. A resistência à extorsão de mais-valia implica uma prática social que nada tem a ver com a relação tecnológica das máquinas e dos seus apêndices humanos (Bernardo, 1977, vol.3, p. 167).

Dessa forma, apenas rompendo com a disciplina empresarial podem, os trabalhadores, desenvolver lutas para pôr travões a sua exploração e determinar o valor de sua força de trabalho. É quando emerge a *segunda vida do trabalhador*. A luta contra a exploração é em si mediada pela luta contra a opressão.

Entretanto, não é toda forma de ruptura com a disciplina de empresa que constitui um efetivo perigo para o capitalismo. Embora toda luta tenha que romper com o prévio quadro disciplinar, com o espectro do controle, alguns tipos de luta acabam por reproduzir, no seio da classe trabalhadora, o quadro social básico do capitalismo.

A compreensão deste aspecto, em que as lutas acabam por reproduzir o quadro social básico do capitalismo só é possível quando se toma em conta o paralelograma das lutas sociais, estabelecido por João Bernardo.

Para Bernardo, sempre referindo a forma organizativa, os conflitos sociais desenvolvem-se no interior de quatro aspectos extremos que incluem o *individualismo*, a *passividade*, o *coletivismo* e a *radicalidade*. As lutas podem ser individuais e passivas ou individuais e ativas, assim como, coletivas e passivas ou coletivas e ativas. Da combinação destas características sociais, Bernardo depreende a ereção de uma perspectiva anticapitalista.

Bernardo denomina ativas aquelas formas de luta que não podem processar-se sem violar as normas da disciplina social capitalista: são as lutas que vão de encontro à hierarquia social capitalista e desenvolvem-se em desrespeito as legalidades do sistema. As formas passivas de luta são aquelas que se inserem no quadro da disciplina social, ou seja, respeitam a legalidade social vigente. Enfim, chama individuais aquelas lutas que são desenvolvidas particularizadamente, na qual os seus agentes não surgem enquanto um organismo único; ao contrário, constituindo cada um o ponto de referência último. As lutas coletivas são aquelas que se efetivam graças à

colaboração de várias pessoas, ou seja, onde se rompe, ou faz retroagir, a particularização da força de trabalho.

Pela combinação destes quatro aspectos máximos, Bernardo pretende enquadrar a totalidade das formas de conflito internas ao ambiente empresarial. Estes são entendidos num aspecto amplo, no qual se insere qualquer prática da força de trabalho que resulte na diminuição do tempo de trabalho apropriado pelos capitalistas.

Assim, por exemplo, a preguiça, todas as suas inúmeras variantes, é uma forma de contestação individual e passiva. O roubo realizado dentro da empresa, ou a sabotagem, correspondem na maior parte dos casos a uma forma de luta individual e ativa. As greves inteiramente controladas pelas burocracias sindicais, em que os trabalhadores permanecem em casa, sem terem a oportunidade para infringir na prática a disciplina da empresa, equivalem na verdade a um feriado e são, por isso, uma forma de luta coletiva e passiva. Finalmente, os grandes movimentos contestatórios de massas, desde as insurreições e revoluções até as greves com ocupação do lugar de trabalho, constituem uma forma de luta coletiva e ativa. (Bernardo, 1998, p.12).

A existência dos conflitos constitui algo de permanente. Nem o quadro da ordem materializa-se numa esfera temporal na qual não existam conflitos, nem o quadro da revolução constitui uma erupção repentina de contestação social. A forma como se compreende a ordem e se compreende a revolução diz respeito a uma combinação de formas sociais dos conflitos. Os conflitos são permanentes, haja ordem ou revolução.

Todo conflito social que reproduza a hierarquização e/ou o isolamento dos trabalhadores, embora constitua expressão de uma contestação, não rompe com as relações sociais capitalistas e tratam de reproduzir o quadro disciplinar a ele interno.

No âmbito de reprodução da disciplina social capitalista, se inscrevem as formas de luta individuais e passivas, as individuais e ativas e as coletivas e passivas. Apenas as lutas que se erijam sob formas coletivas e ativas desenvolvem-se em rompimento com o capitalismo, engendrando relações sociais novas. Como a integração dos trabalhadores no capitalismo é

sinônimo da fragmentação da força de trabalho, qualquer linhagem de organização individual dos conflitos está fadada ao fracasso, se pensarmos na ereção de novas formas de organização social.

Eis que, no âmbito social mais vasto, a força de trabalho é fragmentada e isolada por grandes áreas econômicas, nações, cidades, etnias, bairros, unidades residenciais, compartimentos internos às casas etc, de forma que toda a estrutura arquitetônica do capitalismo se esforce por manter a força de trabalho fragmentada, consubstanciando aquilo que Foucault denominou *arquitetura do poder*.

No âmbito dos processos produtivos a convergência de trabalhadores é mediatizada por uma prévia relação com as chefias e apenas no quadro oficialmente determinado podem, os trabalhadores, estabelecer relações diretas. No âmbito social, exterior a cada empresa em particular, apenas mediante uma prévia relação com a estrutura arquitetônica capitalista podem os trabalhadores estabelecer relações entre si, e esta prévia relação com a estrutura, os impingem ao isolamento, atomizando a força de trabalho e a condenando à fragmentação. As formas de organização individual dos conflitos estão condenadas a não ultrapassar o âmbito do capitalismo, uma vez que reproduz a fragmentação social dos trabalhadores, uma condição para a existência da exploração.

“Os conflitos individuais põem apenas em causa normas específicas ou dados agentes do patronato, mas, ao mesmo tempo, reproduzem o fundamento comum a todas as regras disciplinares e a todas as autoridades capitalistas, que é a individualização dos que se lhe sujeitam” (Bernardo, 1991, p. 318).

As formas coletivas e passivas também não rompem com o capitalismo, uma vez que, embora não seja o indivíduo o ponto de referência e sim o coletivo de trabalhadores, não cabe a eles a iniciativa e a sua ação é controlada por burocracias e/ou dirigentes que tendo a prioridade da decisão ficam acima do coletivo de trabalhadores. Neste quadro, embora os trabalhadores rompam a fragmentação, superando a ereção individual dos conflitos, o seu inter-relacionamento

não se desenvolve por iniciativa própria, mas mediante a prévia relação com um quadro dirigente que trata de manter passivo o coletivo de trabalhadores, na medida em que cabe a eles a iniciativa e a condução do movimento.

Enfim, apenas nas formas coletivas e ativas de luta é que os conflitos, segundo Bernardo, rompem com a totalidade da disciplina social capitalista e surgem, assim, novas relações sociais passíveis de se transformar em novas relações econômicas.

As formas de luta constituem processos pedagógicos. Mediante a organização individual dos conflitos, os trabalhadores são educados a manterem-se fragmentados e não terem em conta os companheiros de classe. Mediante a organização coletiva e passiva das lutas, embora o inter-relacionamento, os trabalhadores são educados à permanência da submissão e, nesta altura, substituem uns senhores por outros, que pretendem conduzi-los. Mediante a organização individual e passiva que constitui, o quadro mais salutar para a permanência da ordem, os trabalhadores são educados conjuntamente a não ter em conta os restantes membros da classe, ligando-se diretamente na hierarquização social capitalista e, ainda, a manterem-se na obediência da legalidade vigente.

Como os processos de luta constituem processos pedagógicos, a classe trabalhadora se educa na luta contra a exploração e a opressão a que a submetem os capitalistas. Entretanto, este processo é ambíguo e comporta tanto o enfraquecimento do capitalismo quanto um seu reforço. A luta comporta a ordem e a revolução. Daí Bernardo enfatizar que toda forma de luta que não rompa com o quadro das relações sociais capitalistas constitui um agente reforçador da disciplina social vigente.

Os sindicatos burocráticos têm um lugar bem marcado na gestão da força de trabalho e, portanto, na organização dos processos produtivos, como um canal autorizado para a expressão de reivindicações. E é precisamente porque constituem um elemento dessa disciplina que obedecem à regra do

fracionamento dos seus membros, cujo relacionamento recíproco decorre das relações estabelecidas por cada um com o aparelho sindical. Como sempre, um agente de reprodução é ele próprio, internamente, reproduzidor. O único sistema organizativo que conhecem é o da delegação, e os postos são ocupados por períodos de tempo fixos e até, por vezes, vitaliciamente. A delegação sistemática, a representatividade perene, a criação de uma camada inamovível de representantes profissionais são a expressão institucional da passividade da base. (Bernardo, 1991, p. 320).

Por fim, as formas de luta coletivas e ativas. Nestes tipos de luta os trabalhadores rompem o fracionamento e a passividade; apresentando-se como corpo único e ativo desenvolvendo novas relações sociais. Mediante a organização coletiva dos conflitos, os trabalhadores são educados a tomarem em conta os seus companheiros de classe e a buscarem formas de gestão coletiva. Mediante a organização ativa dos conflitos, eles são educados a confrontar o capitalismo em sua materialidade de poder, avançar contra a disciplina social imposta e, neste processo, diminuir o campo de ação da classe exploradora. Apenas as formas coletivas e ativas de contestação social constituem verdadeira ameaça ao capitalismo, uma vez que desenvolvem relações sociais de tipo novo; antípodas da forma capitalista de inter-relacionamento social. São relações sociais coletivistas e igualitárias que dão materialidade e fôlego ao antipoder.

O aspecto primordial das formas coletivas e ativas de luta é o coletivismo e o igualitarismo, fruto da participação ativa do coletivo de trabalhadores. É a participação de cada um de forma ativa que engendra o igualitarismo. Quando a condução do conflito, as decisões e o seu controle são abertos a todos, a globalidade dos trabalhadores pode afirmar-se enquanto iguais na luta contra o capital. O igualitarismo é o primeiro aspecto a caracterizar as instituições decorrentes das novas relações sociais que surgem nas lutas coletivas e ativas.

O coletivismo é sua segunda característica primordial. Nesse caso, todos os trabalhadores afirmam a sua unidade contra a fragmentação operada pelo capital. Decorre também, do caráter ativo do conflito, pois na medida em que cada um se empenha em ativar o conflito, o efeito do agente contestador suplanta a sua esfera particular e abarca os restantes trabalhadores, que, por

sua vez, não se mantendo passivos, não se limitam a sentir os efeitos da luta alheia, mas intervêm praticamente, de forma que sua contestação abrange, também, aos restantes trabalhadores. Daí o caráter coletivista da luta, pois ela resulta de uma miríade de contestações particulares fazendo com que a luta seja, afinal, um produto coletivo da participação da globalidade dos trabalhadores. Segundo Bernardo, *“com a organização ativa dos conflitos, a intervenção coletiva é uma interação, de tal modo que, se a globalidade dos participantes é o ponto de referência da luta, cada um tende a aparecer como a expressão desse ponto de referência conjunto”*. (Bernardo, 1991, p. 324).

As formas de luta coletivas e ativas, ao engendrarem o igualitarismo e o coletivismo prático dos trabalhadores, operam uma mutação nas formas institucionais mediante as quais se procede a gestão da ação. Nestes tipos de luta, dá-se a emergência das assembleias, enquanto instituição de gestão coletiva, uma vez que possibilita a participação ativa e igualitária de todos os seus membros. Também se altera drasticamente a relação entre a base e os representantes. As formas ativas e coletivas de luta alteram o quadro capitalista de poder que é expresso pela passividade da base e a independência dos representantes, que, por esta mesma passividade da base que engendra sua independência, deixam de ser representantes e tornam-se dirigentes.

As lutas coletivas e ativas impedem a degenerescência dos representantes em dirigentes. Se a passividade da base engendra o surgimento de dirigentes, expressos juridicamente pela delegação sistemática e pela representatividade perene, o ativismo da base só é compatível com a eleição de delegados para tarefas determinadas e durante prazos que ela exigir. O ativismo da base tem como expressão jurídica a revocabilidade dos representantes que permite sua rotatividade e impossibilita o quadro de burocratização, mediante o qual os dirigentes podem vir a constituir uma casta dirigente passível de integrar-se à classe dominante.

Compreendemos assim que o quadro de existência da exploração e opressão social capitalista não constitui algo do qual a força de trabalho esteja isenta de responsabilidade. Ao contrário, dado a perenidade dos conflitos, é a construção sucessiva de contestações sob forma individual e/ou passivas por parte da classe trabalhadora que configura o quadro da ordem.

A ordem é um quadro em que os conflitos se inserem nas estruturas sociais vigentes e, por isso, acabam por reproduzi-las. De outro lado, a revolução é um quadro em que os conflitos se desenvolvem mediante estruturas sociais novas, e, por isso, antagonizam o capitalismo. Sendo os conflitos permanentes, há aqueles cujas formas sociais reproduzem e alimentam a estrutura social do capitalismo e há outros cujas formas sociais erigem uma nova sociabilidade antagônica à vigente e, por isso, constituem um modelo alternativo de sociabilidade. Na sociedade, os conflitos são permanentes e multifacetados, de forma que podem antagonizar ou reproduzir e reforçar o capitalismo. Daí que não basta a mera existência de insatisfação por parte dos trabalhadores. Apenas quando passam a criar formas sociais novas é que o antipoder materializa-se e o capitalismo é antagonizado. É uma dada forma de organização social dos conflitos que erige a permanência do capitalismo.

Há, em *Labirintos do Fascismo* um exemplo muito instrutivo de um radical conflito social entre trabalhadores e patronato que resultou, por sua vez, num reforço do capitalismo:

Em marco de 1919, antes de se ter iniciado o grande movimento de ocupações, os operários de uma empresa metalúrgica situada em Dalmine, perto de Bérgamo, entraram em greve e, desafiando o lock-out patronal, fecharam-se dentro do estabelecimento e continuaram a produzir, com o argumento de que estavam a servir a economia do país. A bandeira nacional que hastearam na fábrica ilustrava estes propósitos patrióticos. Enquanto as ocupações fabris que haveriam de se iniciar cinco meses mais tarde pretendiam subverter o fundamento da ordem capitalista, alterando as relações sociais de trabalho, a greve de Dalmine propôs reforçar a ordem reinante, ou não fosse ela organizada pela UIL, uma central sindical fundada no ano anterior por pessoas que participaram na gênese do fascismo. Aqui a hostilidade a um dado patrão não se projetava numa luta contra a globalidade dos capitalistas, mas pelo contrário, servia de pretexto para

promover a conciliação de classes a nível nacional, e Mussolini precipitou-se para entusiasmar com sua oratória uns operários tão sensíveis aos interesses do Estado e do capital em geral. 'Não vos lançastes numa greve segundo o velho estilo, uma greve negativa e destruidora. Pensando nos interesses do povo, inaugurastes a greve criadora, que não interrompe a produção. Era-vos impossível negar a nação depois de terdes combatido por ela', proclamava em 20 de março aos operários de Dalmine aquele que os seus seguidores haviam já começado a chamar Duce. (Bernardo, 2003, p. 39).

3.5- Aprofundamento das Relações Sociais Coletivistas e Igualitárias.

Não é apenas a existência de relações sociais coletivistas e igualitárias que garante a derrocada do capitalismo. Embora sejam estas relações sociais que constituem a base social de um novo processo produtivo, o capitalismo pode sobreviver ao lado destas formas antagônicas de vivência proletária, desde que elas estejam subsumidas a um nível marginal, ou seja, não constituam modelo mediante o qual se passa a organizar as relações de trabalho, as formas de propriedade e a tecnologia.

Estas relações sociais não constituem uma novidade, elas existem aqui e agora, no presente, na exata medida em que os trabalhadores se relacionam igualitariamente. Elas existem e podem se desenvolver em várias esferas, mas é apenas quando se projetam para os processos de trabalho que eliminam a existência material dos exploradores, dos capitalistas. É apenas quando estas relações de luta se transformam em relações econômicas - atingindo o cerne do poder capitalista, a organização dos processos de trabalho - que o capitalismo passa a ser posto realmente em causa. É aí que o antipoder se materializa num patamar decisivo.

Vemos aqui a centralidade do trabalho e a dominância da *prática primária* - prática no processo produtivo - sobre as restantes práticas sociais. Se os trabalhadores conseguem avançar com as relações coletivistas e igualitárias, eliminando os capitalistas enquanto conjunto social gestor dos processos produtivos, passa-se a se desarticular todas aquelas instituições secundárias,

onde se desenvolve a inter-relação específica de elementos da classe exploradora. As instituições religiosas, esportivas, culturais, políticas e econômicas vivificadas prioritariamente por elementos da classe exploradora ficam sem razão de ser, engendrando uma nova institucionalidade do quadro social mais vasto.

Há, contudo, de se fazer uma distinção entre relações sociais e relações econômicas. As relações econômicas são dadas relações sociais mediante as quais os trabalhadores se inter-relacionam durante o processo de trabalho. As relações sociais constituem todo o inter-relacionamento humano no qual se incluem, também, aquelas internas ao processo de trabalho, as relações econômicas, e várias outras referentes a outras facetas da vida social, nomeadamente a esfera religiosa, esportiva, cultural, sexual etc.

O capitalismo passa a correr perigo quando as relações sociais, coletivistas e igualitárias, que presidem o inter-relacionamento social dos trabalhadores durante os processos de luta, passam a ter como alvo a organização do processo produtivo. As relações sociais transformam-se em relações econômicas. Quando se atinge esta etapa, ao menos um dado capitalista ou conjunto de capitalistas em particular perde o seu exercício do poder, e a classe trabalhadora afirma-se soberana na organização do processo produtivo.

Bernardo refere que este processo não ocorre sem alterações drásticas na organização dos processos de trabalho e no funcionamento do poder. As características sociais da luta coletiva e ativa, ou seja, o igualitarismo e o coletivismo, quando transportadas para o interior dos processos de trabalho, alteram por completo a sua forma de funcionamento. Inicia-se uma remodelação, na qual as assembleias de trabalhadores tornam-se a instituição mediante a qual se conduz a gestão do processo produtivo, substituindo, neste percurso, a cisão entre trabalhadores e controle do trabalho, condução de sua própria ação, de forma a eliminar o exclusivo da gestão enquanto atributo de um corpo social específico.

A participação ativa dos trabalhadores nos processos de luta desenvolve-se numa participação ativa dos trabalhadores na gestão dos processos econômicos, de forma que a condução do trabalho passa a ser resultado da interação igualitária entre os trabalhadores, surgindo como um fruto coletivo, do qual nenhum seguimento pode reivindicar a exclusividade. O poder empresarial, expresso na passividade dos trabalhadores ante os gestores e a burocracia a seu cargo, dá lugar ao ativismo da base que elege os seus representantes, diretores das empresas, sob formas revogáveis e temporalmente determinadas. Não são os trabalhadores a prestar conta aos diretores, mas estes, na condição de representantes a prestarem conta aos trabalhadores.

Como a tecnologia é a expressão material das relações sociais mediante as quais se organiza o processo de trabalho, a autonomia dos trabalhadores quanto a gestão dos processos produtivos engendra o germinar de novas formas tecnológicas. João Bernardo, no entanto, lamenta que apenas muito recentemente as lutas dos trabalhadores passaram da ocupação simples da empresa para ocupações com reorganização do processo produtivo, o que impossibilita a descrição empírica mais pormenorizada de tais fenômenos. (Bernardo, 1991).

Dessa forma, a mutação tecnológica apresenta-se mais na sua forma negativa, quando os trabalhadores passam a utilizar outros elementos materiais, como ocorreu com a greve geral de 1968 na França, na qual os paralelepípedos das ruas e outros objetos foram convertidos em instrumentos de luta. No quadro empresarial, uma alteração dos circuitos de comunicação tem sido desde o início operada de forma a possibilitar o coletivismo da decisão e a difusão de informações entre os trabalhadores em luta. (Bernardo, 1991).

Segundo Bernardo, é este o nível máximo a que chegou a autonomia dos trabalhadores no seu decorrer histórico. As experiências mais radicais, que datam da segunda metade do século XX, foram paralisadas no exato momento em que se procedia a uma embrionária remodelagem das técnicas de modo a fazer surgir uma nova tecnologia, expressão da nova organização social

que os trabalhadores impingiam ao processo produtivo. Para o autor, sem o desenvolvimento de uma nova tecnologia, as relações coletivistas e igualitárias não poderão ensejar um novo modo de produção que consolide a libertação social dos trabalhadores.

Trata-se dos processos de luta que vicejaram durante o quarto ciclo longo de lutas da classe trabalhadora, nas décadas de 60, 70 e início de 80. Neste ciclo incluem-se as lutas operárias na França da década de 60, na Hungria, na Itália, Portugal, Polônia, Brasil em que os trabalhadores desenvolveram inúmeras ocupações de empresa nas quais não se limitaram a simplesmente ocupar as empresas, mas, mediante instituições próprias, os comitês de fábrica, de ocupação, passaram a tocar adiante, de forma autônoma e, portanto, independente de sindicatos e partidos uma reorganização dos processos de trabalho. A experiência portuguesa foi onde mais longe chegou a autonomia operária na qual algumas empresas ficaram por mais de três anos sob o controle direto, autogestionário, dos trabalhadores.

Daí, mais uma vez, fica afirmada a primazia da lutas iniciadas e direcionadas no interior dos processos de trabalho. A tecnologia constitui a última arma do capital a que os trabalhadores devem enfrentar. É também por isso que apenas desenvolvendo-se em relações econômicas, as relações sociais de luta podem impactar profundamente o capitalismo. Embora os trabalhadores possuam a capacidade de iniciar uma forma de sociabilidade autônoma, negadora da hierarquização social capitalista, apenas quando estas formas de sociabilidade passam a presidir uma nova organização tecnológica é que se oferece um horizonte seguro para os trabalhadores. E é justamente o ponto, afirma Bernardo, em que a luta operária mal começou a se desenvolver.(Bernardo, 1991).

3.6- Expansão das Relações Sociais Coletivistas e Igualitárias.

Já afirmamos que os exploradores existem mediante a predominância de uma dada forma de relação social subjacente ao processo de trabalho. Mas os capitalistas não limitam o seu controle ao interior dos processos de trabalho; eles pretendem modelar a sociedade como um todo e esforçam-se por expandir esta forma de inter-relacionamento à totalidade social, seja porque outras esferas passam a ser objeto da economia e, portanto, se sujeitam à organização empresarial, ou porque, os exploradores pretendam impossibilitar formas de vivência anticapitalista, no intuito de educar a classe trabalhadora num quadro social único. Lembremos que o capitalismo é um sistema totalitário.

Com esse duplo objetivo, mas principalmente, no interesse de impossibilitar aos trabalhadores o desenvolvimento de formas coletivas e ativas de luta, os exploradores se esforçam para que as relações sociais capitalistas, o inter-relacionamento hierarquizado, a fragmentação da força de trabalho, constitua a forma geral, ampla e única de organização de toda a sociedade. A fragmentação dos trabalhadores é reproduzida na fragmentação dos cidadãos e a hierarquização passa a presidir a toda forma de inter-relacionamento social.

A questão central na luta contra o capitalismo é a estruturação interna da classe trabalhadora. Mais penoso que a incapacidade de efetivar lutas autônomas contra o capitalismo é a incapacidade de iniciar um inter-relacionamento genérico próprio que constitua a negação da fragmentação e hierarquização a que os capitalistas pretendem condenar os trabalhadores. Assim, *“ de um modo geral, o capitalismo lança mão de todas as tradições culturais e preconceitos, desde o racismo até ao bairrismo, capazes de acentuar a fragmentação da classe trabalhadora e o individualismo dos seus membros”*. (Bernardo, 1991, p.317).

Do mesmo modo que os capitalistas determinam, ou tentam determinar, a forma do inter-relacionamento que os trabalhadores tecem entre si durante o processo de trabalho, evitando o

desenvolvimento de relações sociais novas, procuram também evitar ou controlar o contato externo à empresa, mantendo a fragmentação e a dispersão dos trabalhadores.

Atentemos para as características desta fragmentação: habitação dos trabalhadores de cada unidade produtiva dispersando-se por várias localidades; ausência de centros de reunião para os trabalhadores fora dos locais de trabalho; transporte individual entre a empresa e a residência; destruição de bairros populares tradicionais; criação de bairros residenciais sem praças, jardins ou outros pontos de contato; ereção de cidades dormitório; imposição de um centro, ponto único de contato, do qual os capitalistas detêm o controle e operam a vigilância; imposição de fontes únicas de conhecimento e informação mediante a difusão padronizada de rádio, televisor, ante os quais os espectadores mantêm uma relação passiva e mantêm-se fragmentados durante o processo. Em suma, a estratégia capitalista é manter os trabalhadores fragmentados, isolados para somente mediante controle e vigilância se inter-relacionarem, desenvolvendo, assim, o inter-relacionamento hierarquizado que é condição para a existência do sistema.

É por isso que, para espanto da esquerda burocrática, a um nível capilar, enquanto não assume posturas combativas no ambiente explicitamente empresarial, os trabalhadores passam já a desarticular estas formas de inter-relacionamento hierarquizado e a desenvolver formas igualitárias de inter-relacionamento social em várias esferas externas aos processos de trabalho. Com essa ação capilar e silenciosa, os trabalhadores passam a desarticular a disciplina social genérica, rompendo o isolamento e a hierarquização, tecendo redes de solidariedade em instituições religiosas, esportivas, culturais, de consumo, de habitação etc. A existência destas redes de solidariedade é de fundamental importância para a expansão das lutas coletivas e ativas, para a coesão interna da classe trabalhadora e para a expansão de espaços de vivência extracapitalista.

Os pontos de contato que a classe trabalhadora vai criando autonomamente servem para a ereção de uma cultura própria, discussão de temas e expansão das lutas sociais, mediante a solidariedade que se gesta no inter-relacionamento. Quando trabalhadores de um bairro se utilizam de uma igreja, associação cultural, de moradores, esportiva etc, para apresentar dadas reivindicações à prefeitura, por exemplo, surgem como um corpo coletivo e suplantam a prévia relação com os vereadores. Dessa forma, erigem uma estrutura política própria, pela qual negam a forma de inter-relacionamento imposto, secundarizam os intermediários políticos, os representantes profissionais, e combatem a dissolução do coletivo de trabalhadores na fragmentária individualização dos cidadãos. Aqui os trabalhadores pretendem se apresentar enquanto administradores da sociedade em contraposição ao poder exercido pelos políticos profissionais.

Foi o que ocorreu no Brasil, da década de 1970, em Portugal durante o salazarismo, na Espanha do mesmo período. Bernardo - que acompanhou a experiência francesa, portuguesa e brasileira – afirma que naquela conjuntura de acentuada repressão sobre a força de trabalho no ambiente empresarial, a classe trabalhadora constituiu mecanismo defensivos, organizando-se nas igrejas, nos bairros, nos bares, associações culturais e que foram esses pontos de contato, essas redes de solidariedade que permitiram a reconstrução da combatividade operária que deu mostras ao mundo.

Enquanto pontos de contato, discussão e organização, externos ao particularismo do ambiente empresarial - onde a força de trabalho está segmentada, disciplinada, vigiada e condicionada - e como condição para um maior coletivismo da ação da classe, os bares, associações culturais, igrejas, bairros, associações de moradores etc, podem prover aquele papel organizativo que classicamente se atribuiu ao partido e ao sindicato. Principalmente, como tem sucedido, quando os partidos e sindicatos assumem a mesma forma organizativa –burocrática e

hierárquica- das demais instituições de poder capitalista, sendo, portanto, um organismo pertencente à mecânica disciplinar do capital.

Por este e outros aspectos devemos perceber que, de forma externa aos processos de trabalho, a classe trabalhadora desenvolve uma luta silenciosa e não menos dura na qual trava uma verdadeira epopéia para construir redes de contato, formas de solidariedade básica entre a classe, e diminuir o potencial de disciplinamento e condicionamento que o sistema impõe sobre o meio social. Ao buscar romper com estas formas de fragmentação, a luta de classes inclui distintas temáticas que envolvem a sexualidade, o preconceito, o sexismo, o racismo, a clivagem entre gerações etc. Toda manifestação social que acentue a fragmentação dos trabalhadores e/ou a sua hierarquização interna, como o nacionalismo, o machismo, a homofobia, o racismo, ao impossibilitar o desenvolvimento amplo de um novo quadro de inter-relacionamento social genérico constitui um reforço da disciplina social capitalista e é, afinal, um quadro de derrota para os trabalhadores, pois impossibilita a coletivização das lutas e o seu aprofundamento mediante a extensão de redes de solidariedade.

Posto isto, embora o ponto fulcral do capitalismo seja a organização dos processos de trabalho e que, portanto, as lutas para a eliminação do poder capitalista devem tomar como objetivo a alteração das relações internas ao processo de trabalho, como a classe trabalhadora é fragmentada pela classe capitalista em uma miríade de empresas e categorias salariais, ainda em uma completa dispersão por bairros distantes, para que a contraposição ao poder se desenvolva é necessário que os trabalhadores erijam um quadro social básico de inter-relacionamento, sem o qual fica impossibilitada a coletivização dos processos de luta e contestação social.

Daí que tantos temas tidos como externos à luta de classes, são, ao contrário, pontos importantes para a combatividade operária. Hoje, a coletivização das lutas tem por condição a solidariedade entre trabalhadores de sexos distintos, sexualidades distintas, etnias distintas,

formações culturais, cor de pele, idades etc distintos. Sem que os trabalhadores consigam transpor a barreira do multiculturalismo, fazendo surgir *uma cultura da classe trabalhadora que se afirme precisamente na multiplicidade harmônica de comportamentos* não será possível renovar o combate ao poder capitalista. (Bernardo, 1996, p. 136).

Os conflitos sociais coletivistas e igualitários engendram relações sociais de tipo novo, passíveis de engendrarem uma remodelação de toda a sociedade. Para isso, essas relações sociais de luta devem se transformar em relações econômicas, dirigindo-se para o interior do processo produtivo e forçando a remodelação dos processos de trabalho. Entretanto, como as lutas são fragmentadas, apenas a ereção de um inter-relacionamento social básico dos trabalhadores fornece a solidariedade necessária à expansão das relações coletivistas e igualitárias por uma milharidade de processos produtivos e pelo quadro urbano em geral, forçando, por sua vez, a remodelação das instituições familiares, escolares, religiosas etc.

Para a ereção do quadro social básico de solidariedade e inter-relacionamento autônomo dos trabalhadores qualquer instituição pode ser útil, desde que ela presida ao tipo de inter-relacionamento que estamos a definir. Sejam partidos, igrejas, bares, associações culturais, de moradores etc, o nome pouco importa, o que é imprescindível é que a classe trabalhadora passe a resolver os seus problemas, saltar suas cisões, sua existência fragmentária e não dar novo curso a uma hierarquização social, produzindo, por seu turno, novos exploradores.

O conteúdo crítico das lutas esta na sua organização prática, nas suas formas administrativas. A organização coletivista e igualitária dos trabalhadores para luta no âmbito das empresas erige o quadro pratico que possibilita a eles a reorganização dos processos de trabalho e a extinção dos patrões e gestores. A sua organização coletivista e igualitária no âmbito social mais amplo erige o quadro prático que possibilita aos trabalhadores se contraporem aos políticos profissionais, apresentando-se, então, enquanto sujeitos que pretendem a administração da

sociedade. A criação de redes de contato e solidariedade é a condição para que se una a luta contra os gestores empresariais com a luta contra os gestores estatais e se expanda processos de luta que, sem isso, ficariam isolados ante uma classe capitalista coesa.

3.7 - Classe e Massa: classe ampla e classe restrita

Por esta altura, não poderíamos continuar sem referir dois conceitos centrais na análise bernardiana: *classe e massa*. Já afirmamos que a ideologia constitui um aspecto secundário, ineficaz. Por isso, a distinção entre classe e massa não diz respeito ao acesso a formas mais arrojadas de consciência política. Os trabalhadores existem por sua pura e imediata realidade econômica, independente de as pessoas terem ou não consciência de pertencerem à classe trabalhadora. Classe trabalhadora é uma prática, não um pensamento. No entanto, esta existência meramente econômica da classe trabalhadora implica que ela não possui formas de vida e organização social próprias, não adquire uma realidade sociológica autônoma e, portanto, se insere nos quadros de sociabilidade que a classe capitalista lhe impinge ao nível dos processos de fabrico e ao nível social em geral. Existe apenas como classe hetero-organizada, como massa. (Bernardo, 1999; 2003).

Quando a classe trabalhadora não constrói um quadro social próprio, endógeno, deixa de existir enquanto entidade sociológica singular e se enquadra nas instituições para as quais a arrasta a classe capitalista. Nesta conjuntura, a classe existe enquanto massa, sob uma formação imputada exógenamente. Sem dinâmica própria, apresenta-se não como um corpo coeso, mas, antes, como um conjunto de corpos fragmentados sem uma identidade sua. A classe se fragmenta em uma milhares de partículas e se integra no corpo capitalista, em suas instituições e formas de sociabilidade. Podemos dizer que os trabalhadores não possuem aí uma forma endógena de organização e sociabilidade, obedecendo a formas exógenas de vivência social. É a classe em si,

que Bernardo chama de massa. A classe possui uma definição econômica sem possuir uma definição sociológica. Ela cria bens e serviços sem criar instituições. (Bernardo, 1999; 2003).

O conceito de massa define a classe quando esta possui apenas uma criatividade econômica sem possuir formas próprias de organização social. É uma meia classe: possui uma realidade econômica sem possuir uma realidade institucional. Neste sentido, em termos políticos e sociológicos a classe não existe. O que há é uma milhares de corpos biológicos inseridos em instituições e formas de organização sociais criadas pelos capitalistas.

A classe em sua forma de massa obedece a formas exógenas de organização social: é constituída pelo corpo fragmentário dos contribuintes, dos acionistas, dos consumidores, dos eleitores, da cidadania, dos espectadores embasbacados dos programas televisivos e de rádio. É a classe que se integra no mesmo estatuto jurídico das classes capitalistas. É, portanto, quando ela pode fornecer corpos biológicos para lutas que não são suas, como ocorreu com o fascismo, por exemplo. Aí a classe, em estado de massa, não possuindo uma organicidade própria, se deixa arrastar por grupos da classe dominante em lutas de todo tipo. Sua ação se submerge às modalidades individuais e ou coletivas de passividade e não dá origem a quadros sociais antagônicos ao capitalismo.

Noutro horizonte, a classe deixa de ter uma realidade puramente econômica e, portanto, deixa de ser massa, apresentando-se não como uma milhares de corpos sem estatuto próprio, inserida tão somente na hierarquia do capital, quando passa a adquirir um estatuto sociológico, mediante a criação de formas de vivência e instituições sociais. Aí, ela vem a desconstruir o seu ser enquanto massa, e com formas endógenas de sociabilidade, expressão ideológica e práticas culturais, fornece um modelo antagônico de organização social, de inter-relacionamento humano. A classe salta a sua inexistência política e apresenta ideologias e instituições autônomas.

Não se trata de imaginar, como tantas vezes sucede, a criação de grandes hinos, marchas e enormes instituições. Basta que, numa empresa, os trabalhadores organizem um jogo de futebol do qual estejam excluídas as chefias para que se crie formas de sociabilidade, práticas, que os singularizem e os distingam com relação ao corpo que dá ordens. Do mesmo modo a organização de quermesses levada a cabo por moradores de um bairro, ritos religiosos etc., implica a criação de formas sociais autônomas nas quais não se necessita da ação criadora e gestora das burocracias do poder municipal e, ainda, rompe-se a fragmentação da classe trabalhadora em partículas de contribuintes inseridas, apaticamente, na hierarquia do poder estatal. Basta que os futuros trabalhadores de uma escola erijam grupos de estudo, festas, associações estudantis, simbologias próprias para que se inicie a criação de uma sociabilidade e ideologias que estão alheias aos professores, chefes, coordenadores, enfim, alheia à burocracia escolar.

Para a ereção desta classe auto-organizada, com estatutos próprios, o quadro do inter-relacionamento social genérico é de crucial importância. É neste nível que se pode começar a tecer não só novas formas de sociabilidade, mas, principalmente, as redes de solidariedade que tanta falta fizeram à coletivização das lutas. De certa forma, todos os fracassos a que se submeteu a classe trabalhadora na luta contra o capitalismo deveram-se, em última instância, ao fato de uma parte da classe estar já auto-organizada, em combate contra o capital, e outra parte estar ainda hetero-organizada, numa existência alienada, tornando-se instrumento do capital contra os trabalhadores em luta. São outros trabalhadores que reprimem, espancam e matam os trabalhadores em ação. São os trabalhadores organizados e conduzidos pelos capitalistas, a massa, que fazem sucumbir as experiências autônomas pelo ostracismo a que as condena, ou pelo combate com que as enfrentam.

É nesta dicotomia entre os explorados numa existência puramente econômica, a massa, e os explorados com formação sociológica própria, a classe, que se centra a possibilidade de derrocada do capitalismo. Isto quando as lutas são principalmente coletivas e ativas e, portanto, impossibilitam que as burocracias surgidas no seio da própria classe, mediante a passividade e o individualismo, se convertam em classe exploradora.

Por certo, os conceitos de *classe* e *massa* de Bernardo constituem um desenvolvimento do par de conceitos de *classe em si* e *classe para si* de matiz marxiana. Afinal, o que se poderia esperar de um marxista senão a atualização crítica do campo teórico e dos conceitos de Marx? Mas entendemos que o conceito de *classe* e *massa* adquire uma singularidade, porque Bernardo define por este par de palavras realidades puramente organizacionais, materiais, quando o conceito de *classe em si* e *para si* de Marx dá um peso muito elevado à esfera da consciência, dos postulados ideológicos.

Talvez, dada a inadequação terminológica do par de conceitos classe e massa erigido por Bernardo, o mais correto seria dar um sentido material, sociológico, aos conceitos de *classe em si* e *para si* de Marx. Daí falarmos em classe restrita e classe ampla. Os conceitos ficam mais claros quando se refere a classe hetero-organizada e a classe auto-organizada. Por este modo fica bem claro se é a classe a se auto-organizar ou se ela é organizada pelos capitalistas, constitui um seu decalque. De todo modo, transposto para o campo político e sociológico tradicionalmente entendido, o conceito de massa define uma classe restrita, pois se limita a mera singularidade econômica sem possuir um estatuto político e sociológico próprio. A classe restrita é a classe hetero-organizada, a massa que os capitalistas moldam a seu gosto. Já o conceito de classe, proposto por Bernardo, define uma classe em sentido amplo, classe ampla, que mediante a auto-organização possui uma singularidade política e sociológica que se soma a tradicional existência econômica.

Para o autor a classe trabalhadora já conseguiu, em sua existência, pensar modelos alternativos de organização social, mas, no entanto, não conseguiu realizá-los em sua plenitude, ou seja, não conseguiu que as formas do comunismo já ensaiadas tivessem a potencialidade de abarcar a totalidade do social. Para ele, a perdurar assim, a classe trabalhadora constituirá uma classe poética: capaz de pensar a liberdade, mas incapaz de realizá-la.(Bernardo, 1975). E não será esse um destino singular, pois, como demonstrou em *Poder e Dinheiro* os sonhos audazes de liberdade, e as lutas ácidas e radicais que foram travadas tanto pelos escravos sob a Roma antiga, quanto pelos servos e pela arraia-miúda durante o regime senhorial, não levaram a existência de um mundo no qual não houvesse exploração e, portanto, classes sociais. Decerto, não foram inoperantes, mas, estas lutas se foram eficazes em derrubar o modelo de exploração da época, só fizeram precipitar a classe exploradora para outras modalidades de exploração e de poder, como bem o atesta a força de trabalho atual.

Para ele, não há possibilidade de se demonstrar que ao capitalismo se sucederá inelutavelmente uma sociedade sem classes. O que é possível é demonstrar, empiricamente, onde os pontos de fricção são mais agudos e mais criativos.Entretanto, o autor entende que no capitalismo existem fortes possibilidades de que o seu fim venha a ser, também, o fim da organização em classes sociais. Mas, por outro lado, existem grandes indícios de desenvolvimento de um escravismo de matiz empresarial, substituto do ensaio de escravismo de Estado operado sob Hitler e Stálin. (Bernardo, 2003).

Numa conjuntura como essa, percebemos como a tal problemática das vitórias e das derrotas está mal assentada. Lutar contra a exploração é não só criar um horizonte de libertação, mas, prioritariamente, criar freios ao totalitarismo gestorial, evitando que os senhores do mundo façam com os trabalhadores todo e qualquer ensaio de criação da realidade que venham a desejar. Neste mesmo ano de 2006 assistimos a luta generalizada e ativa da classe trabalhadora francesa

que conseguiu, com esta atuação, impedir uma maior precarização do trabalho e salário destinado aos jovens. O capitalismo não foi derrubado, mas os dirigentes estatais que pretendiam colocar em prática desejos e necessidades dos dirigentes empresariais tiveram que recuar, anulando uma lei que já havia sido efetivada, de forma a evitar a crescente coletivização do conflito que estava a ocorrer.

Que não se trata de esquizofrenia, podemos perceber hoje, quando o avanço científico subsumido ao seu controle absoluto pela classe capitalista tem buscado a produção de seres humanos em laboratório o que implicaria transportar da família para as instituições empresariais a responsabilidade pela perpetuação da espécie. Numa conjuntura em que se avizinha uma ruptura tão drástica quanto a organização social, chega a ser melancólico que o entendimento do poder esteja subsumido academicamente às peripécias de uns tantos políticos, que constituem, no horizonte presente, a sombra do passado.

Embora a falta de certeza, Bernardo entende que não há justificativas para não lutar. Para ele, a gente deve lutar sem a garantia de que irá vencer, pois só os covardes é que lutam com a certeza da vitória. (Bernardo, 1996b). *Se ser livre é aceitar sobre si a responsabilidade e o inerente sofrimento, enquanto os homens fugirem-lhe não haverá sociedade livre. A liberdade equivale à necessidade do sofrimento.* (Bernardo, 1995, p.257). Não se assenta, no final das contas, o totalitarismo capitalista na ditadura da felicidade enquanto sacrário do corpo e possibilidade de consumo? Ou como diziam os situacionistas, não se trata de um sistema onde se perde a vida no eterno processo e ganhar a sobrevivência?

IV

Considerações Finais

O desenvolvimento dos processos econômicos capitalistas determinou uma profunda alteração no quadro do aparato político da classe dominante. Como observado, as empresas constituem, desde o início, um aparelho de poder onde tem lugar a administração de uma parcela significativa da vida dos trabalhadores. No entanto, a existência fragmentária e pouco desenvolvida dos aparatos de poder diretamente empresariais manteve na sombra por um longo tempo as facetas políticas dos processos econômicos. Até meados do século XX, dada a predominância de economias organizadas em terrenos nacionais, o aparelho clássico do Estado possuía um importante papel no ordenamento social. Se desde o início do capitalismo há dois aparelhos de Estado, um amplo e outro restrito, coube ao Estado Restrito a hegemonia nos períodos de gestação e amadurecimento do sistema capitalista.

A forma como se passou a organizar a economia no imediato pós Segunda Guerra determinou a transnacionalização dos processos econômicos. Inaugurou-se aí uma linha evolutiva de internacionalização da economia que se completou com o fim da divisão do mundo em dois blocos econômicos internacionais, o soviético e o americano. Assim, a economia pode se consolidar num patamar definitivamente global. Os agentes dessa operação colossal não foram os Estados nacionais, mas a inelutável pressão do alto empresariado, que há muito vinha se organizando em lobbies e associações patronais, tendo em vista a integração econômica mundial.

A enorme concentração econômica e o tendente gigantismo das empresas permitiram a estas alcançar uma maturidade e força que as possibilitou requerer o evolutivo abandono do Estado, passando elas mesmas a se encarregarem de importantes funções coordenativas que antes estavam a cargo dos Estados nacionais. Essa linha de evolução e organização econômica permitiu alterar o anterior quadro de hegemonia do Estado-nação sobre o Estado Amplo, dando a este último a hegemonia decisiva. Após a Segunda Guerra inaugurou-se um cenário no qual cabe às redes empresariais as malhas fundamentais do poder.

Agindo sobre os seus empregados diretos e indiretos, agindo sobre os consumidores, mediante lobbies e outras instituições agindo, também, sobre as burocracias estatais e, mediante a mídia e aparatos de fiscalização, agindo sobre a população em geral, as empresas erigiram uma hegemonia política sem precedentes, quanto mais se caracteriza por ser de matiz global e inovadoramente intensiva.

As empresas ocupam no cenário atual a indisputada soberania na organização dos processos produtivos, dos processos pedagógicos, esfera do lazer, esfera do consumo, produção ideológica, promoção da ciência, esfera religiosa, cultural etc. Iniciando, já, a transferência da família para as instituições empresariais a produção de corpos biológicos, de forma a solapar o que resta de mais substancial na família, instituição multissecular, pré-capitalista, que despontou no horizonte social com o fim do escravismo na Roma antiga, em torno do século V. É porque é esta instituição que serve de terreno à coesão global dos capitalistas e principal esfera de controle e condicionamento da classe trabalhadora, que as empresas constituem o principal aparelho de poder atual.

Podemos falar da existência de um aparelho de poder transnacional dado a centralidade que as empresas – coesas globalmente – possuem sobre os Estados nacionais e sobre a população diretamente ao superintender importantes esferas sociais. Essa atuação sobre os Estados nacionais

e a atuação direta sobre a população - seja enquanto gestora da produção ou do consumo - permite estender globalmente as malhas disciplinares do poder empresarial situando a existência de uma estrutura de poder diretamente global, sem fronteiras.

Relativamente ao quadro anterior, no qual o Estado possuía a hegemonia quanto ao controle social, o sistema de gestão política imposto pelas grandes empresas assenta-se numa completa apatia da classe trabalhadora. O esvaziamento dos partidos políticos, dos sindicatos, comissões de fábrica, associações de moradores não é acompanhado por outras formas de participação coletiva, mas pela apatia social e extrema individualização. Nesse processo, a televisão surge como o grande pedagogo, capaz de manter a população apática, espectadora do infinito espetáculo de futilidades que lhe é apresentada 24 horas por dia. E o entusiasmo capaz de erigir algum sentido à vida desses bilhares de seres administrados se constrói mediante a apresentação massiva de novos produtos – sejam atores, carros ou camisetas.

As situações de pertencimento social a dados grupos, o recorte ideológico e a vivência política, dá-se mediante relações passivas com empresas, de forma que a liberdade política é apresentada como um ato de consumo. Para os que nasceram comigo, a afirmação da própria existência e a linhagem política desenvolve-se sobre uma completa aceitação e apologia do controle empresarial sobre a sociedade de forma que o crucial está em ser punk, clubber, skatista, feminista, mano, careca, vegetariano, torcer para este ou aquele time de futebol, ser pagodeiro, roqueiro etc. Se os jovens trabalhadores passam o dia sob os mesmos mecanismos disciplinares, no trabalho ou na escola, se permanecem todos condenados à autocracia, nos finais de semana e à noite eles adquirem identidades e vão exprimir a sua liberdade quando ostentam com orgulho que optaram em comprar este ou aquele cd, a camiseta desta ou daquela empresa, este ou aquele tênis. Se ao determinar a regras de conduta durante o trabalho o capitalismo apresenta-se como totalitário, ao multiplicar as opções de consumo - mesmo que a diferença seja uma simples

etiqueta - ele permite que mediante a compra vá se formando os variados grupos sociais – esteticamente diferentes, mas sociologicamente idênticos.

E passivos diante o capital, podem, estes jovens esquizofrênicos, escamotearem a sua condenação social sob as variadas opções estéticas que o mercado lhes apresenta. Se não são nada durante o trabalho, podem assumir posições de destaque no grupo social a que pertencem e, de todo modo, julgam-se todos superiores aos demais por terem escolhido o grupo certo. Passivos ante o capital, são muito ativos em discriminar os demais trabalhadores que não se incluem em seu grupo; são ativos na luta pela expansão de seu grupo social e ativos também nos rituais de violência que sucede, em algumas situações das quais o rock e o futebol são as mais significativas, quando um grupo encontra outro diferente ou rival.

O poder e a exploração nasce e se aprofunda onde não há solidariedade entre os trabalhadores. A existência do capitalismo, a sua agudeza maior ou menor, sua cruzeza voraz ou não, é determinada pelo grau de solidariedade que os trabalhadores a ele consegue contrapor. O problema maior para a existência e desenvolvimento do poder esta no fato de a classe exploradora possuir hoje uma coesão global que é alicerçada pela organização transnacional dos processos econômicos, de onde passa a construir estruturas organizacionais e comportamentais globais que são impostas à totalidade da população, enquanto a classe trabalhadora esta fracionada por nações e nestas em milhares de outros fracionamentos.

Ao considerar a sociedade como o choque entre classes sociais antagônicas e atribuir o exclusivo da ação à classe trabalhadora, podemos dizer que o poder pode ser pensado como uma exploração, uma vez que tem como fundamento a capacidade da classe exploradora de fazer com que a ação da classe explorada se volte contra ela própria. A classe capitalista afirma o seu poder na medida em que controla a ação da classe trabalhadora e explora essa ação direcionado-a para a ereção dos quadros sociais que lhe é de interesse. Explora a capacidade de ação da força de

trabalho fazendo-a erigir um mundo que concretiza e exprime a sua própria prisionização. A classe trabalhadora alimenta com seu corpo e sua mente um mundo que a nega. Seu processo de existência é o processo pelo qual abdica da responsabilidade sobre si própria, aliena-se e, tornando-se irresponsável, alheia-se do conhecimento, do sofrimento e da angústia das decisões. A classe trabalhadora tem, por comparação com a classe capitalista, um estatuto infantil. Ela é uma menor de idade. Troca a sua vida real pela mera sobrevivência.

Devemos aprender a não subestimar a classe exploradora. O poder não está no discurso que ele emite, nem na consciência que as pessoas dele tenham, mas nos processos reais mediante os quais se controla o agir da força de trabalho. A estrutura de poder tem por objeto a sociedade como um todo dado o seu funcionamento totalitário. O Estado tradicional é, hoje, justamente o local em que o poder se assume enquanto tal para que as pessoas imaginem-se livres nas restantes esferas. Enquanto isso, as empresas alargam a esfera de seu poder e multiplicam as suas potencialidades dados os recursos da técnica e os novos potenciais de vigilância social.

Como o poder existe e possui uma materialidade independente de se apresentar enquanto tal, ou seja, independente de possuir uma expressão jurídica, é muito limitada a análise do poder a partir das teorias que explicitamente assumem este nome. No caso do *Estado Amplo*, encontramos uma estrutura de poder em todo informal, que não se assume juridicamente enquanto tal. Por este aspecto, João Bernardo, considera que são as teorias administrativas as mais importantes teorias políticas para a época atual. Neste sentido, e não só quanto às esferas em que o poder se materializa, devemos olhar para as instituições com um sentido antropológico. Ou seja, as instituições são insuscetíveis de uma definição prévia que abarque a totalidade de seus aspectos. Os estudiosos devem ter em conta a incrível capacidade dos homens de transformarem uma dada instituição numa outra coisa. Assim, a militarização do trabalho, a inserção do exército nos processos produtivos, a transformação de igrejas em casas de show, em instituições

empresariais, lojas etc; os presídios em fábricas; as fábricas em presídios; os lazeres em processos pedagógicos; a confluência de vários destes aspectos numa única instituição... Até a radical transformação dos processos produtivos de local de opressão e exploração em local de afirmação da liberdade da classe trabalhadora. Daí Foucault apontar a polivalência das instituições. Dificilmente uma prática encontra uma instituição única que a represente e também dificilmente uma instituição abarque somente a prática que lhe dá o nome. Quem quiser atentar para a estrutura de poder deve se prender as formas organizativas das instituições e não aos nomes que elas carregam.

Mas o quadro de poder empresarial determinou uma mutação nas críticas de esquerda e no panorama das lutas sociais. Na medida em que se afirmam enquanto principal aparelho de poder, as empresas tem constituído o principal lugar para o qual se direcionam as lutas e críticas sociais, sejam estas passivas ou ativas, coletivas ou individuais, reformistas ou revolucionárias.

Dado a amplidão dos tentáculos empresariais, é muito amplo o espectro das lutas proletárias. Esse tem como alvo o próprio inter-relacionamento humano a um nível genérico, caminhando para patamares mais elevados de autonomia até atingir o embrionário germinar de uma nova tecnologia, depois de tomado o controle do processo produtivo, ponto no qual as experiências históricas de luta avançada foram freadas.

Algo interessante ocorre com a alta conectividade da economia. Numa estrutura de crescente integração, onde a produção de uma empresa se estende por varias unidades espalhadas pelo globo, as lutas particularizadas podem ser impactantes. A alta conectividade do capital faz com que uma greve local ou a rebelião de um grupo de trabalhadores tenha efeitos sobre a economia muito mais amplos na medida em que possibilita que a luta de um grupo de trabalhadores em particular atinja a completude de uma dada empresa ou mesmo de um ramo.

Esta luta social engendra o comunismo, forma na qual o coletivismo e igualitarismo das lutas sociais são transpostos para a organização do trabalho e, por aí, para a sociedade como um todo. A luta pelo socialismo é uma luta contra o poder porque, apenas deixando de se subsumir às formas institucionais impostas, a classe trabalhadora pode desenvolver novas relações sociais e ensaiar outra forma de organização social. Neste patamar, se evidencia que o socialismo não constitui uma mera aspiração ideológica, mas antes, advém de formas organizativas que são gestadas autônoma e materialmente pela classe trabalhadora em luta. Não constitui uma opção individual proveniente do contato com uma dada teoria, mas um resultado social advindo de formas organizativas que se criam na luta coletiva contra o capital. O comunismo constitui algo do presente. É a abertura de uma nova temporalidade erigindo um outro futuro.

O comunismo não advém do prévio conhecimento científico, nem do desejo. Não se deve conferir ao socialismo um caráter de ação racional, previamente estabelecida, onde uma iluminação interior, individual, determina uma postura prática. O socialismo se desenvolve num plano externo à razão. Nele só pode-se dizer que há uma razão coletiva, advinda das relações práticas que se cria. Significa isso que as pessoas lutam contra o totalitarismo do capital não porque desejem ou tenham convicções anticapitalistas, mas porque são levadas a tal pela própria estrutura do sistema. Neste processo de luta, que é muito amplo, passam a desenvolver novas formas de inter-relacionamento de onde se pode auferir relações sociais coletivistas e igualitárias, bases de uma nova sociedade. Estas relações são criadas pela classe trabalhadora independente de haver teoria ou fundamento ideológico, sem conhecimento prévio. A classe trabalhadora é uma classe revolucionária por suas ações e, portanto, independente de ter efetuado uma crítica teórica prévia.

O máximo que se pode auferir para uma caminhar de negação da ordem dada é um nível elementar de insatisfação com o existente, que pode nem mesmo se desenvolver como um desejo

de algo novo e mesmo quando toma a forma de um desejo do novo, clarificado para os explorados, dado o nível de abstração do mesmo, ele é insuscetível de abarcar o novo, pois define num plano abstrato algo que a classe trabalhadora ainda não criou em sua totalidade e, portanto, não vivenciou. O desejo de sair do existente não é capaz de abarcar a totalidade de criação do novo. A classe trabalhadora, ao lutar, está sempre rasgando o tecido da razão e abrindo as portas para o impossível, o desconhecido.

Como o socialismo advém da transposição das relações sociais de luta tecidas na oposição da classe trabalhadora contra o totalitarismo do capital, se uma sociedade socialista chegar a existir ela advirá da forma concreta em que a classe trabalhadora estiver organizada contra o capitalismo e não dos programas e intenções que desde já ela desenvolve. A questão é que, exceto para os idealistas que entendem que há uma causalidade da esfera do pensamento sobre a esfera da ação, os programas e desejos de hoje não são capazes de determinar o quadro das ações futuras. Principalmente porque a ação dos trabalhadores não advém de seu âmbito único, mas da relação contraditória de posição e contraposição que ela estabelece com os capitalistas. Apenas se Deus, o único capaz de conhecer a globalidade das ações humanas em tempo real ceder sua consciência aos preteridos filhos trabalhadores é que o socialismo poderá encetar-se mediante um plano capaz de guiar a ação. Já Maquiavel ensinava que é necessário ser povo para conhecer a natureza do príncipe e ser príncipe para conhecer a natureza do povo, mostrando com isso que não é possível conhecer-se a totalidade do real, mas apenas o fragmento que a nossa posição de classe permite.

O socialismo constrói-se lutando contra o capital e estabelecendo, nesse processo de luta, formas sociais novas a ele antagônicas. Trata-se de formas de inter-relacionamento coletivistas e igualitárias. Uma alternativa anticapitalista aprende-se e constrói-se vivenciando experiências anticapitalistas e não ruminando teorias ou ouvindo preleções de intelectuais.

Não é a mera existência de lutas que antagonizam o capitalismo. Ao contrário, este vive da sua capacidade de converter a ação de *classe* em ação de *massa*, de recuperar as lutas, ponto no qual a classe trabalhadora é reduzida a uma existência fragmentária, sinônimo de sua mera incidência econômica e, na qual, acaba por se inserir na estrutura social que lhe impinge a classe opressora. Neste tipo de ação, ação de *massa*, a classe trabalhadora se limita a forçar o surgimento de novas elites, substituindo uns gestores por outros, na medida em que seus representantes degeneram em dirigentes e que não se mostra capaz de desenvolver um modelo social alternativo.

Dessa forma, a luta contra o capitalismo constitui uma luta dupla. Uma luta na qual a classe trabalhadora agita os capitalistas, fazendo vergar o seu poder; e outra na qual a classe trabalhadora agita a si mesma evitando a burocratização dos processos de luta mediante os quais os representantes vão se convertendo em dirigentes e, portanto, futuros opressores e exploradores. É uma luta dupla, pois requer que os trabalhadores evitem que, nos seus processos de contestação, venha a se reproduzir a estrutura contestada e, dessa forma, estejam a criar novos campos de existência social dos gestores como ocorreu com as caixas de auxílio mútuo que foram transformadas em pensões capitalistas e com os sindicatos que, de instrumentos de luta, tornaram-se instrumentos de contenção dos trabalhadores, empresas capitalistas, entre outros exemplos.

Autonomia operária não significa autonomia de partidos e/ou sindicatos com relação ao Estado, como foi pensando e difundido socialmente. Mas, antes, a capacidade de não se inserir no organograma que é imputado pela classe opressora, criando para si, um novo quadro social suscetível de se expandir e modelar a sociedade como um todo. A autonomia operária é desenvolvida num espectro amplo, no qual a classe trabalhadora cria, autonomamente, um novo modelo econômico, político, cultural, pedagógico e social em sentido lato.

Podemos notar que, mediante esta perspectiva, a classe trabalhadora alimenta o capitalismo não porque o deseje, nem porque seja uma classe subalterna, conforme tantas críticas moralizantes que afirmam incansavelmente que *o povo não faz nada, o povo é submisso*, o que afinal constitui mero elitismo. Ao contrário, é porque ao nascer cada futuro trabalhador não encontra um outro quadro de sociabilidade que não seja o imposto pelos capitalistas, que se vê obrigado a herdar a condenação que lhes oferece o insucesso dos pais. O predomínio do capitalismo não se deve a uma inexistência de lutas, de insatisfações e desejos de mudança, mas a um parco desenvolvimento das relações sociais igualitárias e coletivistas, que por não terem atingido um nível coletivo mais amplo, não foi capaz de alçar um patamar que impossibilitasse a sua recuperação. A derrota dos pais, enquanto eternização do passado, acaba por jogar nas costas dos filhos o fardo da luta pela liberdade.

Ainda, segundo a perspectiva estudada, no capitalismo existem lutas de dois tipos: uma que opõe trabalhadores à globalidade dos capitalistas e engendra a luta contra a exploração e opressão da classe trabalhadora pela classe capitalista; outra que opõe uns capitalistas a outros. É a luta pela repartição da mais-valia, controle dos meios de produção, centros tecnológicos, fontes de matéria-prima etc. Da capacidade da classe trabalhadora de alimentar o primeiro tipo de lutas depende a sua definição enquanto corpo social autônomo, classe ampla, portador de novas relações sociais e, portanto, de um novo modelo de organização social. Da capacidade da classe exploradora de enlear a força de trabalho no interior de seus conflitos próprios advém a existência enquanto *massa* dos explorados, na qual não se destacam da restante sociedade, singularizando-se apenas por obter o mais baixo escalão em uma mesma hierarquia social.

Por fim, depreendemos a necessidade de criar um conceito que exprima a condição de quem é explorado economicamente e oprimido politicamente, ou seria explorado politicamente e oprimido economicamente? A distinção entre economia e política, enquanto conceitos puros, não

possuem sustentabilidade se tomamos em conta a perspectiva proposta. A classe trabalhadora é explorada em sentido amplo, ou seja, economicamente, sociologicamente, biologicamente e ideologicamente. Desse modo, o conceito de exploração envolve realidades mais amplas que as entendidas tradicionalmente pelas ciências políticas e sociais vistas separadamente ou mesmo em conjunto.

Referências Bibliográficas

6.1. Obras de João Bernardo

Bernardo, João. *Para Uma Teoria do Modo de Produção Comunista*. Porto, Afrontamento, 1975.

_____*Marx Crítico de Marx*. Porto, Afrontamento, 1977, 3vol.

_____*O Inimigo Oculto*. Porto, Afrontamento, 1979.

_____*Capital, Sindicatos, Gestores*. São Paulo, Vértice, 1987.

_____*Crise da Economia Soviética*. Coimbra, Fora do Texto, 1990.

_____*Dialética da Prática e da Ideologia*. São Paulo, Cortez; Porto, Afrontamento, 1991b.

_____*Economia dos Conflitos Sociais*. São Paulo, Cortez, 1991.

_____*Estado: A Silenciosa Multiplicação do Poder*. São Paulo, Escrituras, 1998.

_____*Transnacionalização do Capital e Fragmentação dos Trabalhadores*. Campinas, Boitempo, 2000.

_____*Labirintos do Fascismo*. Porto, Afrontamento, 2003.

_____*Democracia Totalitária*. São Paulo, Cortez, 2004.

Artigos:

_____*O Dinheiro: Da Reificação das Relações Sociais até o Fetichismo do Dinheiro*. Revista de Economia Política. São Paulo, Brasiliense, 1983, n° 1.

_____*Gestores, Estado e Capitalismo de Estado*. Ensaio n°14. São Paulo, Ensaio, 1985.

_____*O Proletariado como Produtor e como Produto*. Revista de Economia Política. n°3. São Paulo, Brasiliense, 1985b.

- _____ *A Autonomia nas Lutas Operárias*. Bruno, Lúcia e Saccardo, Cleusa. Organização, Trabalho e Tecnologia. São Paulo, Atlas, 1986.
- _____ Delgado, Rita. *Acidentes de Trabalho: Contribuição para uma Análise*. Revista de Administração de Empresas, nº3. São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 1987.
- _____ *A Produção de Si Mesmo*. Educação em Revista, nº9. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 1989.
- _____ *Internacionalização dos Capitalistas e Nacionalismo dos Trabalhadores*. Revista de Administração de Empresas, nº1. São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 1991c.
- _____ *Depois do Marxismo, o Dilúvio?* Educação e Sociedade. nº43. Campinas, 1992.
- _____ *A Legitimidade Democrática do Fascismo*. Malasartes, nº8. Coimbra, 1992b.
- _____ *Desagregação do Sistema Soviético e Transformação das formas de Propriedade*. Revista de Administração de Empresas, nº2. São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 1993.
- _____ *Aridez e Futilidade: Parábola acerca da Mais-Valia Absoluta e da Mais-Valia Relativa*. Educação e Sociedade, nº51. Campinas, 1995.
- _____ *Prática, Ideologia e Autonomia Operária. Entrevista com João Bernardo*. Revista Ruptura, nº4. 1996. Publicada por Movimento Autogestionário. Disponível em: <http://members.tripod.com/RMoura/autonomia.htm>. Acessado em 7/8/2003.
- _____ *Crise dos Trabalhadores ou Crise do sindicalismo?* Crítica Marxista, nº4. São Paulo, 1997.
- _____ *Autogestão e socialismo*. Em Democracia e Autogestão. Edição especial da Temporales. São Paulo, Humanitas, 1999.

_____ *A Autogestão da Sociedade Prepara-se na Autogestão das Lutas*. Em Piá Piou.

Publicação do Coletivo Cactus. São Paulo, 2005.

6.2. Demais Obras

Antunes, Ricardo. *A Rebeldia do Trabalho*. São Paulo. Ensaio, 1988.

Aron, Raymond. *As Etapas do Pensamento Sociológico*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

Arruda, José Jobson de Andrade. *A Revolução Industrial*. São Paulo, Ática, 1991.

Barbosa, Livia. *Sociedade de Consumo*. Rio de Janeiro. Zahar, 2004.

Baran, Paul A.; Sweezy, Paul M. *Capitalismo Monopolista*. Rio de Janeiro. Zahar, 1966.

Bakunin, Mikhail. *O Socialismo Libertário*. São Paulo. Global, 1979.

Braverman, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1987.

Beghin, Nathalie. *A Filantropia Empresarial*. São Paulo. Cortez, 2005.

Birnie, Arthur. *História Econômica da Europa*. Rio de Janeiro, Zahar, 1964.

Bottomore, T.B. *As Classes na Sociedade Moderna*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

Bourdieu, Pierre. *Sobre a Televisão*. Rio de Janeiro. Zahar, 1997

Brito, José Carlos. *A Tomada da Ford*. Rio de Janeiro. Vozes, 1985.

Bruno, Lúcia. *Processo de Trabalho, Lutas Sociais e Formas de Poder*. Tese de Doutorado. São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1991.

Debord, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro, Contraponto, 2002.

Decca, Edgar De. *O Nascimento das Fábricas*. São Paulo. Brasiliense, 1985.

- Delgado, Rita. *Ciência e seu Controle*. In: Educação e Sociedade, n° 56. São Paulo, Cortez, 1996.
- Dobb, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. (Os Economistas), São Paulo, Abril, 1983.
- Durkheim, Emile. *Da Divisão do Trabalho Social*. São Paulo, Martins Fontes, 1995.
- Drucker, Peter. *As fronteiras da Administração*. São Paulo. Pioneira, 1989.
- Etzioni, Amitai. *Organizações Modernas*. São Paulo. Pioneira, 1974.
- Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). *Livre para Crescer*. São Paulo. Cultura, 1990.
- Foucault, Michel. *Vigiar e Punir*. Rio de Janeiro, Vozes, 1987.
- _____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 2002.
- Frederico, Celso. *A Vanguarda Operária*. São Paulo. Símbolo, 1979.
- Gallo, Silvio. *Anarquismo: Uma Introdução Política e Filosófica*. Rio de Janeiro, Achiamé, 2000.
- Gramsci, Antônio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1968.
- Hardman, Francisco Foot. *Nem Pátria, Nem Patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo. Brasiliense, 1983.
- Holloway, John. *Mudar o Mundo sem Tomar o Poder*. São Paulo, Viramundo, 2003.
- Lênin, V I. *O Estado e a Revolução*. São Paulo, Hucitec, 1986.
- Malatesta, Errico. *Dois Textos da Maturidade*. Rio de Janeiro, Achiamé, sd.
- _____. *Escritos Revolucionários*. São Paulo, Novos Tempos, 1989.
- _____. *A Anarquia*. São Paulo, Imaginário, 2001.

- Mandel, Ernest. *La Teoria Leninista de la Organizacion*. Buenos Aires, Ediciones Del Siglo, 1972.
- Mantoux, Paul. *A Revolução Industrial no Século XVIII*. São Paulo, Unesp; Hucitec, sd.
- Makhno, Nestor. *Anarquia & Organização*. São Paulo, Luta Libertária, sd.
- Maronni, Amnérís. *A Estratégia da Recusa*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- Marx, Karl. *O Capital* (livro primeiro). São Paulo, Civilização Brasileira, 1975.
- _____. *Salário, Preço e Lucro*. São Paulo, Abril (Os Pensadores), 1978.
- Mailer, Phil. *Portugal: A Revolução Impossível?* Porto, Afrontamento, 1978.
- Michels, Robert. *Os Partidos Políticos*. São Paulo, Senzala, sd.
- Motta, F. Prestes. *Teoria Geral da Administração*. São Paulo, Pioneira, 1987.
- Norte, Sérgio A. Q. *Bakunin: Sangue, Suor e Barricadas*. Campinas, Papirus, 1988.
- Pereira, Vera M. C. *O Coração da Fábrica*. Rio de Janeiro. Campus, 1979.
- Rago, Margareth L; Moreira, Eduardo F. P. *O Que é Taylorismo*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- Santana, Marco A., Ramalho, José R. *Sociologia do Trabalho*. Rio de Janeiro. Zahar, 2004.
- Segnini, Liliana. *Bradesco: a Liturgia do Poder*. São Paulo. Educ, 1988.
- Situacionistas. *Situacionistas: Teoria e Prática da Revolução*. São Paulo. Conrad, 2002.
- Thompson. E. P. *Tempo, Disciplina de Trabalho e Capitalismo Industrial*. In: *Costumes em Comum: Estudos Sobre a Cultura Popular Tradicional*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- Tragtenberg, Maurício. *Marx/Bakunin: ou Marxismo e Anarquismo*. In: *Educação e Sociedade*, n° 23. São Paulo, Cortez, 1986b.

_____ *Reflexões Sobre o Socialismo*. São Paulo, Moderna, 1986.

_____ *Burocracia e Ideologia*. São Paulo, Ática, 1992.

_____ *Administração, Poder e Ideologia*. São Paulo, Moraes, 1980.

_____ *A Revolução Russa*. São Paulo, Atual, 1988.

_____ *Marxismo Heterodoxo* (Org.). São Paulo, Brasiliense, 1981.

Santos, Oder José dos. *Pedagogia dos Conflitos Sociais*. Campinas, Papirus, 1992.

Wacquant, Loic. *As Prisões da Miséria*. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.

Weber, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo, Pioneira, 1967.

Woodcock, George. *Anarquismo: Uma História das Idéias e Movimentos Libertários*. Porto Alegre, LPM, 1975, Vol 1.

Revistas e Jornais

Exame, 12 de abril de 2006.

Exame, 15 de março de 2006

Exame. 21 de junho de 2006.

Consumidor Moderno N° 73, setembro de 2003.

Folha de São Paulo, 19 de junho de 2006.